

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**A BIBLIOTECA MILITAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
SOCIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO: 1937-1942**

CLARICE BARROS ARAÚJO BERKOWICZ

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A BIBLIOTECA MILITAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
SOCIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO: 1937-1942**

CLARICE BARROS ARAÚJO BERKOWICZ

Sob a Orientação da Professora

Dr^a Adriana Barreto de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual

Seropédica, RJ

Outubro de 2014

027.650981

B513b

T

Berkowicz, Clarice Barros Araújo,
1984-

A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do exército brasileiro: 1937-1942 / Clarice Barros Araújo Berkowicz. - 2014.

122 f.: il.

Orientador: Adriana Barreto de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2014.

Bibliografia: f. 119-122.

1. Biblioteca do Exército (Brasil) - História - Teses. 2. Brasil. Exército - História - Teses. 3. Identidade social - Teses. I. Souza, Adriana Barreto de, 1971- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro (1937-1942)

CLARICE BARROS ARAÚJO BERKOWICZ

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura. Linha de Pesquisa Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/11/2014

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza
Orientadora e Presidente da Banca, UFRRJ



Prof. Dra. Vânia Maria Losada Moreira
Membro Interno, UFRRJ



Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca
Membro Externo, UFRJ

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em História da UFRuralRJ pelo apoio concedido às minhas atividades de pesquisa por meio do custeio parcial de viagens que possibilitaram o diálogo com pesquisadores de outras universidades brasileiras, nos encontros nacionais da ANPUH e da ANPOCS. Esse diálogo foi importante para o aprimoramento desta dissertação de mestrado.

À prof^a Dr^a Adriana Barreto de Souza, pelo acompanhamento minucioso de toda a produção acadêmica e de todas as atividades de pesquisa realizadas durante o curso. Diante das dificuldades enfrentadas durante esta empreitada pude contar não só com sua orientação profissional e acadêmica, mas também com a sua compreensão e amizade.

Aos meus professores do Programa de Pós Graduação em História da UFRRJ, pelas inúmeras vezes que nossos projetos foram lidos, relidos e discutidos, e pelas intervenções feitas nesses encontros, à professora Rebeca Teixeira pelas valiosas sugestões de leitura.

Marcos Bretas e Luís Edmundo de Souza Moraes, agradeço por todas as intervenções, enriquecedoras e fundamentais para a conclusão deste trabalho em meu exame de qualificação. Sou grata à professora Vânia Lousada pela participação na avaliação final da dissertação. Aos colegas Gustavo Orsolon, Natália Vial e Cíntia Pitzer agradeço por trocarem comigo ideias e experiências valiosas.

Ao colega Arnaldo Sampaio, pelas palavras de incentivo entre um café e outro. Aos amigos Carlos Eduardo Souza, Cíntia Pitzer, Gladys Guimarães, Lígia Castellano e Karenina Rodrigues. Ao Erick Ramón, por mostrar tanto interesse e entusiasmo pelo tema deste trabalho em sua fase final. Rosana, minhas primas e primos, Noemi, Rafaela, Guilherme, os pequenos Miguel e Milinho, Adília e Maria José. Agradeço também a minha avó paterna, Joselina, a minha tia Kátia. Aos meus pais, Ruth e David. Aos meus irmãos, Nicolas e Francisco, amigos e companheiros de sempre.

RESUMO:

BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. **A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro: 1937-1942**. Seropédica, RJ. 121p. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Palavras-chave: Exército, política, cultura; sociedade.

Esta dissertação tem por objetivo compreender uma etapa do processo de construção da cultura militar corporativa no interior do Exército brasileiro, por meio do estudo de uma de suas instituições, a Biblioteca Militar, criada em 1937. Procuraremos abordar este problema sob a perspectiva mais recente da historiografia sobre a temática militar, que inaugura uma nova forma de pensar os militares e o Exército brasileiros. Esta nova abordagem da temática militar foi proporcionada por uma confluência de estudos na área da Ciência Política, Antropologia e História.

Acreditamos que a Biblioteca Militar Editora deve ser entendida como um mecanismo institucional que procura, por meio da difusão de uma literatura memorialista, veicular uma história “oficial” do Exército, buscando fundi-la à ideia de nacionalidade. O setor editorial da Biblioteca Militar, por meio da seleção de episódios do passado, procura construir uma realidade que inventa o Exército como instituição nacional, de sólidas raízes, dotada de unidade interna e, desse modo, capaz de agir de forma mais coesa na política, seguindo os princípios da hierarquia e da disciplina.

Com a implantação do Estado Novo em 1937, o Exército ocupa um lugar privilegiado no centro do poder como instituição capaz de reorganizar a sociedade, fenômeno político inteiramente novo. Neste contexto, o Exército, como instituição, não só passa a pensar a si mesmo como também a própria organização da nação sob o princípio de uma dependência mútua entre o Exército e o Estado.

ABSTRACT:

BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. **The military library and the built of the social identity of Brazilian Army during the “Estado Novo”: 1937-1942.** Seropédica, RJ. 121p. Dissertation (Master Science in History), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Keywords: military, politics, culture, society

This work aims to understand the built of a corporate military culture within the Brazilian Army, through the study of one of its institutions, the Military Library, established in 1937. We will seek to address this problem under the more recent perspective in historiography on the military theme, which inaugurates a new way of thinking about the military and the Brazilian Army. This new approach to military theme was provided by a confluence of studies in Political Science, Anthropology and History.

We believe that the Military Library Publisher should be understood as an institutional mechanism that seeks, through the dissemination of a memoir literature, convey an "official" history of the Army, where it merges with his own nationality. The editorial section of the Military Library, through the selection of "episodes" of the past, intended to build a reality that "invents" the army as a national institution. Therefore, the Army could be though as the solid roots, with an internal unity and thus capable of act cohesively in politics, following its principles of hierarchy and discipline.

With the implementation of the “Estado Novo” government in 1937, the Army occupies a privileged place at the center of the power as an institution capable of reorganizing society, an entirely new political phenomenon. In this context, the Army, as an institution, not only started thinking itself but also the organization of the nation under the principle of mutual dependence between the Army and the State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
CAPÍTULO 1 - A CRIAÇÃO DE UMA EDITORA MILITAR.....	
1.1. Da Biblioteca do Exército à Biblioteca Militar: as descontinuidades de uma trajetória.....	
1.2. Política e Exército nos anos 1930.....	
1.3. O anticomunismo.....	
1.4. "Os nossos problemas vistos por nós mesmos": a criação de uma cultura militar.....	9
CAPÍTULO 2 - A BIBLIOTECA MILITAR ENTRE 1937 E 1942.....	13
2.1. A organização do setor editorial da Biblioteca Militar.....	
2.2. As coleções da Biblioteca Militar e as recomendações do Ministro da Guerra.....	19
2.3. Um projeto educacional para a defesa da nação: o Plano de Educação Patriótica e Social e o Livro do Soldado Brasileiro.....	25
	29
CAPÍTULO 3- A PRIMEIRA COMISSÃO DIRETORA DA BIBLIOTECA MILITAR: TRAJETÓRIAS MILITARES.....	34
3.1. Valentim Benício e Paula Cidade: uma geração de transição.....	39
3.2. A Escola de Guerra de Porto Alegre.....	
3.3. Severino Sombra e a Escola Militar do Realengo.....	55
3.4. "Em guarda contra o comunismo e Episódios Militares": anticomunismo, patriotismo e profissionalismo na formação do oficial moderno.....	62
CONCLUSÃO.....	84
BIBLIOGRAFIA.....	85
	91
	97
	106
	117
	119

INTRODUÇÃO

A instauração de um regime militar foi uma condição necessária para que o Exército se tornasse objeto de estudos acadêmicos mais sistemáticos no Brasil. A explicação do Golpe militar de 1964 passou a ser a grande questão para a intelectualidade, direcionando o olhar de historiadores e cientistas sociais para os momentos de efetiva intervenção do Exército na vida política do país. Buscava-se, acima de tudo, delinear as origens do comportamento intervencionista dos militares.

Assim, o debate historiográfico no Brasil se concentrou em torno do tenentismo como um desses momentos de intervenção, e a permanência dos militares no poder após o golpe de 1964 se tornou o principal problema para a historiografia. Imersos numa certa ingenuidade, os militares, mais especificamente os tenentes, eram concebidos como instrumento dos desígnios de determinados grupos políticos, fossem eles integrantes das oligarquias ou dos setores médios, podendo ainda fundamentar a versão moderadora pela qual assumiria uma função arbitral entre as classes inferiores e médias e os grupos dominantes.¹

Entre os estudos produzidos no período, os dos cientistas políticos brasilianistas John Schulz e Alfred Stepan são exemplos paradigmáticos sobre a reação entre Exército, política e sociedade e expressam bem as preocupações intelectuais do período.² Os trabalhos mais significativos sobre o Exército se concentraram no campo da ciência política, e a historiografia brasileira incorporou esses modelos de interpretação aos seus trabalhos.

É neste quadro que podemos entender o artigo de Jeanne Berrance de Castro sobre a guarda nacional, publicado pela primeira vez em 1971, no segundo tomo da clássica coleção *História Geral da Civilização Brasileira (HGCB)*, que pode ser considerada um “termômetro” das tensões da época, já que abarca os anos de 1960 a 1981, período de redemocratização do país.³ Nesta coleção existe uma lacuna interpretativa no que diz respeito aos estudos historiográficos sobre o Exército, sobretudo nos tempos do Brasil colônia e do

¹ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. v. 19, 1985.

² SCHULZ, John. *O Exército na política*. Origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994. STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças nos padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971.

³ CASTRO, Jeanne Berrance de. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

império, com o predomínio da produção de brasilianistas como John Schulz, e de escritores militares.

Jeanne de Castro distingue três fases diferenciadas na existência da guarda nacional brasileira. A primeira fase, chamada Menoridade, vai de 1831, início do período regencial, até 1850, quando a corporação se caracterizava por um grande contingente popular, atuou de forma direta e intensa na campanha da pacificação nacional. A legislação que regulava a eleição dos postos de oficiais designava escrutínio secreto, com maioria absoluta de votos para os postos mais elevados. A segunda fase, que abrangeu o segundo reinado, de 1850 a 1889, caracterizou-se pelo início da aristocratização dos seus quadros dirigentes, transformando-se, a partir daí, em milícia eleiçoeira. Promulgada a primeira reforma da guarda nacional, em 1850, as regras de acesso aos postos de liderança foram modificadas. Em sua fase republicana – a terceira e última – a guarda foi absorvida pelo Exército como força de segunda linha.⁴

Para a autora, a partir de 1850, em sua segunda fase, a guarda se transformaria em milícia eleitoreira até ser absorvida como força de segunda linha pelo Exército. Este trabalho marca a necessidade de reconhecer no meio militar uma tradição liberal e democrática, que fizesse oposição a um modelo aristocrata e autoritário. O artigo de Jeanne de Castro certamente compartilha de uma intenção programática manifestada pelo historiador e militar Nelson Werneck Sodré em sua *História Militar do Brasil*, publicado em 1965. Representante da esquerda militar, cujos remanescentes estavam sendo violentamente expurgados das Forças Armadas, Sodré reinterpretou a história militar do Brasil de um ponto de vista marxista. Na conclusão, manifestou a esperança de que os militares reassumissem seu papel, que na visão dele era historicamente progressista, como defensores das “instituições democráticas” e da “livre expansão econômica nacional” – justamente o perfil de militar que o Exército procura eliminar nos anos 1930.⁵

Na década de 1970, Edmundo Campos Coelho e José Murilo da Carvalho publicaram trabalhos que demarcam uma renovação nos estudos sobre os militares e o Exército, propiciando uma revisão crítica das análises sobre a relação da instituição com a sociedade e a política.⁶ Para o cientista político Edmundo Campos Coelho todo o conhecimento sobre

⁴ CASTRO, Jeanne Berrance. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck apud CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova história militar”. In: *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.19.

⁶ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da Identidade*. O Exército e a Polícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. CARVALHO, José Murilo de. As forças Armadas na Primeira República. O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. T.3, v.2. São Paulo: Difel, 1974.

militares construído até então, com raras exceções, foi um subproduto de análises sobre as intervenções, fato que, apesar de ser compreensível – visto que em 1964 os militares chegam ao poder e instalam uma ditadura que durou mais de vinte anos – constitui um forte desvio.⁷

Coelho aponta a falta de estudos sobre as formas de lazer a que se entregam os militares, seus hábitos no âmbito familiar, o cotidiano dos quartéis, as comemorações e cerimoniais da instituição e todo o universo simbólico que marca a vida do soldado. Também expõe o problema em se considerar o “caráter aberto” das instituições militares, como pretendia Stepan, mas enfatizando apenas a dimensão política da abertura. Ou seja, ao se maximizar a importância dos momentos de intervenção na vida política do país e considerar a relação entre civis e militares tomando esses últimos como instrumento de classe, acaba por se produzir o que o autor chama de “paisanização” do militar, despindo-o das fortes marcas da instituição militar.

Tendeu-se, assim, ao “sociologismo” que consistia em atribuir às lutas e conflitos de classe a permanente disposição dos militares em intervir na arena política, e ao um extremo “politicismo”, que consiste em atribuir toda a ação do grupo à natureza do Estado na concepção de Coelho. José Murilo de Carvalho se distanciou dessa maneira de compreender a ação política dos militares. Ao estudar a Revolução de 1930, o autor não apresentou o Exército como instrumento de grupos políticos civis.

Mesmo com todos os avanços no campo da ciência política, da antropologia e da história dos militares, sobretudo a partir da década de 1980, a geração de oficiais da década de 1930, da qual fazem parte os militares que integraram a primeira Comissão Editorial da Biblioteca Militar, em 1937, continua pouco estudada. A tendência a atribuir qualquer iniciativa de grupo dentro do Exército ao projeto político vitorioso depois da Revolução de 1930 e consolidado em 1937, recorrendo ao que Coelho chamou de politicismo, é um risco que corremos. Mas, ao se adotar uma perspectiva antropológica, que procura compreender os militares como agentes no processo de construção de sua identidade, podemos compreender melhor a categoria “militares” sem recair nessas concepções estanques sobre esta categoria.

A ideia de coesão e unidade no Exército é um elemento retórico importante para a cúpula do Exército durante o período do Estado Novo, um “antídoto”, como bem colocou o antropólogo Celso Castro, contra a indisciplina e o envolvimento dos militares na política partidária e nos movimentos de massa. Castro empreendeu um importante estudo sobre o processo, sempre em mutação, de invenção de tradições que especialmente na década de 1930

⁷ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. Op.cit., p.3.

contribuiu para a construção da imagem de um Exército nacional, forte e coeso, pairando acima dos ditos “interesses individuais”.⁸

O recuo a períodos remotos para explicar a relação entre Exército e política na década de 1930 continua sendo um recurso largamente utilizado na atual produção sobre o tema. O historiador Sérgio Murillo Pinto, em sua tese de doutoramento, chega ao período da abdicação do imperador Dom Pedro I, 1831, para formular uma análise histórica que objetiva dar conta de um século de pensamento e ação até 1937.⁹

Mesmo considerando que o tipo de intervenção política a partir de 1932 é de caráter diferente das anteriores e empreendendo uma importante análise do pensamento doutrinário de Góes Monteiro, Pinto compartilha, ao recuar a 1831, de uma noção de continuidade entre antigos ressentimentos da classe militar e o tipo de ação empreendida na década de 1930. Essa perspectiva não seria adequada para pensar o objeto em questão – A Biblioteca Militar Editora. O recuo, neste caso, só poderia ser feito até a primeira ou segunda década republicana. Cabe ainda mencionar uma importante coletânea organizada por Celso Castro, Vitor Izeckshon e Hendrik Kraay, que reúne trabalhos da historiografia mais recente sobre o tema e que ajudou a organizar este debate, intitulada *Nova História Militar Brasileira*. Essa coletânea reúne autores de diferentes áreas e com propostas diversas.¹⁰

Faz-se necessário problematizar esse termo – “nova história militar”. A questão que se coloca aqui é em que medida o termo nova história militar remeteria a um revisionismo da história militar tradicional ou institucional, e não a uma perspectiva que está muito mais atenta ao que Coelho chama de uma “sociologia dos militares”. Acreditamos que o termo “história dos militares” se coaduna melhor a este trabalho de pesquisa e a uma tendência mais recente de pensar os militares a partir de dentro, de como se organizam como instituição, e não a partir da perspectiva da instrumentalização dos mesmos por forças políticas.

⁸ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

⁹ PINTO, Sergio Murillo Lima da Silva. *Exército e política: Um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2005.

¹⁰ CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Op.cit., p.23.

Capítulo I

A criação de uma editora militar

Oficialmente a criação da Biblioteca Militar como editora em 1937 é concebida como uma evolução quase natural da antiga Biblioteca do Exército, inaugurada ainda durante a monarquia. De acordo com a versão oficial acerca de sua trajetória, esta Biblioteca foi fundada em 1881 pelo então Ministro da Guerra, Franklin Dória, o barão de Loreto. Desde então, suas atividades se limitariam ao empréstimo de obras militares e da literatura mundial, e, somente em 1937, através do decreto de 26 de junho, ter-se-ia tornado uma editora.

Hoje denominada Biblioteca do Exército Editora – Bibliex – esta instituição continua em plena atividade editorial. Sua sede se localiza atualmente no Palácio Duque de Caxias, prédio inaugurado durante o governo de Getúlio Vargas para abrigar o Ministério da Guerra. Lá encontramos a Editora e a Biblioteca central, hoje denominada Biblioteca Franklin Dória. Essa é a apresentação veiculada pela página oficial da Bibliex na Internet¹¹ e em boa parte dos informativos militares sobre a instituição, que hoje está subordinada ao departamento Cultural do Exército.

Ao acessarmos a página oficial da Bibliex na Internet, deparamo-nos com um breve histórico onde ela é apresentada como uma “centenária instituição cultural do Exército brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão dos meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento da cultura profissional-militar e geral”. O texto também afirma que as origens da Biblioteca, inaugurada no século XIX, remontam às ações preconizadas pelo conde de Lippe, no período em que o mesmo esteve encarregado de reorganizar o Exército português, em fins do século XVIII.¹²

Desse modo, a Biblioteca é apresentada como uma instituição de sólidas raízes históricas que, em 1937, teria passado por uma reorganização, tendo como principal objetivo criar um conselho editorial. Essa reorganização, de acordo com o histórico do *site*, teria sido

¹¹ Consultar <http://www.bibliex.ensino.eb.br/>. Acesso em 11 e julho de 2015.

¹² Disponível em <http://www.bibliex.ensino.eb.br/?Token=OA==455795>. Acesso em 11 de julho de 2015.

idealizada pelo General Valentim Benício da Silva na gestão do então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra.

Essa versão *institucional* da história da Biblioteca do Exército se constroi pautada por uma perspectiva do passado como uma linha contínua, sem rupturas, disputas e conflitos. A grande linha de continuidade estabelecida pela memória institucional e os seus recortes temporais, no entanto, não são casuais. São frutos de interesses institucionais e políticos, não podendo ser encarados como “naturais”. A procura por um passado remoto e ideal é um meio eficaz de legitimação do Exército como instituição nacional, herdeira de um passado tradicional. O Exército, em seu processo de invenção de tradições, movimento que, segundo Celso Castro, se intensificou na década de 1930, passou a elaborar, por meio do culto ao passado, uma identidade social para o militar e para a instituição.¹³ A narrativa oficial construída em torno da trajetória da Biblioteca Militar, dessa maneira, deseja veicular a ideia de tradição, estabelecendo uma ligação com um passado apropriado.

A análise de certa literatura memorialista sobre a trajetória da Biblioteca Militar, que não se contrapõe completamente a versão oficial mas que nos aponta caminhos diferentes para pensarmos a instituição, nos levou a elaborar uma outra proposta de interpretação. Acreditamos que a criação da Biblioteca Militar como editora em 1937 não foi uma simples reorganização para melhor atender ao público, e sim parte de um processo maior, de reordenamento institucional, através de uma modernização conservadora.

1.1- Da Biblioteca do Exército a Biblioteca Militar: as discontinuidades de uma trajetória

Tornar a Biblioteca Militar objeto de análise histórica é, para nós, lançar luz sobre o processo de construção da identidade social do Exército e sobre a maneira como esta instituição e seus atores políticos, em um dado momento, se auto-representam e se organizam. Edmundo Campos Coelho, em seu importante ensaio bibliográfico sobre a instituição militar no Brasil, de 1985, já havia alertado sobre o perigo de uma análise que privilegiasse unicamente os momentos mais “espetaculares” da intervenção dos militares na vida política

¹³ CASTRO, *A invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit., p. 22.

do país.¹⁴ Neste mesmo ensaio, o autor nos alerta sobre as distorções causadas por análises que tomam os militares como instrumento dos desígnios de certos grupos da elite e da classe média. Estas perspectivas de análise anulam os militares como agentes históricos autônomos, pois recaem em um tipo de sociologismo, criticado por Coelho, onde o comportamento político do grupo é mecanicamente explicado pela natureza do Estado ou por uma dada situação social ou política.

Para que possamos explicitar o caminho pelo qual construímos este objeto, empreenderemos uma análise de dois autores militares que em seus escritos retrataram a Biblioteca Militar. Um deles, o general Francisco de Paula Cidade, fez parte da primeira Comissão Diretora da Biblioteca Militar. O segundo, O general Umberto Peregrino, foi diretor da instituição quando esta já se denominava Biblioteca do Exército (entre 1950 e 1960) e, em meados de 1980, com idade avançada, escreveu uma História da Biblioteca do Exército.

A Biblioteca do Exército – Bibliex – possui uma memória bem consolidada, um lugar de uma tradição que se quer preservada e intocada pelos conflitos políticos, culturais, sociais e ideológicos. Assim, tal tradição vincula a Bibliex direta e naturalmente à Biblioteca Militar e, antes disso, à história da Biblioteca do Exército, ainda mais antiga, iniciada no século XIX. A Bibliex seria, por isso, uma instituição que teria passado incólume pelos eventos políticos que fundam o novo regime e que, na década de 1920, cindiram o Exército brasileiro. No entanto, os generais Francisco de Paula Cidade e Umberto Peregrino nos apontam, em suas memórias, histórias bem diferentes.

O general Paula Cidade, em sua *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*, obra editada pela Bibliex em 1998, mas originalmente datada de 1959, dedica algumas páginas à Biblioteca Militar. A brevidade com que Paula Cidade trata a Biblioteca não diminui a importância desta obra como fonte bibliográfica para pensarmos sua trajetória. O autor considera a Biblioteca Militar, inaugurada em 1937, um marco de grande significação que abriria ao pensamento militar brasileiro “novas veredas”.¹⁵

Paula Cidade insiste em defender uma ideia que desvincula a Biblioteca aberta em 1937 – a Biblioteca Militar – da fundada em 1881, procurando definir o papel que teria uma biblioteca “moderna”, que seria oposta a uma biblioteca “antiga”, “muito mais semelhante a

¹⁴ COELHO, A *Instituição Militar no Brasil*. Op.cit., pp. 15-16.

¹⁵ PAULA CIDADE, Francisco de. *Síntese de Três Séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, pp. 474 - 477.

um depósito de livros”.¹⁶ Podemos admitir, então, que na década de 1950 já houvesse algum debate sobre a questão dos vínculos entre a Biblioteca Militar Editora e a antiga Biblioteca do Exército, inaugurada durante a monarquia. Paula Cidade ainda afirma que a denominação Biblioteca Militar foi escolhida para evitar confundi-la com a antiga instituição.

Em sua *Literatura Militar*, o autor havia escrito:

Das duas funções que a Biblioteca Militar era chamada a desempenhar, a de pôr à disposição de todos os militares da guarnição do Rio a sua coleção de livros e a de editar mensalmente uma obra de autor preferentemente militar, certamente a segunda é a mais importante. Para compreender isso, basta considerar que outras instituições dispõem, como a Biblioteca Nacional, de meios muito mais amplos para atender às necessidades de todos os estudiosos, ao passo que o editar um livro militar por intermédio de editoras civis esbarra sempre em dificuldades imensas e não raro insuperáveis. A fundação da Biblioteca Militar deve-se ao Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, mas a idéia partiu do Coronel Valentim Benício da Silva, que igualmente guiou os primeiros passos da nascente instituição cultural [...]. A Biblioteca do Exército, foi criada em 1881, pelo Ministro da Guerra Barão de Loreto, Franklin Américo Dória. Nunca foi uma editora. Obedeceu sempre às ideias antigas, muito antigas mesmo, de que uma biblioteca pública era apenas um depósito de livros, devidamente relacionados, tendo para servi-la um certo número de pessoas que atendam aos consulentes, arrumem os livros e os preservem das traças.¹⁷

Mas o que separa as duas bibliotecas – a do Exército e a Militar – não são apenas as concepções que as sustentam. Há uma ruptura cronológica. A Biblioteca do Exército foi fechada em 1925. Um aspecto interessante no texto do general Paula Cidade é exatamente seu posicionamento acerca do fechamento da Biblioteca do Exército. O autor considera a atitude do Estado Maior do Exército como um “severo julgamento” dos “elementos culturais” contidos no acervo. Também declara ter presenciado o desmantelamento do acervo da antiga biblioteca e se diz perplexo diante do descaso das autoridades militares com as obras, sobretudo as militares, consideradas raras.¹⁸

Até a abertura da Biblioteca Militar este acervo estava distribuído por várias unidades militares e uma grande parte estava depositada na Biblioteca Nacional, todos sem catalogação. Somente em 1938, através do aviso ministerial número 912, que o Ministro da

¹⁶ PAULA CIDADE, Francisco de. *Síntese de Três Séculos de literatura militar brasileira*. Op. cit., p.475.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Idem, ibidem.

Guerra mandaria reunir os livros deste acervo, dispersos, na Biblioteca Militar.¹⁹ É justamente em relação à ideia de continuidade entre a Biblioteca do Exército e a Biblioteca Militar Editora que percebemos uma discordância importante entre os pontos de vista Paula Cidade e Umberto Peregrino.

Peregrino, em sua *História da Biblioteca do Exército*, defende uma ideia de continuidade entre as por ele chamadas “Biblioteca do Barão de Loreto” e a de “Dutra”. Por ser um trabalho totalmente dedicado à instituição, a obra revela alguns detalhes sobre a sua trajetória, abrindo caminho para uma reflexão acerca da própria memória histórica que o autor está construindo. De acordo com Umberto Peregrino, o funcionamento da Biblioteca do Exército foi interrompido diversas vezes, por conta da precariedade das instalações ou da utilização do espaço para outros fins. Em 1922, por exemplo, o salão de leitura da biblioteca passou a ser usado para a realização das sessões do Conselho de Guerra e para bancas de exame de oficiais da Escola de Aperfeiçoamento.

Em 1925, ainda segundo Peregrino, a Biblioteca foi fechada por aviso do Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho. Longe de ser mais uma breve interrupção em seu funcionamento, esse aviso manteve a biblioteca fechada por nada menos que doze anos. Segundo o autor, seu acervo foi inteiramente disperso pelo Estado Maior do Exército, tomando destinos variados e desconhecidos. Peregrino não comenta com profundidade as condições e razões da interrupção de seu funcionamento, já que defende uma ideia de continuidade entre a “Biblioteca do Barão de Loreto” e a de “Dutra”, criada em 1937.

As mudanças na organização da Biblioteca, a criação de uma editora militar e de sua Comissão Diretora parecem ser, ainda na narrativa de Peregrino, apenas aspectos que mudaram para que a antiga biblioteca oferecesse melhores serviços, contribuindo para a instrução de soldados e oficiais. A “História da Biblioteca do Exército” não possui informações bibliográficas básicas. Também não foi possível saber o ano em que a obra foi publicada nem a editora responsável pela sua impressão.

Pela sua sequência cronológica, percebemos que se trata de uma obra publicada em meados da década de 1980. Também sabemos que foi um trabalho publicado enquanto Peregrino atuava na Comissão de Estudos Históricos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Como afirma o próprio autor, a História da Biblioteca do Exército tem como fonte principal, sobretudo no que se refere a “primeira fase da vida da instituição, a que

¹⁹ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I de 31 de dezembro de 1938, nº 2. Neste Boletim encontramos a reprodução do aviso ministerial nº 912, de 24 de dezembro de 1938. O Aviso, assinado pelo ministro da guerra, é direcionado à Diretoria Provisória das Armas.

ocorreu no período imperial”, o *Livro Histórico da Biblioteca*. Peregrino, na primeira parte do livro, em uma espécie de prefácio que ele chama de “parâmetros”, também informa que o *Livro Histórico* teve início no dia quatro de janeiro de 1956, quando se comemorava o 74º aniversário de fundação da Biblioteca do Exército e que tinha por objetivo a reconstituição dos fatos históricos da instituição.

Peregrino define como uma “grata coincidência” o fato de ter sido o primeiro beneficiário em larga escala do *Livro Histórico*, e também aquele que o fez existir.²⁰ Entendemos esta declaração como uma afirmação de que Peregrino foi o iniciador deste *Livro Histórico*, visto que ele fora diretor da Biblioteca entre 1954 e 1960. Assim, teria utilizado este mesmo livro para escrever a sua História da Biblioteca do Exército. Podemos conjecturar ainda que foi na década de 1950 que a Biblioteca Militar recuperou seu primeiro nome, voltando a se chamar Biblioteca do Exército, e que a partir de então tenham começado a surgir iniciativas para a elaboração de sua trajetória histórica, abrindo caminho para as disputas de memória.

Explorando essas informações, pudemos verificar que este *Livro Histórico* é um manuscrito que se encontra no palácio Duque de Caxias, na sede da Biblioteca do Exército Editora. Trata-se de uma compilação de avisos ministeriais, decretos e leis, copiados e arrumados em ordem cronológica. Peregrino, no livro *História da Biblioteca do Exército*, declara discordar de Paula Cidade no que se refere à ideia de ruptura entre a “antiga” e a “nova” biblioteca. Paula Cidade propõe uma interpretação desvinculadora, que afirma a ruptura entre essas duas bibliotecas que, para ele, eram instituições de caráter diferentes. Peregrino, então, se refere a Paula Cidade da seguinte maneira:

Positivamente, não há como acompanhar o ilustre mestre da História Militar do Brasil na sua interpretação desse capítulo da História do Exército. Sem sombra de dúvida, a Biblioteca do General Benício e do ministro Eurico Gaspar Dutra é a mesma do ministro Franklin de Menezes Dória. Ocorreu verdadeiramente uma restauração, caracterizada com nitidez pelo empenho na recuperação do acervo disperso. Nada impediria, entretanto, que a Biblioteca nessa nova vida se apresentasse reformulada, no sentido de incorporar a produção editorial sistemática e, para tanto, numa visão adiantada e lúcida, adotasse o sistema de “Clube do livro”.²¹

²⁰ PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército*. s/d., p.5.

²¹ Idem, *ibidem*, p.5.

O interesse em afirmar a continuidade entre as duas instituições leva Peregrino a ignorar o fato de que no decreto que institui e organiza a Biblioteca Militar não há qualquer menção à Biblioteca do Exército.²² Mas, para além dessas discordâncias, vale ressaltar que em 1925 não houve o menor esforço, por parte dos chefes militares, em preservar aqueles livros. Tampouco havia uma preocupação do Exército, enquanto instituição, em criar uma editora militar.

A criação de uma instituição como a Biblioteca Militar, com um setor editorial, só poderia ter sido concretizada na década de 1930, quando, como pretendemos demonstrar, o Exército está se reorganizando. Por isso, ele passa a se preocupar com a construção de uma memória que é elaborada de acordo com as preocupações políticas do momento e, conseqüentemente, de uma imagem de si para os outros e para si mesmo, ou seja, a construção de uma identidade social. A memória é um sentimento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²³

Nesse mesmo movimento, foi também na década de 1930 que o Exército se mobilizou para fundar o seu Arquivo Histórico. Além disso, em 1938, um grupo de militares fundou o Instituto de História e Geografia Militar do Brasil. Uma instituição como a Biblioteca Militar Editora, desse modo, somente pôde ser articulada neste momento. Ela faz parte, portanto, deste movimento de construção de uma cultura militar cívica e corporativa, quando o Exército como instituição passa a se preocupar com a construção de sua de sua história, no interior de um movimento para se tornar uma instituição mais coesa.

Este passado, apropriado, deveria reforçar o papel do Exército na formação da própria nacionalidade. Portanto, a fundação da Biblioteca Militar como uma editora nos parece bastante coerente com o papel que o Exército passa a exercer no país a partir de 1930.

1.2. Política e Exército nos anos 1930.

Além de fazer parte deste processo de reorganização institucional do Exército nos anos 1930, a Biblioteca é fruto de um projeto político mais antigo, que se desenvolve e ganha força

²² Anais da Câmara dos Deputados. Coleção de Leis da República. Decreto nº 1.748 de 26 de junho de 1937.

²³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

devido às circunstâncias históricas e ao novo tipo de intervenção exercido pelo Exército, principalmente com advento do Estado Novo.²⁴

José Murilo de Carvalho é categórico ao intitular o capítulo três da segunda parte de seu livro *Forças Armadas e política no Brasil: “Intervenção Militar Começou no Império”*.²⁵ Neste capítulo, Carvalho concorda, mesmo ressaltando alguns aspectos, com a tese central de John Shulz em *O Exército na Política*, um trabalho pioneiro sobre o Exército durante o período imperial. Para ele, ao longo do Império, formou-se uma contra elite dentro do Exército, social e intelectualmente antagônica à elite civil, insatisfeita com a situação do país e, sobretudo, com a própria posição na hierarquia de poder e prestígio. Essa contra elite, segundo Carvalho, fortaleceu a liderança da intervenção de 1889.²⁶

Os militares, de fato, desde 1889, protagonizaram momentos de efetivo envolvimento na vida política do país. Os dois primeiros presidentes da república foram militares e, entre 1910 e 1914, tivemos outro militar – Hermes da Fonseca – na presidência. No entanto, não podemos pensar o Exército como uma instituição de espírito corporativo antes dos anos 1930. Na década de 1920, movimentos políticos cindiram a instituição, caracterizando um envolvimento massivo na política, momento em que se formam diversas tendências ideológicas entre os militares, desde as mais autoritárias e centralizadoras às socialistas. Somente após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, começa a se delinear as bases de um tipo de intervenção que visava pôr em prática um programa que fora concebido pela cúpula do Exército. É através de um projeto político formulado nos anos 30 que o Exército se torna uma instituição dotada de uma doutrina unificadora e com demandas próprias.²⁷

Podemos dizer que setores do Exército começam a pensar de forma mais sistemática seu papel na constituição de uma nação brasileira a partir do grupo de militares que, motivados pela Missão Alemã, ocorrida durante o governo Hermes da Fonseca, fundaram a revista “A Defesa Nacional”.²⁸ A missão levou à Alemanha um grupo de militares brasileiros

²⁴ CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*, op.cit., p. 153.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, ibidem, p. 154-155.

²⁷ BRETAS, Marcos Luís. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. *Rio de Janeiro: Militares e Política*, n.º 2 (jan-jun. 2008), p. 33.

²⁸ A revista foi lançada em outubro de 1913 e sua primeira edição contou com auxílio do Clube Militar. A Defesa Nacional possuía conteúdo predominantemente técnico, pois costumava veicular traduções de publicações técnicas militares alemãs, bem como artigos analíticos que visavam a demonstrar manobras de guerra e o uso de armamentos, sobretudo de origem germânica. No entanto, a revista não deixava de analisar, principalmente em seus editoriais, a situação política e econômica do Brasil, visto pelo grupo como uma nação ainda não formada. Assim, o escopo da revista extrapolava os limites da caserna, na medida em que propunha a formação de uma sociedade militarizada a partir da implementação do serviço militar obrigatório e do ensino militar nas escolas de nível secundário e superior, bem como a partir da difusão dos tiros de guerra, locais onde

com o objetivo de acelerar a modernização do Exército através de estágios realizados junto ao Exército alemão. Ao regressarem com novas ideias sobre a organização do Exército esses militares brasileiros, junto com outros militares entusiastas fundaram a revista. As principais questões discutidas pelo grupo se referiam aos problemas relativos à profissionalização do Exército, ao recrutamento obrigatório e ao envolvimento do Exército na política nacional. A Missão Militar Francesa, contratada pelo governo brasileiro em 1919 também possuía os mesmos objetivos profissionalizantes, e designava que os oficiais franceses comandariam durante quatro anos as Escolas de Estado Maior, de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Intendência e Veterinária.²⁹

Foi nos anos 1930, no entanto, que se delineou um projeto político militar que viabilizou um tipo muito específico de comportamento: o modelo a ser seguido não era o militar estritamente profissional, de postura não intervencionista e distante das questões políticas. Também não era ideal o modelo de militar envolvido nas causas sociais e no torvelinho das lutas partidárias. Nas palavras de José Pessoa, diretor da Escola Militar, o Exército deveria ser a “ossatura da nacionalidade” e, para construir esta imagem, lançava âncora num passado remoto, na tentativa de demonstrar a estabilidade da instituição.

Após 1930, com o Exército ocupando um papel cada vez mais proeminente no centro do poder, podemos considerar a reforma militar da Escola do Realengo, idealizada e iniciada pelo coronel José Pessoa entre 1931 e 1934, como um marco neste processo de formação de uma cultura militar cívica e profissional. Neste período, foi implementado um conjunto de símbolos e rituais que procurava perpetuar nas novas gerações de oficiais valores como disciplina, respeito à hierarquia e à ordem, espécie de verdadeiro antídoto contra a participação dos militares no mundo das disputas políticas.³⁰

José Murilo de Carvalho, em “Forças Armadas e Política no Brasil”, demonstra que este período foi marcado por clivagens no interior da oficialidade. Não cabe, neste capítulo, discutirmos detalhadamente o teor desses movimentos. Mas é importante ressaltar que estes diferentes projetos,³¹ sobretudo no que se refere à atuação do Exército na vida política

os civis podiam se dedicar à prática de tiro sem que com isso tivessem que se integrar ao Exército. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/>. Acesso em julho de 2015.

²⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁰ CASTRO, Celso. Inventando Tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a Reforma da Escola Militar. In: *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 131.

³¹ José Murilo de Carvalho aponta pelo menos duas correntes ideológicas entre a oficialidade para este período: os *neutralistas* e os *intervencionistas reformistas*. Os *neutralistas* eram contrários à intervenção militar na política partidária. Já os adeptos da corrente do *intervencionismo reformista* receberam influência dos positivistas no que se refere ao intervencionismo e ao reformismo. Mas, ao contrário da tendência positivista, que era civilista, os oficiais pertencentes a esta corrente aceitavam e até mesmo pregavam o predomínio militar

nacional, sucumbiram ao projeto que Carvalho definiu como *intervencionismo controlador*.³² Podemos dizer, em linhas gerais, que esta concepção acerca do papel desempenhado pelo Exército na sociedade é fruto do consenso entre intervencionistas e profissionalizantes, onde estes aceitam a intervenção, mudando, entretanto, o seu conteúdo.

Este projeto se tornou hegemônico e teve o seu momento máximo com o golpe do Estado Novo, em 1937. O general Góes Monteiro foi seu principal formulador e articulador, desenvolvendo uma doutrina que expressava o modo como os militares deveriam agir: fazendo a política do Exército, e não a política no Exército. Em oposição à política partidária, que não deveria ser transportada para os quartéis, a “política do Exército” consistia na preparação para a guerra e que envolvia todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material e no campo moral, dedicando atenção especial à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobrepusesse a tudo os interesses da pátria, suprimindo o individualismo.³³

Esta política significava estabelecer um papel fundamental para o Exército como mantenedor da coesão nacional, combatendo as ideias “nocivas” à nação e à instituição militar. Este tipo de intervenção deveria ser a do alto comando, com objetivo de garantir a “ordem”. O sistema político liberal e o comunismo, somados às características do povo, na avaliação de Góes Monteiro, eram os principais impedimentos ao desenvolvimento da nação. Esta Nação era pensada como um corpo orgânico, como sendo formada por uma massa que não apresentava os caracteres desejados por seus condutores: “vigor racial”, mentalidade uniforme, comunhão de interesses, compreensão da necessidade de organizar o trabalho e os meios de defesa.³⁴

O ideário desses militares que ocupavam postos de chefia em 1930 possuía traços significativos de uma tradição de pensamento marcada pelas teorias racialistas, pelo evolucionismo social e pelo determinismo, que tiveram grande aceitação no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Até a década de 1930, estas perspectivas predominavam

na política e a necessidade do fortalecimento das Forças Armadas, como era o caso dos tenentes. Dentro desta segunda corrente, havia oficiais que seguiam tendências mais à esquerda, sob influência do Partido Comunista, e que defendiam a criação de um exército popular revolucionário. As circunstâncias políticas tornavam impossíveis as posições dos *neutralistas* e dos defensores do exército popular. Os reformistas, por sua vez, eram incapazes de controlar a organização militar e de manter a posição de poder a que chegara o Exército depois da chamada Revolução de 1930. Através de uma aliança entre profissionalizantes e intervencionistas mais à direita, surge uma terceira concepção das relações do Exército com a política, o *intervencionismo controlador*. CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, op. cit., p.75.

³² Idem, *ibidem*.

³³ CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, op. cit., p.75.

³⁴ MONTEIRO, Góes apud PINTO, Sérgio Murillo. *Exército e política: Um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada*. Volume II. Op. cit., p.542.

nos Institutos Históricos e Geográficos, nas faculdades de Direito e Medicina. Segundo Lilia Schwarcz, nas duas primeiras décadas do século XX se disseminaram em São Paulo e no Rio de Janeiro práticas higienistas baseadas em um pensamento calcado na ideia de eugenia.³⁵

A medicina legal, através de métodos desenvolvidos na Europa, procurava “tipos físicos” que caracterizariam nas pessoas os desvios morais e psíquicos. Desse modo, procurava-se definir o caráter de um povo, o que dava origem a uma série de prognósticos sobre o futuro do Brasil, que podiam ser negativos, pessimistas ou mais otimistas, tendo em comum a ideia de que, para garantir um bom futuro, o país deveria “aperfeiçoar” o seu povo moral e fisicamente. A mestiçagem era o fator de maior preocupação para os chamados “homens de ciência”.³⁶

O embranquecimento, para os mais otimistas, era um caminho para um futuro melhor, pois ajudaria a neutralizar as características degeneradas das “raças” consideradas “inferiores”. Entre a população, negros e índios eram alvo de maiores preocupações, visto que possuíam, de acordo com este pensamento, os piores caracteres morais, físicos e intelectuais. Assim, nos anos 1920, ainda segundo Lilia Schwarcz, o olhar médico dividiu a sociedade em “doentes” e “sãos”. A escola de medicina da Bahia, junto com a carioca, fundou na capital federal, em 1933, o primeiro instituto de identificação nacional, já na era Vargas.³⁷

A questão que envolvia o aperfeiçoamento moral do povo brasileiro era, certamente, uma das grandes preocupações dos oficiais da década de 1930. Estas preocupações tinham no recrutamento militar um ponto comum e fundamental, visto que há muito já se discutia, tanto nos meios militares quanto nos civis, a necessidade de um recrutamento eficiente e obrigatório que seria indispensável para a educação e aperfeiçoamento moral do povo.³⁸

Na edição comemorativa em homenagem aos cinquenta anos do Clube Militar, em 26 de junho de 1937, coincidentemente data em que foi instituído o decreto de criação da Biblioteca Militar, a Revista do Clube Militar publicou um artigo do então capitão Severino Sombra, onde este discutia um texto do marechal Lyautey – “Le Rôles Social de L’Officier”.³⁹ Comparando a situação militar e social do Brasil de 1937 com a da França do final do século XIX, Severino Sombra incorpora a ideia defendida pelo marechal francês, de que o Exército é um poderoso instrumento de educação moral e social do povo:

³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993, p. 31.

³⁶ Idem, *ibidem*, pp.31-42.

³⁷ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*. Op. cit., p. 235.

³⁸ CASTRO, *A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. op.cit., pp. 53-82.

³⁹ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. Lyautey e o Brasil. *Revista do Clube Militar*, nº 48, Ano XI, p. 241.

Então, ante o quadro crescente das transformações sociais, em face da questão operária cujos contornos delineavam-se com promessas que forçavam serias apreensões, irrompia na mocidade da terra de S. Luiz e de Robespierre um ardente **élan** [grifo do autor] para a ação social, um generoso esforço de solidariedade, uma preocupação viva pelos novos problemas postos pela revolução econômica e industrial. [...] No entanto, os oficiais do Exército francês, presos à rotina das casernas, viviam à margem das novas preocupações do povo, despreparados para também agir no sentido patriótico e nacional, utilizando esse instrumento poderoso que estava em suas mãos: o **serviço universal** [grifo do autor].⁴⁰

Esta educação seria possível, para Severino Sombra, por meio de uma ação conjunta sobre os futuros oficiais e soldados. Desse modo, para ele:

[...] Em vista do abandono das populações rurais, do baixo nível intelectual da população e pelo imenso esforço que lhe é necessário afim de transformar-se num “país higienizado, alfabetizado, forte economicamente e educado politicamente”, o Brasil deveria exigir do Exército um relevante papel de educador.⁴¹

A questão do serviço militar foi resolvida somente em 1945. Com a extinção do sorteio foi instituído o recrutamento universal e obrigatório.⁴² Mas, curiosamente, ao mesmo tempo em que o Exército se define como escola de civismo, moral e bons hábitos para a população brasileira, estruturada a partir da formação dos oficiais, por outro lado, o acesso a essa escola se fechou.

De acordo com a pesquisa do historiador Fernando Rodrigues, a formação dos oficiais do Exército revela, entre 1905 e 1945, especialmente a partir de 1937, um padrão bastante discriminatório na admissão de alunos na Escola Militar do Realengo. Esta política de admissão evitava o ingresso de elementos considerados nocivos ao Exército e ao país. Estas restrições recaíam principalmente sobre negros, estrangeiros, judeus e candidatos adeptos a “ideias estranhas” à nacionalidade e ao Exército. A partir de 1937, o anticomunismo e o antijudaísmo, como afirma Rodrigues, são tomados como critérios nos processos de admissão

⁴⁰ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. Lyautey e o Brasil. *Revista do Clube Militar*, nº 48, Ano XI, p. 241.

⁴¹ Idem, *ibidem*. p. 244.

⁴² CASTRO, Celso. *A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. Op. cit., p.82.

à Escola Militar do Realengo.⁴³ De acordo com determinação do Ministro da Guerra, na seleção preliminar dos concorrentes à matrícula na Escola Militar deveriam ser observadas rigorosamente as seguintes condições: ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiros natos; pertencer a uma família organizada e de bom conceito; ser física e mentalmente sadio; não ser de “de cor”, não ser, e nem seus pais, judeu, maometano ou ateu confesso.

O corpo de oficiais do Exército, por esses critérios, deveria possuir uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos que os solidarizassem numa fraternal comunidade de ideias e sentimentos.⁴⁴ Em contrapartida, se havia restrições na seleção dos futuros oficiais, o recrutamento obrigatório, por esta concepção conservadora, seria o lugar de regeneração da juventude perdida, que deveria ser devolvida à nação devidamente doutrinada contra o comunismo, com uma coesão de ideias necessária para o desenvolvimento do país, dentro desses moldes.

Então, dentro deste quadro bastante pessimista em relação ao sistema liberal e às “qualidades” inatas do povo brasileiro, onde a nação era pensada como um corpo que deveria ser aperfeiçoado, tornando-se “são”, homogeneizando-se ideologicamente, psiquicamente e fisicamente, o Exército e a Marinha seriam as únicas instituições verdadeiramente nacionais e organizadas. Por isso, seriam também capazes de levar o país ao desenvolvimento, sanando os problemas sociais e “morais” do povo.

Cada vez mais se tornava visível a dependência mútua entre governo e Forças Armadas, que podia ser resumida por outra frase célebre do general Góes Monteiro: *Exército forte para um governo forte*. Instrumento de força e soberania nacional, o Exército e as Forças Armadas surgiam – para este pensamento conservador – como as únicas instituições nacionais devidamente organizadas. Desse modo, só à sombra delas poderiam organizar-se as demais forças da nacionalidade.⁴⁵

1.3 - O anticomunismo.

⁴³ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis*. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército (1905-1946). Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2010. p. 168.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ MONTEIRO, Góes apud PINTO, Sérgio Murillo. Op. cit., p.535-542.

Na abertura de espaço para o projeto vitorioso em 1937, o anticomunismo teve um papel fundamental. A pesquisadora Dulce Pandolfi, ao discutir os anos 1930, atenta para as ambiguidades desse período, demonstrando que o clima político que se instalou depois da promulgação da Constituição de 1934 não fazia antever o golpe de 1937.⁴⁶ Para a autora, o projeto de Vargas e de Góes Monteiro estava em total descompasso com o clima político do país: a anistia proclamada pela Constituição trouxe de volta os exilados de 1932. Em outubro de 1934 realizaram-se eleições para o congresso, e o restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu os movimentos sociais.⁴⁷

Várias greves eclodiram nesse período e o processo político radicalizou-se, tanto à direita quanto à esquerda, abrindo caminho para uma reação mais repressiva do governo aos opositores do regime. Somado a isso, havia o fato de que o liberalismo estava em colapso em boa parte do mundo, o que também contribuiu para a aceitação do centralismo autoritário de Vargas e Góes Monteiro.

Diante da organização dos movimentos populares e da “ameaça comunista”, os liberais recuaram. Assim, o Congresso aprovou em 1935 a Lei de Segurança Nacional, suprimindo diversas diretrizes democráticas presentes na Carta de 1934. Mas esta mesma Carta, apesar de liberal, incorporou na área militar, sobretudo na que se referia à defesa nacional, muitos dispositivos identificados com o centralismo autoritário, predominante no meio militar, trazendo clara influência do pensamento do general Góes Monteiro, que elaborou a parte relativa à defesa nacional do anteprojeto da Constituição.⁴⁸

Este aspecto da Constituição é relevante na medida em que também define o papel das Forças Armadas na sociedade. Aprovada a Lei de Segurança Nacional, podemos dizer que esta tendência ao autoritarismo, com o Exército a serviço da coesão nacional e da ordem, ganhou cada vez mais força na sociedade.

O levante comunista, ocorrido em 1935, fortaleceu a ideia defendida pelo general Góes Monteiro de que o Exército deveria estar preparado para defender o país não só de conflitos externos, mas internos. O anticomunismo, que já vinha sendo bastante explorado politicamente no Brasil, ganhou força dentro e fora do Exército, contribuindo para a afirmação da necessidade de um governo forte e autoritário, que fizesse frente ao modelo da democracia liberal.

⁴⁶ PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo, do início de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-38.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ PINTO, Sérgio Murillo. Op. cit., pp.515-527.

Rodrigo Patto Sá Motta, ao estudar o imaginário anticomunista no Brasil, observa que a memória oficial sobre a “Intentona” reforça a ideia de que os militares que haviam participado do movimento eram traidores da corporação militar. Além de traírem a corporação, seriam também traidores da pátria, pois “obedeceriam” a ordens de potências estrangeiras, principalmente as da União Soviética.

Para reforçar a imagem de traição atribuída aos comunistas, houve esforços no sentido de representar os militares fiéis ao governo, mortos no combate, como heróis. A partir de então, instituem-se, no interior do Exército, comemorações à Intentona Comunista, com o Estado conferindo a elas caráter oficial em 1937.⁴⁹

Em 30 de setembro de 1937, quando se aguardavam as eleições presidenciais, foi denunciada pelo governo a existência de um plano comunista que, na verdade, era um documento forjado por um oficial integralista – o “Plano Cohen”. A divulgação desse plano causou grande comoção popular que, aliada à instabilidade gerada pelo levante de 1935, contribuiu para neutralizar as últimas resistências ao golpe que já vinha sendo orquestrado desde 1936, quando o general Góes Monteiro, a pedido de Getúlio Vargas, preparou um texto contendo as linhas gerais de um Estado ditatorial.

Durante a campanha eleitoral para a sucessão de Vargas, a recuperação da economia e o controle dos trabalhadores asseguraram a adesão de importantes setores da sociedade ao projeto centralizador e autoritário. Com a participação decisiva do Exército, Getúlio Vargas inaugurava, em novembro de 1937, o Estado Novo, sem qualquer reação significativa.⁵⁰ Desde então, o Exército passou a fazer parte da estrutura de poder do Estado, fundamentando sua legitimidade de forma bastante precisa: alegava ser a encarnação das aspirações nacionais e estar acima dos interesses regionais e partidários. Então, a maneira de conceber as relações entre o Exército e a política, que José Murilo de Carvalho chama de *intervencionismo controlador*, se tornou hegemônica na instituição. Diferentemente dos revolucionários de 1930, ou dos tenentes de 1922, este setor conservador dos militares entendia o Exército como “expressão orgânica da nação”, e não como “encarnação do povo”.⁵¹

Os oficiais que representavam esse intervencionismo conservador defendiam a “imunização” do Exército contra a política considerada “menor” e contra qualquer tipo de conflito externo à corporação. Carvalho observa que, para atingir seus objetivos, este setor

⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, pp. 76-84.

⁵⁰ PINTO, Sérgio Murillo. Op. cit., p. 568.

⁵¹ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Op. cit., p. 97.

conservador do Exército teve que lançar mão de uma operação complexa: abrir a sociedade ao Exército e, ao mesmo tempo, fechá-lo à sociedade. Esta abertura da sociedade ao Exército se daria por meio do convencimento da importância da defesa nacional e da guerra, que incluía em plano destacado o combate ao comunismo, além da ampliação do serviço militar por meio do recrutamento universal e obrigatório. Um decreto de 1933 já havia exigido o certificado de serviço militar para o alistamento em cargo público, exigência que foi incorporada à Constituição de 1934 por insistência do Ministro da Guerra, o general Góes Monteiro.⁵²

Essa medida sanou parcialmente o problema do serviço militar, visto que o alistamento obrigatório, desde a criação da primeira lei do sorteio militar, em 1906, era rejeitado por parte da sociedade civil, sobretudo pelo movimento operário. Assim, uma série de medidas punitivas foi sendo empregada, culminando, em 1945, na Lei do Serviço Militar Obrigatório. A falta de documentos que comprovasse estar em dia com as obrigações militares impediria o jovem de tirar carteira de identidade e pleitear o reconhecimento de qualquer direito, favor ou prerrogativa com fundamento nas leis trabalhistas.⁵³ O serviço militar ampliado devolveria à sociedade milhares de jovens doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras e na necessidade de se preparar a nação para elas, e na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país.⁵⁴

Por outro lado, o fechamento do Exército à sociedade era necessário para garantir o afastamento do oficialato da “política menor”, ou seja, dos conflitos de interesses externos à corporação.

Durante a ditadura do Estado Novo, também foram aperfeiçoados mecanismos internos destinados a homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas para a corporação e para a nacionalidade. Tratam-se principalmente do combate ao comunismo dentro da corporação e da proibição do voto aos militares da ativa, implementado na Constituição de 1937.⁵⁵ Valores como disciplina e respeito à hierarquia passaram a ser cuidadosamente cultivados no seio da oficialidade como elementos indispensáveis para se compor um Exército “nacional”, coeso, atuando sempre em bloco. Nesse movimento, há – como já demonstrou Celso Castro – um grande investimento simbólico na *invenção* de tradições para o Exército. Castro analisa os principais rituais e símbolos do Exército, vistos através de importantes tradições, como o culto a Caxias e as

⁵² CASTRO, Celso. *A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. Op. cit., p.81.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Op.cit., p.78.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.82.

comemorações da vitória sobre a “Intentona Comunista” de 1935, intensificados durante o Estado Novo.⁵⁶

Acreditamos ser possível juntar a esses investimentos um outro: a constituição de forma mais sistemática de uma memória institucional através da editora Biblioteca Militar, inaugurada - não coincidentemente - em 1937.

1.4 - “Os nossos problemas vistos por nós mesmos”: a criação de uma cultura militar

Em linhas gerais, o decreto nº 1.748 de 26 de junho de 1937, que cria a Biblioteca Militar, dedica-se à organização do seu setor editorial. A justificativa apresentada pelo Presidente da República e pelo ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, para a criação de uma editora militar era sucinta: tendo em vista as dificuldades em se editar obras militares, a Biblioteca Militar seria um veículo que teria como missão “estimular o gosto pela literatura militar, buscando no passado os episódios dignos de servir de ensinamento ao presente e acolhendo no presente as iniciativas capazes de concorrer para o aperfeiçoamento do futuro”.⁵⁷

O artigo primeiro do decreto define com clareza a função do novo órgão: “divulgar ensinamentos que concorram para o aperfeiçoamento moral, cívico e profissional dos milhares de brasileiros que vêm ter aos quartéis, trazidos pelo amor à profissão das armas ou pela obrigação do serviço militar”.⁵⁸ Já no artigo 12, uma comissão – a Comissão da Biblioteca Militar – nomeada pelo Ministro da Guerra, seria formada para conduzir os trabalhos.

A Comissão Diretora da Biblioteca Militar foi designada para pôr em prática suas atividades editoriais através do decreto criador da Biblioteca Militar. Composta de cinco membros, sendo três militares e dois civis, esta Comissão foi diretamente nomeada pelo Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, de acordo com o Aviso Ministerial nº 429, a seis de julho do ano de 1937. De acordo com o decreto de criação da Biblioteca, nº 1.748 de 26 de junho de 1937, a Comissão Diretora deveria ser presidida por um coronel ou general. O membro militar mais moderno (no vocabulário militar, com menos tempo no posto) deveria

⁵⁶ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op. cit., pp. 29 - 57.

⁵⁷ Anais da Câmara dos Deputados. Coleção de Leis da República. Decreto n.º 1.748 de 26 de junho de 1937.

⁵⁸ Decreto nº 1.748. loc.cit.

exercer a função de Secretário da Comissão. O então coronel, Valentim Benício da Silva, foi nomeado para o cargo de presidente da Comissão Diretora, e promovido ao posto de general de brigada logo em novembro de 1937.⁵⁹ Além dele, foram escolhidos pelo general Dutra o coronel Francisco de Paula Cidade e o capitão Severino Sombra de Albuquerque que, por ser o membro mais moderno, ocupou o cargo e Secretário da Comissão.

Entre os civis, foram escolhidos Luiz Edmundo de Mello Pereira e Carlos Maúl. O primeiro, conhecido no meio literário como Luiz Edmundo, foi um nome destacado na poesia simbolista brasileira, além de cronista e jornalista. Eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1944, Luiz Edmundo foi um cronista do Rio antigo, autor do célebre livro *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. Já Carlos Maúl foi poeta, escritor e jornalista, membro de diversas instituições culturais brasileiras, tais como a Academia Carioca de Letras e a Sociedade Brasileira de Filosofia. Escreveu nos jornais Gazeta de Notícias e Correio da Manhã. Publicou livros sobre a vida no Rio de Janeiro, tais como *O Rio da Bela Época*.⁶⁰ Carlos Maúl teve alguns títulos publicados, alguns deles pela Biblioteca Militar, como *Floriano Peixoto*, de 1939, *A república Brasileira*, datada deste mesmo ano, e *Sombras heroicas e outros estudos brasileiros*, de 1940. Luiz Edmundo também teve títulos publicados pela Biblioteca Militar, em sua maioria, obras históricas memorialistas, como *A corte de D. João no Rio de Janeiro*, de 1939.

O regulamento da biblioteca previa a criação de três coleções com objetivos específicos, que nos ajudam a pensar os objetivos iniciais da instituição. A primeira coleção era identificada como *coleção A, Nossos Soldados*. Nela, previa-se a publicação de breves biografias de soldados brasileiros de grande projeção, em linguagem simples e ao alcance de soldados alfabetizados. Estas biografias deveriam relembrar os feitos de militares considerados exemplares. Já a *coleção B*, intitulada *Obras Patrióticas*, seria composta por publicações de obras novas ou reeditadas de autores nacionais, militares ou civis. Finalmente, na *coleção C, Obras de Educação* seriam publicadas “obras de caráter educativo, profissional ou não, de autores militares ou civis, nacionais e estrangeiros, inéditas ou reeditadas”.⁶¹

A preocupação com a educação de soldados e oficiais, como podemos observar na designação da Coleção C, não era unicamente “profissional”. Não por acaso, a primeira obra

⁵⁹ O coronel fora promovido a general de brigada logo depois da organização da Biblioteca Militar, em 15 de novembro de 1937. Por isso, a partir daqui apontaremos o posto de general ao nos referirmos a Valentim Benício da Silva.

⁶⁰ MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.

⁶¹ Anais da Câmara dos deputados. Coleção de Leis da República. Ministério da Guerra. Decreto n.º 1.748 de 26 de junho de 1937.

editada pela Biblioteca Militar, recomendada diretamente pelo Ministro da Guerra e publicada na *Coleção C*, foi “Em Guarda contra o Comunismo”, uma coletânea de artigos que visavam combater o comunismo.⁶² Desse modo, a profissionalização não podia ser pensada fora do campo da política. Afastar o Exército das questões políticas externas a ele significava, antes de tudo, doutriná-lo de acordo com um tipo específico de envolvimento político. Era necessário expurgar da instituição ideias que, de acordo com os militares da cúpula do Exército, eram nocivas e trariam a cisão do Exército e, conseqüentemente, da nação.

Para os oficiais da década de 1930, o Exército poderia intervir na sociedade desde que esta intervenção fosse liderada por seus dirigentes e tivesse como objetivo preservar a “integridade da pátria”. Desse modo, buscava-se resolver o problema do envolvimento da jovem oficialidade no jogo político. Além das questões técnicas, ligadas à necessidade de modernização do Exército, havia a necessidade de construir uma doutrina militar homogênea, formulada pelo Estado Maior, que fosse capaz de estabelecer a ordem e evitar a quebra da hierarquia na instituição.

Decorridos dez meses de funcionamento da Biblioteca Militar, em julho de 1938, o general Valentim Benício expõe ao Ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, através de um ofício publicado no Boletim de Informações da Biblioteca Militar,⁶³ as finalidades e os motivos que o levaram a pensar na criação da instituição, juntamente com um projeto de reorganização da Biblioteca. As qualidades morais de um Exército, de acordo com a exposição de Valentim Benício, poderiam ser aperfeiçoadas por meio da ação intelectual: “Si as qualidades morais estão em função de numerosos fatores de toda sorte, é incontestável a possibilidade de seu aperfeiçoamento por meio da ação intelectual que gera convicções, acorda sentimentos e rasga horizontes que provocam entusiasmos”.⁶⁴

O general Benício considera os limites traçados pelo decreto de 1937 tímidos e propõe um modelo de organização inspirado na Biblioteca do Serviço Histórico do Exército Francês:

General Paul Azan, convidado recentemente a realizar um curso de conferências no Círculo Militar Argentino, iniciou-o com três palestras sobre o Serviço [histórico francês]. Tanta importância dão os

⁶² O programa de publicações para o ano de 1938 define a obra como “precioso material para a preparação de aulas de educação moral e cívica e da mentalidade necessária à defesa social do Exército”. Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I, 1º de Julho de 1938, n.1. Organização e finalidades da exposição de motivos apresentada ao senhor Ministro da Guerra com o projeto de reorganização da Biblioteca Militar. p 3.

⁶³ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I, 1º de Julho de 1938, n.1. Organização e finalidades da exposição de motivos apresentada ao senhor Ministro da Guerra com o projeto de reorganização da Biblioteca Militar, p.3.

⁶⁴ Idem, ibidem.

chefes militares franceses a esse Serviço, que o Histórico e a sua organização bibliotecária, chamando a atenção dos nossos vizinhos do Sul para o papel capital que as bibliotecas desempenham na preparação intelectual de um exército moderno. Aliás, aquela bem organizada associação militar edita a conhecida “Biblioteca del Oficial”, cujos volumes já sobem a centenas.⁶⁵

A ideia de criação de um serviço de publicações, no entanto, é inédita. A Biblioteca do Serviço Histórico Francês não era uma editora militar, e somente dispunha de um boletim bibliográfico com a relação dos melhores livros lançados de interesse geral e profissional dos militares. A Biblioteca del Oficial, uma revista militar argentina dedicada à tradução de obras militares estrangeiras, também inspirou a criação da Sessão de publicações da Biblioteca Militar.

Para além da organização de uma Biblioteca central ligada à Biblioteca das guarnições, como no Serviço Histórico Francês, Benício pensou em um serviço de publicações que deveria levar às mãos dos oficiais, periodicamente, “um volume de cultura geral, de cultura profissional ou de educação e patriotismo”.⁶⁶ Assim, para o general Benício, facilitando as condições de edição, a produção nacional seria estimulada:

Através de boas traduções, colocaremos ao alcance de nossos oficiais, como fazem os argentinos, as principais obras militares estrangeiras. Facilitando as condições de edição - tão difíceis em nosso meio para trabalhos especializados - estimularmos a produção nacional, despertando os nossos próprios valores, caminhando assim, para um tipo adequado de cultura militar, com nossos problemas vistos por nós mesmos com olhos de saber.⁶⁷

Essas colocações de Benício nos levam a pensar que este projeto visava a criar condições para que a oficialidade produzisse conhecimento técnico e profissional, comprometido com a solução dos problemas ligados à realidade militar e social brasileira. Além desta produção “profissional”, as edições deveriam contribuir para a educação moral do oficial.

⁶⁵ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I, 1º de Julho de 1938, n.1. Organização e finalidades da exposição de motivos apresentada ao senhor Ministro da Guerra com o projeto de reorganização da Biblioteca Militar, p.3.

⁶⁶ Idem, ibidem. pp.4-5.

⁶⁷ Idem, ibidem. p.6.

Não se tratava unicamente de copiar o modelo francês de organização ou de promover a tradução de obras militares estrangeiras e sim, por meio da veiculação de livros, artigos, revistas especializadas e tratados de caráter técnico ou profissional, cívico, patriótico e moralizante, educar o oficial e o soldado brasileiros, para se chegar a um tipo adequado de cultura militar para a nação. A edição e veiculação das obras necessárias ao aperfeiçoamento do Exército, assim como a própria construção de uma memória histórica oficial e nacional, estariam, desse modo, controladas pelo Estado Maior e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.

Através de seleções de fatos da história considerados relevantes para a memória nacional, o Exército, por meio deste mecanismo institucional – a Biblioteca Militar – ditava o que deveria ser rememorado.

Capítulo II

A Biblioteca Militar entre 1937 e 1942

O ano de criação da Biblioteca Militar Editora foi emblemático. A existência desta instituição coincidiu com a implantação da ditadura do Estado Novo, quando se consolidou um novo tipo de relação entre Exército, sociedade e Estado. Ocupando um papel proeminente no centro do poder político, o Exército procurou, principalmente a partir de 1937, perpetuar um ideal de nação onde as Forças Armadas teriam a missão de conduzir o país rumo ao progresso e ao desenvolvimento. É nesta fase que o Exército passa a se pensar mais sistematicamente como uma corporação e, para concretizar o projeto militar conservador vitorioso em 1937, procura os meios para agir em bloco, evitando cisões no seu interior.⁶⁸

A oficialidade deveria incorporar valores como disciplina, respeito à ordem social estabelecida e à hierarquia militar, internalizando a necessidade da permanente preparação para a guerra. Tais valores deveriam transpor os muros dos quartéis, tornando-se universais. A sociedade, nessa concepção, era pensada como uma comunidade unida por laços orgânicos. Com a ditadura em 1937, as reformas necessárias para a concretização do projeto político militar conservador, que já vinha sendo elaborado desde o início da década de 1930, tiveram um grande impulso.⁶⁹

⁶⁸CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Op.cit., pp.78-82.

⁶⁹ Podemos citar as reformas realizadas por José Pessoa na Escola Militar do Realengo, além das medidas restritivas para o ingresso de alunos na Escola Militar do Realengo, procurando assim, formar uma oficialidade

Internamente, nos limites da fronteira nacional, a exploração política do levante comunista de 1935 produziu uma retórica bastante conveniente aos chefes militares de então, que elevaram o combate ao comunismo à condição de missão patriótica, dever do Exército enquanto instituição. As ideias socialistas, ou todas aquelas consideradas de viés comunista ou liberal, passaram a ser encaradas como uma ameaça à integridade da pátria e da própria instituição militar.⁷⁰

Fora do Brasil, a Guerra Civil Espanhola fornecia, de acordo com este discurso conservador, as evidências de que as ideias democráticas, liberais ou socialistas, poderiam contaminar a juventude e levar um país ao caos. O capitão Severino Sombra, por exemplo, em artigo publicado na *Revista do Clube Militar*, alertava sobre o avanço da Frente Popular e culpava o comunismo pelo “estado de desordem” no qual a Espanha se encontrava.⁷¹ De acordo com seu pensamento, o Exército deveria ser um agente educador, de modo a evitar que a juventude caísse nas “armadilhas socialistas”.⁷² Assim, era conveniente a vitória de um governo autoritário, e foi em torno desse projeto que se deu a aproximação de militares como Severino Sombra, Góes Monteiro – não é demais lembrar que este foi o formulador da doutrina militar hegemônica em 1937 – com os regimes fascista e nazista em ascensão na Europa.

A despeito de todas as ambiguidades e diferenças que marcam a aproximação e o afastamento do Estado Novo com estes regimes, podemos considerar que a política de controle sindical e de propaganda, além de políticas anti-semitas, aproximavam bastante o governo Vargas do fascismo italiano e do nazismo alemão. Quanto ao projeto político militar, um de seus pontos fundamentais era a construção de uma elite militar depurada social e racialmente, que deveria orientar a construção da nação brasileira. Para isso a cúpula do Exército tomou medidas para impedir o ingresso de negros, judeus e comunistas – elementos indesejáveis – nas escolas militares, como se discutira no capítulo I deste trabalho.

A política do Estado Novo seguiu as orientações estabelecidas pelo general Góes Monteiro, tanto no que se referia à redefinição do papel das Forças Armadas como no que dizia respeito à política econômica do país.⁷³ Fora do âmbito militar, o período entre 1937 e

“depurada”, coesa e homogênea. Ver respectivamente: CASTRO, Celso. Inventando Tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.7, n 14, 1994, p. 231-240; e RODRIGUES, Fernando. Op.cit., pp.119-137.

⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda contra o perigo vermelho. Op.cit.,pp.76-84.

⁷¹ ALBUQUERQUE, Severino Sombra de. “Lyautey e o Brasil”. In *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 48, 1937, pp. 241-244.

⁷² Idem, ibidem. pp.241-244.

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Op.cit., p. 75.

1942 também foi marcado por medidas importantes, que procuraram consolidar o novo regime.⁷⁴ É em meio a essas reformas que situamos a criação da Biblioteca Militar Editora. Acreditamos que sua estruturação integra esse grande projeto reformista. O objetivo do capítulo, portanto, é examinar o investimento realizado na editora, apresentando sua organização e dinâmica interna de funcionamento entre os anos de 1937 e 1942.

Nesses cinco anos, entre 1937 e 1942, a Comissão Diretora da Biblioteca Militar esteve sob a direção do general Valentim Benício da Silva. Foi sob sua supervisão que a Biblioteca Militar se organizou internamente. O general é considerado pela memória oficial do Exército como idealizador e “reorganizador” da antiga Biblioteca do Exército, fundada no século XIX.⁷⁵ Como explicitamos anteriormente, esta linha de continuidade entre a Biblioteca do Exército, fundada nos últimos anos do regime imperial, e a Biblioteca Militar, pensada e criada na década de 1930, faz parte da construção de uma narrativa institucional.

Há dois aspectos desta narrativa que gostaríamos de ressaltar. Primeiro, a Biblioteca, ao ser entendida como uma instituição ligada diretamente ao alto comando do Exército brasileiro se torna, ela mesma, objeto de elaboração de mitos de origem, lugar de memória, intimamente ligado à gênese do próprio Exército. Procura-se, desse modo, construir uma narrativa de clave individualista, onde a instituição é apresentada como se tivesse sido idealizada originalmente por uma pessoa, ou um grupo delas. Geralmente, e este é o caso em questão, atribui-se a ideia original a grandes personalidades criadoras. O culto às “figuras exponenciais” da história da atual Biblioteca do Exército parece ter sido instituído em 1954, na solenidade de inauguração dos retratos de Franklin Dória, do general Valentim Benício e do Conde de Lippe – “a trilogia histórica dos implantadores do livro nos quartéis brasileiros”, nas palavras do general Umberto Peregrino.⁷⁶

Nesta época a Biblioteca, já com a nova denominação Biblioteca do Exército, ocupava o novo prédio do Ministério da Guerra, inaugurado em agosto de 1941. Esta construção marcava a nova posição ocupada pelo Exército nos anos do Estado Novo: um prédio de grandes dimensões e suntuoso, erguido na mesma área ocupada pelo antigo Quartel General

⁷⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2003, p.113.

⁷⁵ A perspectiva institucional procura não romper o sentido de uma evolução histórica contínua. Já mostramos no capítulo 1 que a ancoragem em um passado ideal e remoto é um importante meio de perpetuação de valores e tradições no seio do Exército. Isso leva esta literatura memorialista a ignorar o fato de que o general Benício reorganizara a Biblioteca Militar, fundada em 1937. Ainda que em alguns de seus regulamentos haja menção à antiga Biblioteca do Exército, não há o estabelecimento direto de nenhuma relação entre essas duas bibliotecas na documentação examinada. Esta ligação entre as duas bibliotecas surgiu, portanto, posteriormente. Em seu momento de criação não foi importante, a nosso ver, o estabelecimento de uma continuidade histórica entre as duas instituições.

⁷⁶ PEREGRINO, Umberto. Op.cit., p. 221.

da Praça da República, construído no século XIX e sede do Ministério da Guerra até então. O nome dado ao novo prédio do Ministério da Guerra - Palácio Duque de Caxias – revela a consagração de Luís Alves de Lima e Silva como maior herói e símbolo do Exército brasileiro. Esta consagração foi o desfecho da evocação a Caxias, na medida em que o poder do Exército aumentava no interior do Estado. Como colocou o antropólogo Celso Castro, esta evocação assumia conteúdos simétricos ao papel conservador e autoritário do Exército na política nacional.⁷⁷ Em 1954 foi inaugurado o Panteão em homenagem ao Duque de Caxias, marcando o ápice de sua consagração.

Neste mesmo ano, em cerimônia solene os dirigentes da Biblioteca do Exército Editora evocavam a “trilogia histórica” dos implantadores dos livros nos quartéis, construindo assim um mito de criação para a instituição.

Logo após sua transferência para o novo prédio do Ministério da Guerra, no início dos anos 1940, a Biblioteca Militar foi modernizada. Suas instalações passaram a contar com um amplo salão de leitura, a “Sala Gen. Benício”, que recebeu decoração com galerias de retratos de grandes vultos nacionais. O atendimento ao público foi ampliado e criou-se definitivamente um serviço de correspondência para agilizar a entrega das publicações aos subscritores da editora, ou seja, assinantes das publicações da Biblioteca Militar.

De fato, investigando o *Catálogo de Publicações da Biblioteca do Exército*, constatamos que, até o ano de 1949, a denominação usada para as publicações é “Biblioteca Militar” e a partir de 1951 elas já aparecem como publicações da “Biblioteca do Exército”. Portanto, podemos constatar que a Biblioteca Militar passa a se chamar Biblioteca do Exército na década de 1950, e que esta mudança faz parte da tentativa da afirmação de um passado tradicional para a instituição. Por isso, ao estudarmos a Biblioteca Militar, encontramos um ponto de interseção muito nítido entre o projeto de criação da editora Biblioteca Militar e o de reforma do próprio Exército. Ou seja, uma maneira de articular como os militares que integraram o projeto editorial da Biblioteca Militar se aproximam e como pensam a instituição militar e o papel do Exército no Estado Novo. Além disso, é possível pensar que a narrativa que inventa um passado tradicional para a instituição, por sua vez, também é uma forma de auto representação do Exército, ou pelo menos de uma parte dele. Ao elegerem os pais fundadores de suas instituições, estes militares estão também forjando a imagem que desejam veicular de si mesmos.

⁷⁷ CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro. Op.cit.,p. 27.

De maneira diferente desta perspectiva tradicional, individualista, entendemos que a Biblioteca Militar está inserida na tessitura específica das relações entre Exército e sociedade na década de 1930. Isto não significa, entretanto, negar a importância dos indivíduos nos processos históricos e na formação das instituições. Não seria proveitoso estudar tal instituição descartando as trajetórias e o perfil intelectual dos militares que fizeram parte da etapa inicial deste empreendimento editorial. Mas também é pouco provável que este projeto bem articulado – a criação de uma editora militar – fosse colocado em prática sem que o Exército chegasse à posição de poder ocupada na década de 1930.

A recém criada editora, além de ser uma biblioteca, com acervo e espaço físico para consulta, deveria funcionar como um instrumento de veiculação de ideias e modelos através de livros que pudessem perpetuar na consciência dos militares e do povo brasileiro nomes e feitos heroicos de grandes personalidades militares, lembrando os episódios considerados importantes para a história nacional. O objetivo do Presidente da República e do Ministro da Guerra, ao autorizarem a organização da instituição, era buscar “no passado os episódios dignos a servir de ensinamento ao presente e acolhendo no presente as iniciativas capazes de concorrer para o aperfeiçoamento do futuro”.⁷⁸ O artigo 1º do decreto nº 1.748 de 26 de junho de 1937, no entanto, não deixa de enfatizar o papel profissionalizante da Biblioteca Militar:

Será organizada no Ministério da Guerra, a “Biblioteca Militar”, destinada a divulgar ensinamentos que concorram para o aperfeiçoamento moral, cívico e profissional dos milhares de brasileiros que vêm ter aos quartéis, trazidos pelo amor à profissão das armas ou pela obrigação do serviço militar bem como daqueles a quem possam interessar os conhecimentos que esta biblioteca se propõe a difundir.⁷⁹

Desse modo, o profissionalismo que se pretendia cultivar estava acompanhado de um papel educador que o Exército deveria exercer junto à sociedade, conduzindo-a em direção ao novo regime. Chefe do gabinete do Ministro da Guerra em 1937 e Secretário Geral do Ministério da Guerra em 1938, o general Valentim Benício não teve dificuldades para concretizar este projeto. A sua gestão coincide com o momento onde foram corporificadas as

⁷⁸ Anais da Câmara dos deputados. Coleção de Leis da República. Ministério da Guerra. Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

reformas mais significativas para a afirmação do Estado Novo.⁸⁰ No interior do Exército, este período também foi marcado por reformas importantes, principalmente no que diz respeito à seleção e à formação dos oficiais.

Paralelamente à criação da editora, Severino Sombra, então no posto de capitão, esteve empenhado na elaboração de um projeto educacional militar nacional. O *Plano Geral de educação patriótica e social do Exército*, elaborado por ele em 1935 a pedido do então Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, é um material esclarecedor para compreendermos as inspirações e motivações mais específicas que levaram à criação da Biblioteca Militar. Embora tenha sido escrito dois anos antes da criação da Biblioteca Militar, este plano apresenta algumas demandas que foram incorporadas na estrutura de organização desta instituição.⁸¹ Já o general Valentim Benício da Silva não participou sistematicamente da elaboração de um plano educacional, mas atuou – como veremos – nos meios educacionais militares, publicando alguns estudos como *O Livro do Soldado Brasileiro*, sob o pseudônimo “Soldado 119”.⁸² Tratava-se de uma cartilha de nível primário, de caráter cívico, destinada à educação do soldado.

Pelas razões aqui apresentadas, este capítulo se dividirá em três partes. Na primeira, trataremos da organização interna da Biblioteca Militar. Na segunda, discutiremos as coleções e premiações instituídas, assim como as recomendações do Ministro da Guerra quanto às primeiras obras publicadas pela Biblioteca Militar. Já na última, discutiremos o projeto educacional militar e o envolvimento dos generais Valentim Benício da Silva e Severino Sombra, cada um a seu modo, nesta empreitada.

2.1 - A organização do setor editorial da Biblioteca Militar

O decreto de criação da Biblioteca Militar nº 1.748, de 26 de junho de 1937, não orientava sobre a organização de seu acervo e de sua parte física, como espaço para a acomodação dos livros, compra de novas obras e sala de consulta. A formação da Comissão Diretora da Biblioteca e do Serviço de publicações era a principal preocupação neste

⁸⁰ CAPELATO, Maria Helena. Op.cit., p. 113.

⁸¹ Plano geral de educação patriótica e social do Exército elaborado pelo capitão Severino Sombra por ordem do ministro da Guerra, general Góes Monteiro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Sab684. Microfilme 051-97. 7/03/1934- 17/01/1935.

⁸² Soldado 119. *Livro do Soldado Brasileiro*, Biblioteca Militar/Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1942.

momento inicial da vida institucional da Biblioteca Militar. O decreto de 26 de junho de 1937 apenas centralizava as publicações militares e definia um caráter oficial para elas:

Será organizada, no Ministério da Guerra, a “Biblioteca Militar”, destinada a divulgar os ensinamentos que concorram para o aperfeiçoamento moral cívico e profissional dos milhares de brasileiros que vêm ter aos quartéis, trazidos pelo amor à profissão das armas ou pela obrigação do serviço militar, bem como daqueles a quem possam interessar os conhecimentos que esta biblioteca se propõe a difundir”.⁸³

A Comissão Diretora da Biblioteca Militar, nomeada pelo aviso ministerial número 429 a 6 de julho de 1937, reuniu-se pela primeira vez no Ministério da Guerra no dia 14 de julho daquele ano, antes mesmo da aprovação de um regulamento para o funcionamento da Biblioteca Militar como um todo, ocorrida três meses depois da criação da instituição através do decreto n. 2.040, de 14 de outubro de 1937. Até o ano de 1942, foi aprovado outro regulamento que ampliava o original, através do decreto nº 3.213 de 26 de outubro de 1938. Nosso objetivo na primeira parte deste capítulo é explicitar o modo de operação desta Comissão Diretora nos anos iniciais de funcionamento da Biblioteca como editora militar, até o ano de 1942.

Antes da criação da Biblioteca Militar Editora e de outras instituições congêneres, como o Instituto de História e Geografia Militar e o Arquivo Histórico do Exército, todos criados na década de 1930, não havia critérios institucionais para considerar uma publicação ou um livro adquirido por um oficial para compor uma biblioteca de quartel como apropriadas à cultura militar que se procurava construir. Os livros eram incorporados aleatoriamente aos acervos os quartéis, sem qualquer controle superior. Considerando o Exército como instituição que deveria, a partir de então, agir em bloco e de acordo com um determinado modelo de relação Exército, Estado e sociedade, a Biblioteca Militar surgia como uma tentativa de uniformizar as publicações militares.

Daí a importância de um conselho editorial. A Comissão Diretora da Biblioteca Militar, nomeada pelo Ministro da Guerra, teria como objetivo de deliberar sobre as obras que deveriam ser publicadas pela Biblioteca em sua ação editorial e, assim sendo, veiculadas

⁸³ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n. 1.748 de 26 de junho de 1937.

dentro e fora do Exército. Facilitando os meios de difusão dos livros publicados pela nova editora nos meios militares, escolares e civis, a Biblioteca Militar procurava tornar-se porta voz do Exército brasileiro, implementando uma ação doutrinária disciplinadora, homogênea e marcadamente anticomunista. Uma ação interna, que deveria atuar sobre o corpo militar, e outra externa, voltada para a sociedade. Procurava-se, por meio da articulação da ação editorial, reconstruir a história do Exército e da própria nação, fundada em uma memória social, coletiva, que buscava ser fortemente consolidada.

Diferentemente do que ocorre hoje, a editora e a sua comissão diretora estavam diretamente vinculadas ao Ministério da Guerra. Para tornar mais claro o ponto em questão, vale destacar que atualmente a Biblioteca do Exército Editora – Bibliex – é subordinada à Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX). A DPHCEX, por sua vez, é uma sessão do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DCEX). Este departamento é um órgão de Direção Setorial e não possui ligação direta com os órgãos de Assessoramento Superior, subordinados ao Comandante do Exército. A atual Biblioteca do Exército Editora, Bibliex, portanto, não está diretamente subordinada ao Estado Maior do Exército.

Em 1937, no entanto, a recém criada Biblioteca Militar estava diretamente ligada aos órgãos de comando superiores, ou seja, ao Ministério da Guerra, cargo ocupado pelo general Eurico Gaspar Dutra, e ao Estado Maior do Exército, comandado pelo general Góes Monteiro. O artigo nº 23 do decreto 3.213, de 26 de 1938 afirmava que “A Biblioteca Militar dependerá diretamente do ministro da Guerra, a quem prestará conta anualmente de seus trabalhos, por meio de um relatório do presidente”.⁸⁴ Sua estrutura, desse modo, se erguia de acordo com a lógica do novo regime ditatorial sob tutela das Forças Armadas. Subordinada ao alto comando do Exército, a nova Editora seguia um caminho condizente com a ação centralizadora do Exército que tem, até então, a sua mais importante participação durante o regime autoritário inaugurado em 1937.

A Comissão Diretora da Bibliex⁸⁵ tinha como principal função julgar e dirigir a edição das obras inéditas a serem e publicadas pela Biblioteca Militar, além de selecionar obras antigas, que considerassem de grande valor, para serem reeditadas. Deveria também escolher as obras que seriam distribuídas gratuitamente aos corpos e estabelecimentos militares, como define o artigo nº 11 do decreto de sua criação, podendo também adquirir “obras já

⁸⁴ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto nº 3.213 de 26 de outubro de 1938.

⁸⁵ Conferir p. 29 deste trabalho.

publicadas”, nos mesmos moldes daquelas escolhidas para distribuição, a fim de “facilitar a aquisição de exemplares a serem distribuídos como prêmios às respectivas praças”.⁸⁶

Entendemos que a Comissão deveria escolher, entre as obras votadas para serem publicadas, aquelas que seriam destinadas à distribuição obrigatória, que poderia ser gratuita ou não, aos estabelecimentos militares, e que, quando fosse pertinente, também poderia adquirir obras que já haviam sido publicadas para este mesmo fim.⁸⁷ É, pelo menos, o que se depreende da frase:

Além da edição e reedição de obras que venham constituir a Biblioteca Militar, a Comissão poderá dirigir e fiscalizar a edição de outras publicações de caráter militar (livros e revistas). Adquirir obras já publicadas, do mesmo gênero daquelas para a distribuição, gratuita ou não, aos corpos e estabelecimentos militares, facilitando-lhes a aquisição de exemplares a serem distribuídos como prêmios às respectivas praças.⁸⁸

O objetivo seria o de facilitar a aquisição de exemplares a serem distribuídos como prêmios aos soldados, sendo designada, para estas despesas, uma verba específica. Quanto aos recursos para o funcionamento da editora, o artigo nº 16 afirmava que não seria criada uma nova verba orçamentária. As necessidades materiais da “Comissão Diretora” seriam supridas por verbas já atribuídas ao Ministério da Guerra.

Porém, há um ponto que gostaríamos de destacar. O artigo nº 11 atribui ainda à Comissão Diretora outra função que consideramos importante nesse contexto: a de fiscalizar a edição de “outras publicações de caráter militar”, como livros e revistas.⁸⁹ Havia, portanto, publicações sobre temas militares circulando livremente, pelos quartéis e também fora deles, sem que fossem submetidas à avaliação de um órgão central do Estado, fosse ele militar ou civil. Não dispomos de elementos suficientes para afirmar que esta proposta de controle se estendia a toda e qualquer obra sobre temas militares, nos meios escolares e acadêmicos civis. No entanto, inúmeras vezes nos deparamos, principalmente nas revistas militares, com alertas sobre o perigo da disseminação de ideias exóticas não só nos quartéis, mas também na sociedade.

⁸⁶ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n. 1.748 de 26 de junho de 1937.

⁸⁷ Idem, ibidem.

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ Idem, ibidem.

A livre circulação de livros e revistas militares nos meios militares foi alvo de críticas por parte da revista *A Defesa Nacional* entre os anos de 1934 e 1937.⁹⁰ Os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, apesar de não estarem entre os fundadores da revista, foram colaboradores importantes, participando ativamente de suas atividades editoriais. Ou seja, a política da Biblioteca procurava responder a um problema que já havia sido identificado e vinha sendo debatido durante a década de 1930 nas páginas da revista *A Defesa Nacional*.

Os militares reunidos em torno da revista, entre eles os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, o coronel Francisco de Paula Cidade, que participou de sua fundação em 1913, e o capitão Severino Sombra, partilhavam de seus ideais reformadores. Esses militares acreditavam que a corporação militar tinha fundamental importância na construção da nação que, para eles, era inexistente no Brasil. Essa ideia, de fato, norteou o pensamento político militar divulgado na revista desde a sua fundação, em 1913.

De acordo com a pesquisa realizada por Fernanda de Santos Nascimento, a revista *A Defesa Nacional* representava a elite intelectual do Exército e se propunha a desempenhar esforços para a construção de uma nova mentalidade militar. Ainda segundo a pesquisadora, entre o grupo mantenedor da revista, até 1930, podemos encontrar nomes que estiveram engajados na elaboração de seu projeto político, entre os quais gostaríamos de destacar Góes Monteiro, Eurico Dutra e Valentim Benício da Silva.⁹¹ No entanto, mesmo concordando com a posição da pesquisadora, devemos ressaltar alguns aspectos que, ainda que comentados em seu trabalho, merecem maior aprofundamento para o trabalho ora proposto.

Como coloca Nascimento, a revista era considerada um órgão de coordenação intelectual dentro do Exército, com função de discutir e promover a discussão dos problemas que interessavam à classe militar. Porém, como aponta a própria pesquisadora, a *Defesa Nacional* era uma associação civil, não ligada e subordinada diretamente ao Exército, mas composta de militares que desejavam trabalhar pelo engrandecimento da corporação e pela defesa da Pátria.⁹²

Ainda que, na década de 1930, a revista reunisse nomes que foram importantes no processo de formação da corporação militar e de centralização do Exército com interferência direta na esfera política, sobretudo a partir de 1937, e que, de certa forma, apresentasse um

⁹⁰ A *Defesa Nacional* foi fundada pela mocidade militar regressa da Missão Alemã, de 1910. Quando retornaram ao Brasil, munidos de ideias reformadoras e tendo o Exército alemão como exemplo de modernização, os membros desse grupo fundaram a revista. Apelidados por seus opositores como “Jovens Turcos”, estes militares acreditavam que à corporação militar se destinava o papel de construção da nação.

⁹¹ NASCIMENTO, Fernanda do Santos. A Revista *A Defesa Nacional* e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937). In *Anais do XXVI Simpósio da ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

⁹² Idem, *ibidem*, p.8.

pensamento com um certo grau de coesão, não estava submetida à fiscalização de um órgão central. Para o Exército, sobretudo depois de chegado a uma posição de poder expressiva, influenciando consideravelmente as bases educacionais econômicas e ideológicas do governo, mesmo uma publicação como *A Defesa Nacional* poderia colocar-se, no futuro, como um veículo militar de contestação da ordem vigente. Devemos lembrar que a revista, em décadas anteriores, foi responsável por inúmeras críticas aos dirigentes do Exército e ao regime político vigente.

A posição de poder ocupada pela cúpula militar em 1937 não deveria ser questionada, e acreditamos que a própria revista, ficando fora da esfera de um comando institucional, pudesse de alguma forma, representar a possibilidade de críticas aos dirigentes do Exército. Mesmo assim, para o período estudado, podemos dizer que os militares que nela colaboravam estavam comprometidos com o projeto político centralizador. A partir de 1935 notamos, em algumas edições da revista, uma forte preocupação com as publicações de temas militares, entre outros que circulavam entre os oficiais. Apresentaremos aqui algumas das críticas a estas publicações.

Um dos articulistas de *A Defesa Nacional*, o capitão Severino Sombra, que veio a ser o primeiro secretário da Comissão Diretora da Biblioteca Militar, em artigo publicado na sessão de educação e sociologia da revista em maio de 1936, entendia que o mundo estava passando por um “grave momento social” e propunha um exame sobre a situação da formação dos quadros do Exército brasileiro.⁹³ Para ele, o oficial em formação nas escolas militares deveria ter em sua grade curricular disciplinas como sociologia e estudos sociais. O motivo era simples: “às ideias deveriam ser opostas ideias, doutrina a doutrina, pregação a pregação”.⁹⁴ O movimento político que ficou conhecido como “Intentona Comunista” e as resistências socialistas, comunistas e anarquistas aos movimentos de caráter nacionalista e fascista e antiliberais na Europa, como ocorreu na Espanha antes do golpe militar que deflagraria a Guerra Civil Espanhola, eram provas, para Severino Sombra, de que o comunismo devia ser combatido fortemente por meio de uma doutrinação que se pretendia sociológica e científica.

Assim, neste artigo de 1936, o capitão afirmava que a ofensiva das “forças antinacionais” deveria ser combatida por uma “contraofensiva”, para que “um jovem militar, diante de um livro de orientação marxista que lhe caia as mãos”, soubesse se comportar “como um crítico e não como um espírito que se demite”, dominado pela “ignorância”, por

⁹³ SOMBRA, Severino. Um programa pedagógico militar. In *A Defesa Nacional*, nº 264, maio de 1936.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 567.

incapacidade de enfrentar a “dialética perigosa”. O capitão afirmava que certos valores genuínos e nacionais para com a pátria e o Exército não seriam ensinados e absorvidos por meio de uma ação pedagógica “com tinturas de educação moral e cívica” ou lançando mão de castigos severos.⁹⁵

Ao que parece, a sessão de pedagogia da revista objetivava munir os oficiais de um cabedal “científico” de conhecimentos sociológicos para que não caíssem nas “armadilhas” das “ideias malsãs”.⁹⁶ Para completar a formação dos oficiais, segundo o capitão Severino Sombra, aos oficiais deveria ser ministrado um curso de “análise da formação histórico-social do Brasil” que pudesse compensar a deficiência dos cursos de História do Brasil no ensino secundário.⁹⁷ Essa deficiência teria como consequência “a indiferença e desamor pelo nosso Passado, nossos Heróis e nossas Tradições”.⁹⁸ Neste mesmo artigo, em 1936, ele alerta para o perigo da circulação de livros nos meios militares: “Pense-se na avalanche de livros socialistas de todos os matizes que se despeja por toda parte, inclusive nas próprias Bibliotecas Militares”, enfatizando a necessidade de uma “cultura sociológica” na formação, principalmente, dos oficiais do Exército.⁹⁹

A questão da circulação de publicações nos meios militares também é abordada no editorial do número 256, em setembro de 1935, que anunciava a criação de um Boletim Bibliográfico na revista. O objetivo do Boletim era auxiliar os oficiais na procura de obras necessárias à formação da cultura geral “indispensável a todo militar de valor”, e no “conhecimento dos problemas estudados pelo pensamento contemporâneo”.¹⁰⁰ Em cada número da revista era publicado um boletim, contendo informações e resumos de publicações consideradas de grande interesse para o Exército:

A presente iniciativa vem preencher uma grande lacuna em nosso meio. Até hoje, para a sua formação cultural, nossos oficiais lutavam com imensas dificuldades e sérios perigos. A boa escolha constitui árduo esforço em meio à chusma de livros medíocres e ante a relativa deficiência da produção nacional. Guiado pela propaganda de fim puramente comercial ou de caráter sectário, o oficial, não raro, adquire obras que irão viciar a sua mentalidade. Nos estudos pessoais que empreende ou para os concursos em que se apresenta, sai ele a cata de bons livros, sem uma ajuda, tomando, às vezes, por boa coisa obras pseudocientíficas ou defensoras de concepções unilaterais. (...) O

⁹⁵ SOMBRA, Severino. Um programa pedagógico militar. Op. cit., p.567.

⁹⁶ Idem, ibidem.

⁹⁷ Idem, ibidem.

⁹⁸ Idem, ibidem, p.568.

⁹⁹ Idem, ibidem, p.568.

¹⁰⁰ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 256, setembro de 1935. p.1108.

Boletim indicará espontaneamente, em cada número, obras de leitura necessária ou aconselhável, dando sobre cada uma ligeira notícia.¹⁰¹

O texto alertava não só para a dificuldade dos meios editoriais militares em publicar obras relevantes para a formação do oficial, mas também para o conteúdo das publicações. Assim, o Boletim procurava orientar a escolha dos livros, informando ao militar quais as leituras “aconselháveis” à sua formação. O próprio Capitão Severino Sombra escreveu alguns destes boletins, como o publicado na edição do mês de novembro de 1935. Entre as obras indicadas neste número, estão a *História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon, *Problème du communisme*, de Nicolas Berdiaeff, e *Conflito de duas Civilizações*, de Eduardo Jacobina.¹⁰²

O volume número 275 de *A Defesa Nacional*, de abril de 1937, trazia uma advertência sobre editores de outras revistas militares que estariam usando o nome da revista para conseguir anunciantes. Estas revistas militares, de acordo com a advertência, eram “estranhas ao Exército”. Isto nos leva a pensar que, mesmo não sendo uma publicação oficial e institucional, a revista *A Defesa Nacional* reunia em torno dela, durante a década de 1930, oficiais que a julgavam um veículo de comunicação legítimo do Exército.¹⁰³ Sabemos que atualmente a Biblioteca do Exército Editora é responsável pela publicação da revista *A Defesa Nacional*.

No volume referente ao mês de janeiro de 1938 há um aviso que alerta para a mudança de sede da revista. Ele dizia que provisoriamente, enquanto aguardava a construção do novo prédio do Ministério da Guerra, a sede da revista funcionaria no prédio nº 62 da Avenida Rio Branco. Isto indica que, com a inauguração do Palácio Duque de Caxias em 1941, a sede da revista passou a ocupar o novo prédio do Ministério da Guerra.¹⁰⁴ Em 1981, a responsabilidade pela edição da revista passa à Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos do Exército.¹⁰⁵

Sabemos que os generais Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, e Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra em 1937, figuravam no quadro de colaboradores de *A Defesa Nacional*. Outros militares compuseram a Comissão Diretora da Biblioteca Militar até o ano de 1942, como o capitão Severino Sombra e o Major José de Lima Figueiredo, que

¹⁰¹ Idem, ibidem, p. 1108.

¹⁰² *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 258, novembro, 1935.

¹⁰³ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 275, abril, 1937.

¹⁰⁴ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n., 284, janeiro, 1938.

¹⁰⁵ *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 699-701, jan-jun, 1982.

faziam parte do corpo editorial da revista. Era necessário, assim, prover os oficiais de material bibliográfico para o seu aperfeiçoamento técnico, moral e intelectual, controlando o conteúdo veiculado no meio militar com uma forte ênfase no combate ao comunismo.

A partir de 1937, com a criação da Biblioteca Militar, ocorre um movimento no sentido de centralizar as publicações militares. O setor editorial com a sua Comissão Diretora foi criado neste momento exclusivamente para funcionar como um mecanismo de controle pelo Estado Maior e pelo Ministério da Guerra sobre a publicação e circulação de livros e revistas nos meios militares. Podemos perceber que, nos seus meses iniciais, a Biblioteca Militar era a própria Comissão Diretora. Cuidou-se para que suas atividades começassem antes de haver uma sede própria e uma estrutura física que comportasse um serviço editorial e uma sala de consultas. Não havia ainda diretrizes claras para a organização do acervo desta Biblioteca, que durante pelo menos dois anos funcionou unicamente como editora militar. Assim, sem um regulamento interno de funcionamento, sem regras muito claras para o julgamento das obras, a Comissão começava as suas atividades editoriais.

Sua criação forneceu as bases para os primeiros passos das atividades editoriais da Comissão, designando que ela deveria propor ao ministro a estrutura de seu funcionamento interno. Como veremos, bem antes de um projeto mais consistente, a Comissão, com o aval do Ministro da Guerra general Eurico Gaspar Dutra, já elaborava o seu programa editorial para o primeiro ano de funcionamento da biblioteca. Assim, Gaspar Dutra, em 24 de julho de 1937, já mandava publicar uma nota oficial, por meio do Ministério da Guerra, em que elogiava a publicação de um livro pela Biblioteca Militar. Tratava-se da tradução da obra do escritor francês Marcel Dupont – “Sabre Au Poing”, que foi publicada no Brasil como “*Mais uma carga, camaradas!*”.¹⁰⁶ O autor da tradução era o ainda coronel Valentim Benício, presidente da Comissão Diretora:

Merece louvor o coronel Valentim Benício da Silva, chefe do meu Gabinete, ao enriquecer a Biblioteca Militar com tão útil publicação, com o que, mais uma vez, deu mostras sobre o seu já conhecido desvelo pelos assuntos da sua profissão, e em particular, sobre aqueles que mais perto interessam a sua arma.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Boletim do Exército. n. 42, II parte. 31 de julho de 1937. Nota do Ministério da Guerra n. 702 (Gab) de 24 de julho de 1937.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

Valentim Benício escreveu esta tradução enquanto lidava diretamente com a tropa, no comando da Escola de Cavalaria. A tradução livre do título do livro de Dupont foi inspirada no general brasileiro José Joaquim de Andrade Neves, o barão do Triunfo, que teria dito esta frase quando comandava uma das colunas do Exército brasileiro na batalha de Lomas Valentinas, durante a Guerra do Paraguai. O coronel Waldir da Costa Godolphim assim define o livro: “As virtudes cavalarianas são exaltadas neste livro por um lídimo cavalariano que soube integrar as glórias da França com as glórias do Brasil”.¹⁰⁸ O ministro ainda o congratula por abrir mão dos rendimentos gerados pela publicação, que pare ele seria um sucesso de venda, em prol da Fundação Osório.¹⁰⁹

O artigo nº 10 do decreto de criação, 26 de junho de 1937, nos mostra que a Comissão estava vinculada ao Estado Maior do Exército. Cabia a este a direção da impressão das obras escolhidas ou premiadas, a distribuição das publicações e a fiscalização das despesas e dos fundos da Comissão – “o Estado Maior do Exército centralizará o trabalho que interessa à Biblioteca Militar”.¹¹⁰ A dinâmica de funcionamento da Comissão Diretora foi definida com mais detalhes apenas com o regulamento da Biblioteca Militar, aprovado pelo decreto nº 2.040 de 14 de outubro de 1937. Até então, as reuniões da Comissão Diretora ocorriam sem um lugar fixo e, com o novo regulamento, elas passam a contar com um espaço próprio, no Ministério da Guerra. O artigo primeiro do regulamento designava que a Biblioteca Militar deveria ser instalada no edifício do Ministério da Guerra, em dependências indicadas pelo ministro. Essas dependências deveriam constar, no mínimo, de uma sala para a Secretaria, outra para as reuniões da Comissão e de um salão para a Biblioteca.¹¹¹ Desse modo, começamos a perceber que, aos poucos, as funções de cada setor da Biblioteca vão sendo especificadas. De acordo com o artigo 12 do regulamento, a Comissão deveria se reunir em sessões preparatórias e deliberativas.

As sessões preparatórias deveriam ocorrer pelo menos uma vez por semana, apenas com os membros militares. Nessas reuniões, os membros militares estudavam “as providências a serem tomadas” e distribuíaam os trabalhos a serem examinados. As reuniões deliberativas deveriam ocorrer pelo menos uma vez ao mês com todos os membros da

¹⁰⁸ COSTA, Goldophim. *Obra e vida do general Valentim Benício da Silva*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1971.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p.16.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹¹ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n.2.040 de 14 de outubro de 1937.

Comissão, militares e civis, para deliberar sobre as medidas propostas e “especialmente fazer o julgamento dos trabalhos examinados”.¹¹²

Entendemos, então, que nas reuniões preparatórias eram lançadas propostas e distribuídos os trabalhos a serem examinados somente entre os membros militares. Depois de lidas por todos, marcava-se a sessão deliberativa, com todos os membros da Comissão, para discutir as propostas previamente lançadas e as obras previamente distribuídas, e julgar se os trabalhos estariam aptos ou não para a publicação. Qualquer brasileiro civil ou militar podia colaborar com a editora Biblioteca Militar, submetendo novas obras para a avaliação. A Biblioteca também publicava reedições de autores estrangeiros, mas a ênfase neste momento era fomentar a produção nacional, e também reeditar clássicos da história militar nacional.

Para tal, os autores interessados deveriam dirigir à Secretaria da Biblioteca uma carta de apresentação acompanhada de três exemplares datilografados dos originais do trabalho que desejam publicar. O Secretário da Comissão acusava o recebimento dos originais, protocolava-os e numerava-os em ordem cronológica, caso de mais de um autor enviar trabalhos. Depois, fazia a sua distribuição entre os membros indicados pelo Presidente, com cópia da carta do autor. Cabia ao Secretário redigir as atas das sessões deliberativas, fazer a correspondência da Biblioteca e dirigir os serviços do seu pessoal. Ao que tudo indica, as reuniões preparatórias, que contavam apenas com os membros militares, não eram registradas em atas, somente as deliberativas, como consta no artigo nº 2.¹¹³

Para os serviços da Biblioteca Militar, como designa o artigo nº 4, seria posta à disposição da Comissão Diretora um revisor, um bibliotecário, um escrevente, um datilógrafo, um servente de classe “E” e um de classe “B”, provavelmente contratados entre praças. Não foi possível definir com precisão o significado dessas classes, mas elas parecem estar relacionadas ao tempo de engajamento do soldado. Este pessoal ficava diretamente subordinado ao secretário da Comissão e deveria executar, de modo geral, os trabalhos por ele determinados e necessários ao bom andamento do serviço. Ao revisor cabia o trabalho de revisão das provas de todas as publicações da editora. Não sabemos ao certo se eram as obras submetidas à avaliação ou já aprovadas e publicadas. O bibliotecário deveria registrar os livros que entravam (tanto aqueles editados pela Biblioteca Militar como os adquiridos para

¹¹² Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n.2.040 de 14 de outubro de 1937.

¹¹³ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n.2.040 de 14 de outubro de 1937.

compor o acervo), além de classificá-los, dirigir o serviço de consultas e zelar pela boa conservação da Biblioteca.

É possível identificar, já neste primeiro regulamento, uma menção à existência de uma sala de consultas propriamente. O escrevente deveria executar todo o serviço de escrituração e registro dos diversos livros encaminhados à da Comissão Diretora e também daqueles adquiridos para a composição do acervo, assim como o trabalho de protocolo. O servente de Classe “E” deveria auxiliar o bibliotecário e o de classe “B” o serviço de limpeza das instalações e de estafeta (que em linguagem corrente, seria o encarregado de entregar de cartas e telegramas).

O presidente da Comissão Diretora deveria designar com antecedência, dentro da ordem de inscrição, os trabalhos a serem julgados em cada sessão deliberativa. O regulamento não esclarece se todos os membros civis tinham acesso à leitura prévia das obras submetidas á avaliação. O regulamento também não deixa claro se o secretário da comissão participava da escolha das obras ou se votava nas sessões deliberativas. Era o presidente da Comissão Diretora o responsável pela escolha das obras que seriam julgadas para a posterior a publicação, em cada sessão deliberativa. O julgamento nas sessões deliberativas, segundo o regulamento, seria feito de “forma simbólica”, em escrutínio secreto e sem a presença de estranhos. Esta expressão não deve passar despercebida. O que conseguimos supor desta dinâmica de julgamento é que havia uma decisão prévia sobre as obras a serem publicadas nas sessões preparatórias, somente com os membros militares, e que as sessões deliberativas decidiam em última instância sobre a publicação destas obras.

Uma primeira votação secreta na sessão deliberativa com todos os membros da Comissão decidia sobre a aceitação ou rejeição do trabalho. Uma segunda votação, caso não houvesse unanimidade ou se a algum membro da Comissão julgasse necessário, decidia sobre a aceitação com as possíveis alterações que a Comissão Diretora julgasse conveniente. A aceitação de um trabalho, nas reuniões deliberativas, exigia o pronunciamento unânime da Comissão. O resultado final do julgamento era comunicado ao autor. As traduções de livros estrangeiros estavam sujeitas ao mesmo processo de julgamento, e os tradutores deveriam acompanhar o trabalho das “competentes provas de autorização”, ou seja, deveriam adquirir o direito sobre a tradução destas obras. Tratando-se de traduções de grande valor e interesse para o Exército, a Comissão poderia intervir para auxiliar o tradutor na obtenção dos direitos de tradução.

Havia ainda a possibilidade de a Comissão examinar, por proposição de qualquer um de seus membros, a conveniência da reedição de trabalhos notáveis, devendo entrar, para isso, em entendimento com os detentores dos respectivos direitos autorais. A Comissão Diretora poderia promover ainda a aquisição de exemplares, e mesmo dos direitos autorais, de livros que interessassem às “finalidades educativas” do Exército, além de promover a subvenção de periódicos de “indiscutível interesse para o meio militar, assim como auxiliar os trabalhos preparatórios – artísticos, de pesquisa, e outros – de grandes obras empreendidas por autores de absoluta idoneidade”.¹¹⁴

Quanto às obras de caráter “técnico”, o procedimento era diferente. De acordo com o artigo nº 14 do regulamento, para o julgamento de “obras técnicas”, a Comissão Diretora poderia consultar “elementos especializados”, ou seja, contar com a ajuda de oficiais especializados nos assuntos em pauta. Estas obras militares de “caráter técnico”, ao contrário das outras, só poderiam ser publicadas com opinião favorável do Estado Maior do Exército.

Em outubro de 1938, foi aprovado um novo regulamento para a Biblioteca. Mas, porque razão um novo regulamento seria aprovado em tão pouco tempo, um ano depois? Comparando estes dois regulamentos e examinando as motivações do então general Valentim Benício da Silva ao propor essa reestruturação, pudemos constatar que a centralização almejada pela Comissão, de fato, ainda não havia ocorrido completamente. Assim, a Comissão buscou inspiração em outros modelos e regulamentações de Biblioteca Militar, tornando assim a estrutura administrativa da instituição mais complexa. Tivemos acesso ao documento, provavelmente escrito pelo general Valentim Benício da Silva (lembrando que este teve rápida promoção logo depois da criação da Biblioteca Militar), em que ele justifica a criação da instituição e aponta a necessidade de novas diretrizes e da ampliação de seus serviços.¹¹⁵ Até esta data, as prerrogativas relacionadas à constituição do acervo da biblioteca e à organização e centralização das bibliotecas de consulta de estabelecimentos e corpos ainda não tinham sido cumpridas.

O primeiro regulamento, o de 1937, designava em seu artigo nº 20 que a Biblioteca Militar deveria reunir “todos os livros da antiga Biblioteca do Exército, esparsos pelas diversas repartições”, e também deveria propor uma verba ao Ministério da Guerra para a

¹¹⁴ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados . Ministério da Guerra. Decreto n.2.040 de 14 de outubro de 1937.

¹¹⁵ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Organização e finalidades: da exposição de motivos apresentada ao senhor Ministro da Guerra com o projeto de reorganização da Biblioteca Militar. nº 1. 1º de julho de 1938.

aquisição de novos livros.¹¹⁶ Analisando o segundo regulamento, de 1938, constatamos que os livros ainda não estavam reunidos; daí a necessidade de reforçar esta diretriz. A entrada desses livros não se faria sem um critério: obedeceria a duas classificações, a de obras de interesse geral e de interesse profissional. Além dessas classificações, não poderiam ser aceitas e nem compradas “obras de inspiração contrária à moral, à Pátria e suas glórias, às instituições militares, de caráter subversivo e nem de propaganda política”.¹¹⁷

Este projeto de organização das bibliotecas dos corpos e guarnições fora exposto junto com o segundo regulamento da Biblioteca, aprovado em outubro de 1938.¹¹⁸ Em linhas gerais, o novo regulamento reafirma o primeiro, e ainda reforça a necessidade de centralização das bibliotecas dos estabelecimentos militares, algo que ainda não se completara. O modelo de organização proposto para a organização da parte física da biblioteca é o do Serviço Histórico do Exército Francês, como pudemos observar no documento intitulado “Organização e finalidades - Da exposição de Motivos apresentadas ao Senhor Ministro da Guerra com o projeto de reorganização da Biblioteca Militar”.¹¹⁹ Este documento encontra-se no Boletim de Informações da Biblioteca Militar nº 1, de julho de 1938, depositado em sua sede, no Palácio Duque de Caxias. O documento foi escrito 10 meses depois da criação da Biblioteca Militar, em abril de 1938:

O Exército Francês organizou em seu Serviço Histórico uma biblioteca, que superintende todas as bibliotecas de guarnição existentes no país e nas colônias. Instrução especial (Instruction sur l'organisation et le fonctionnement des bibliothèques des garnisons) regula a organização destas bibliotecas e sua ligação com a Biblioteca central do Serviço Histórico. Esta remete periodicamente a todas as bibliotecas de guarnição um boletim bibliográfico com notícia dos melhores livros aparecidos de interesse para a cultura geral e profissional dos militares.¹²⁰

Também é citado nessa exposição de motivos para a reestruturação da biblioteca um serviço de publicações do Círculo Militar Argentino, a *Biblioteca del Oficial*: “Aliás, aquela

¹¹⁶ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n 3.213 de 26 de outubro de 1938.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. n 1, 1 de julho de 1938.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

bem organizada associação militar edita a conhecida Biblioteca del Oficial, cujos volumes já sobem a centenas”.

Então, de acordo com o documento analisado, com base nas organizações francesa e argentina, chegava-se a uma posição substanciada em um novo regulamento para a Biblioteca Militar, aprovado em 26 de outubro de 1938:

A experiência de dez meses da Biblioteca Militar, criada pelo auspicioso decreto n.1.748 de 26 de junho de 1937, demonstrou exuberantemente como as funções realmente necessárias e o admirável fim a atingir não poderiam ser apertados nos tímidos limites traçados. A realidade os transpôs vitoriosamente. Este projeto é fruto principalmente da experiência. Sensatamente, o que cumpre, agora, é dar forma ao que ela própria indicou.¹²¹

Dar forma ao que a Biblioteca Militar indicou nesses meses de funcionamento significava, acima de tudo, especializar as suas funções, afirmando a instituição como um órgão centralizador. O novo regulamento, aprovado em outubro de 1938, propõe a criação de novos órgãos para a Biblioteca Militar, especificando as funções de cada um deles, dividindo o trabalho de modo a se atentar à crescente demanda pelos seus serviços, como afirma o decreto n° 3.213, de 26 de outubro de 1938, que aprova o novo regulamento. Essa necessidade de centralizar as bibliotecas dos quartéis, que já havia sido apontada no primeiro regulamento, não havia se concretizado, como prova o segundo regulamento, em 1938, o que demonstra que o projeto da Biblioteca Militar havia se afirmado até então pautado em sua ação editorial.

Podemos dizer que, além da Comissão Diretora e da Secretaria, a Biblioteca passa a contar com um espaço editorial melhor estruturado depois da aprovação do segundo regulamento. A Biblioteca Militar passa a ser constituída pela pelo Serviço de Publicações, biblioteca física e Tesouraria. O artigo quarto do novo regulamento modifica quantitativamente a Comissão Diretora da Biblioteca Militar (daqui por diante, CDBM). Ela tem seus quadros ampliados, passando a contar com 7 membros efetivos, 5 militares e 2 civis. Ou seja, ampliam-se o número de militares. São criadas vagas de suplentes num total de 3, sendo 2 militares e um civil, todos nomeados pelo Ministro da Guerra. Esses membros suplementares deveriam atuar na ausência dos efetivos. Isto garantia o pleno funcionamento das atividades editoriais caso o número de membros ficasse reduzido por algum motivo. O

¹²¹ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. N° 1, 1° de julho de 1938.

exercício da função de membro da CDBM passa a ser considerado serviço de relevância e a constar dos assentamentos e títulos dos militares e civis.

A CDBM deveria se reunir em sessões preparatórias e deliberativas, nos mesmos moldes do primeiro regulamento. As atividades da Secretaria e do Serviço de Publicações e da Biblioteca passam a ser superintendidos por um capitão, secretário da Comissão Diretora da Biblioteca Militar. Esse secretário, de acordo com o novo regulamento, não teria voto na Comissão. Ele seria responsável por redigir as atas das sessões e deveria dirigir diretamente os funcionários da Biblioteca Militar de acordo com as deliberações da Comissão Diretora e as instruções do Presidente.

O Serviço de Publicações deveria promover a impressão dos trabalhos aprovados pela Comissão Diretora da Biblioteca. Esta função, até então, cabia ao Estado Maior do Exército.¹²² As primeiras obras da Biblioteca Militar foram impressas pela Imprensa do Estado Maior, pela Imprensa Nacional e pelo serviço de impressão do próprio Ministério da Guerra. Esse serviço de impressão, no entanto, não se configurava em um projeto editorial, ou seja, era somente um setor de imprensa a serviço do Estado Maior. A Biblioteca Militar, com a criação do Serviço de Publicações, passa a contar com um setor específico para colocar em prática todo o trabalho material do seu projeto editorial. O Serviço de Publicações deveria ser composto pelo seguinte pessoal: chefe do Serviço – um oficial administrativa de classe I; um escriturário de classe H, “encarregado do livro” e da revisão das publicações; um escrevente de classe F, encarregado da escrituração do serviço de subscritores e da distribuição e envio das publicações; um datilógrafo de classe E; e um servente de classe D, para os serviços de limpeza e comunicações. Todo este pessoal do Serviço de Publicações era superintendido pelo secretário da Comissão Diretora.

Este setor também deveria organizar o “Serviço de Subscritores da B.M.” e providenciar sobre a venda avulsa dos livros publicados. Funcionando predominantemente como editora militar, visto que não havia sido organizado completamente um serviço de empréstimos de livros com um sistema centralizado de bibliotecas, como ocorre atualmente, as novas obras editadas chegavam aos leitores por meio de assinaturas. Os assinantes pagavam uma mensalidade e recebiam os dois volumes mensais, que eram obras inéditas ou redução de obras antigas. A venda avulsa era aquela realizada em vários estabelecimentos,

¹²² Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n 3.213 de 26 de outubro de 1938.

não somente os militares. Ou seja, os livros também eram divulgados entre possíveis leitores não assinantes, também em estabelecimentos civis.¹²³

O novo regulamento reafirmava o caráter oficial dessas publicações da Biblioteca Militar, que continuaria, assim, usufruindo de livre trânsito postal.

2.2 - As coleções da Biblioteca Militar e as recomendações do Ministro da Guerra

O decreto de criação nº 1.748, de 26 de junho de 1937, previa, no artigo nº 2, a criação de três coleções para a Biblioteca Militar. A primeira coleção, *Coleção A*, intitulada *Os Nossos Soldados*, foi destinada à publicação de biografias dos grandes soldados brasileiros ou, para usar expressão da época, de “maior nomeada”. Estas biografias deveriam ser escritas em pequenos volumes, de 100 a 200 páginas, em linguagem “esmerada, porém simples”. A intenção era de que elas estivessem ao alcance dos “conhecimentos elementares” de qualquer soldado alfabetizado.¹²⁴ A *Coleção B*, intitulada *Obras Patrióticas*, compreenderia, além de obras novas, reedições de obras consagradas de autores nacionais, militares ou civis. A *Coleção C*, denominada *Obras de Educação*, seria constituída por obras de “caráter educativo”, “profissional ou não”, de autores militares ou civis, nacionais ou estrangeiros, inéditas ou reeditadas.

O Boletim de Informações da Biblioteca Militar nº 1 traz o primeiro programa de publicações da editora, para o ano de 1938. Este Boletim periódico foi criado pelo aviso nº 858, de 18 de dezembro de 1937, do Ministério da Guerra. Seu objetivo era divulgar as publicações da Biblioteca Militar, além de noticiar os últimos e mais importantes acontecimentos da instituição, e também do Exército. Era muito comum encontrar em suas páginas publicações de decretos, avisos ministeriais, elogios e recomendações feitas pelo Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. O Boletim nº 1 foi publicado em julho de 1938 e nele é que encontramos o primeiro programa de publicações da Biblioteca Militar.

¹²³ ¹²³ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n 3.213 de 26 de outubro de 1938.

¹²⁴ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto n 1.748 de 26 de junho de 1937.

Cada título era acompanhado de um pequeno texto informativo sobre seu conteúdo e autor, nos moldes de um boletim bibliográfico.¹²⁵

As duas primeiras obras presentes neste programa foram recomendadas previamente pelo próprio Ministro da Guerra, como observamos no aviso nº 285, de 8 de novembro de 1937. O ministro, de acordo com o Boletim do Exército nº 64 de 20 de novembro de 1937, pedia para que estas duas publicações fossem obrigatoriamente distribuídas entre oficiais, sargentos, instrutores e praças:

O Srº Ministro da Guerra declara que a Biblioteca Militar mandada organizar por decreto n. 1.748, de 26-6-1937, brevemente dará à publicidade os seus dois primeiros volumes intitulados “Episódios Militares” e “Em guarda! (contra o comunismo)”. O primeiro é reedição de um livro esgotado, da autoria do falecido Sr. General Joaquim S. de Pimentel, agora doado à Biblioteca Militar pelos seus herdeiros. O segundo é uma coletânea de escritos, de diversos autores, contra o comunismo. Um e outro são livros necessários aos oficiais e sargentos instrutores, assim como às praças de regular cultura; o primeiro como repositório de factos heroicos ocorridos na Guerra do Paraguai e o último como documentação copiosa para uso dos oficiais de todos os postos e para os instrutores em geral, no desempenho da tarefa que lhes cabe doutrinar contra as ideias comunistas que procuram infiltrar-se nos quartéis e expandir-se pela sociedade. Recomenda o Sr. Ministro aos Comandantes de Regiões e Diretores de Serviços, para que estes o façam aos Comandantes de corpos e Chefes de estabelecimentos, a aquisição destes livros e de outros que a Biblioteca for publicando, convindo que todos os oficiais se inscrevam como subscritores, nas condições autorizadas em Aviso n. 285, de 8 - 11-1937, inscrição que é também acessível aos sargentos e às próprias praças que o desejarem.¹²⁶

Assim, o programa para o ano de 1938 definia para o mês de janeiro a publicação do primeiro volume da *Coleção C – Obras de Educação*, da Biblioteca Militar, o livro *Em Guarda*, como havia recomendado o ministro Dutra. O segundo livro, recomendado por Dutra, deveria ser o segundo volume, previsto para fevereiro: *Episódios militares*, que sairia pela *Coleção B – Obras Patrióticas*.

A preocupação do ministro em tornar os oficiais instrutores de tropa subscritores da Biblioteca, para assim fazer estas obras circularem entre os oficiais, sargentos e as praças

¹²⁵ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. 1938. Ano I, n.1. Aviso ministerial n. 285, de 11 de novembro de 1937.

¹²⁶ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I, nº 1. Aviso ministerial n. 285, de 11 de novembro de 1937.

tinha um objetivo bastante preciso. Suboficiais instrutores e sargentos lidavam diretamente com os soldados. E é importante lembrar que sargentos e praças protagonizaram, durante a década de 1930, manifestações políticas extremamente radicais e perigosas do ponto de vista da organização militar.¹²⁷ Não por acaso, o livro "Em guarda! (contra o comunismo)" é editado na *Coleção C - Obras de educação*. Era necessário também educar politicamente os baixos escalões do Exército.

Mas essa política, adotada para homogeneizar ideologicamente o corpo de oficiais e, por meio deles, as praças, não foi acompanhada de medidas que objetivassem reduzir as clivagens sociais no interior da instituição militar. A hierarquização típica da corporação mantinha e cultivava hierarquias sociais. Esta clivagem vertical foi mantida na instituição e as demandas pela melhoria das condições de vida dos elementos populares dentro do Exército foram contidas por meio de medidas repressivas e também por decretos que dificultavam a ascensão de elementos populares na hierarquia militar.

O movimento simultâneo a este isolamento, ou fechamento do Exército à sociedade – a abertura da sociedade ao Exército – como bem colocou José Murilo de Carvalho, poderia ter como consequência torná-lo mais vulnerável a pressões sociais.¹²⁸ O convencimento da necessidade de uma nação armada e a disciplina de corpos e mentes, que seria promovida por meio do serviço militar ampliado, traria um número maior de pessoas para dentro da corporação e, por isso, era necessário fechá-la à sociedade. No interior deste movimento, o combate ao comunismo foi um elemento importante, mas não o único.

Era necessário transformar valores por meio de uma educação moral, cívica e patriótica. O culto aos heróis militares e a ideia de uma nação unida por laços indissolúveis vinha acompanhada da noção de que o comunismo era uma doutrina exótica, antinatural e, por conseguinte, antipatriótica. Ela seria, dentro desta perspectiva, contrária a uma “essência” nacional. Era necessário fazer o corpo militar acreditar que o seu dever para com a organização e seus superiores e para com a pátria era um só. Os oficiais, por sua vez, deveriam cultivar desde cedo estas noções e esses valores, através do culto aos patronos do Exército, dos rituais e dos diversos elementos simbólicos que durante o Estado Novo foram utilizados com maior intensidade pelas escolas de formação de oficiais. Assim se procurava inventar uma tradição para o Exército brasileiro.¹²⁹

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. op. cit., p. 72.

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. op. cit., p. 72.

¹²⁹ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. op.cit.

A Biblioteca Militar cumpre, neste momento, a função de veicular uma literatura que construía exemplos de lideranças militares do passado ou, nas palavras do general Eurico Gaspar Dutra, que pudessem ser um “repositório de fatos heroicos” do passado. Aos oficiais de todos os postos e instrutores em geral, como designou o ministro, caberia a tarefa de doutrinar os soldados contra as ideias comunistas que se “infiltravam nos quartéis e se expandiam pela sociedade”.¹³⁰

A quebra de hierarquia no Exército, portanto, deveria ser evitada ao máximo e a Biblioteca Militar Editora, neste caso, funcionou como um mecanismo institucional que procurou veicular uma literatura de caráter oficial apropriada para o “militar” que se pretendia forjar. No momento em questão, essa literatura não se limitava a atender as demandas profissionais do Exército, mas ajudar os oficiais e instrutores na educação anticomunista e patriótica no interior da instituição. Para compreendermos o modo de operação deste projeto editorial é preciso recorrer à noção de profissionalismo desenvolvida por Leila Capela em seu importante estudo sobre a revista *A Defesa Nacional* e o serviço militar obrigatório.¹³¹

Os militares reunidos em torno da revista nos seus anos iniciais – os “Jovens Turcos” –, construíram uma retórica que colocava o “apolitismo” como decorrência natural do profissionalismo. Mas, esses militares, como demonstrou Capela, pretendiam atuar sobre a sociedade como um todo, criando, a partir do Exército, as bases da nação por eles desejada. Para justificar a sua ação no seio da sociedade, faziam uma distinção entre a política com “p” minúsculo, que não deveria ser transplantada aos quartéis porque traria a cisão do Exército – a política partidária – e a política com “p” maiúsculo, esta realizada pelos oficiais superiores com o objetivo de defender os ditos interesses nacionais.¹³² Desse modo, devemos pensar os militares que integraram a Comissão Diretora como intervencionistas e a atuação que pretendiam como sendo um movimento não só para dentro, mas também para fora da instituição militar. O projeto destes militares era político, militar e nacional.

Episódios como os ocorridos ao longo da década de 1930, envolvendo sargentos e praças, eram potencialmente perigosos e poderiam se repetir, em vista da falta de planos concretos para melhorar as condições materiais e profissionais da tropa. O envolvimento de oficiais inferiores no mundo da política, ameaçando a ordem constituída, tal como aconteceu

¹³⁰ Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I, nº 1. Aviso ministerial n. 285 de 11 de novembro de 1937.

¹³¹ CAPELA, Leila Maria Correia. *As malhas de aço no tecido social. A revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.

¹³² CAPELA, Leila Maria Correia. *As malhas de aço no tecido social*. Op. cit., p.73.

na década de 1920, também não deveria se repetir. Este não era o modelo de “soldado” que deveria sair das escolas de formação de oficiais, tampouco dos quartéis.

Se as duas publicações recomendadas pelo ministro, pertencentes às coleções B e C, deveriam ser destinadas a oficiais, sargentos e praças de “regular cultura”, as obras da Coleção A – “Os Nossos Soldados” – deveriam ser as biografias dos grandes soldados brasileiros, inspirado no antigo modelo da “história mestra da vida”, tão cultivada no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante todo o século XIX. Esse modelo de escrita da história nacional parece assemelhar-se ao adotado pelo IHGB durante o século XIX ao somar ao modelo de exemplaridade plutarquiano, antigo, a noção chave do grande homem das Luzes, louvado por personificar a excelência do homem letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo, dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado.¹³³

Publicadas em pequenos volumes, em “linguagem esmerada, porém simples, essas biografias deveriam formar a alma dos soldados alfabetizados”.¹³⁴ As três coleções iniciais da Biblioteca Militar, deste modo, foram pensadas para todos os estratos sociais dentro da instituição, dos soldados alfabetizados, mas com pouca instrução, até oficiais superiores. A proposta era preservar as fronteiras sociais que conformavam a hierarquia militar, produzindo, no entanto, uma homogeneidade ideológica que evitasse cisões internas e que comprometessem a ordem institucional, mergulhando setores do Exército de forma fragmentada na política. Os livros pertencentes a cada uma das três coleções fundamentais da biblioteca obedeceriam a formatos únicos.

Foram instituídos, ainda, três prêmios anuais, denominados “Caxias”, “Taunay” e “Tomaz Coelho”. Uma comissão especial de quatro membros, composta de dois militares e dois civis, nomeada pelo ministro da guerra e presidida pelo presidente da Comissão Diretora da Biblioteca Militar deveria julgar a melhor obra de cada coleção. O ganhador receberia uma medalha de ouro “com a efígie do patrono do Exército” e uma importância de cinco contos de réis. A entrega dos prêmios, de acordo com o parágrafo 1º do artigo nº 19, deveria ser feita solenemente em data nacional pelo Ministro da Guerra, o que conferia grande importância a estes prêmios.

As personalidades homenageadas nestes prêmios têm biografias com alguns pontos em comum. Todos são homens do século XIX, que possuíram uma carreira política no segundo

¹³³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.21.

¹³⁴ Coleção de leis da República. Anais da Câmara dos Deputados. Ministério da Guerra. Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Reinado. Alfredo d'Escragno Taunay atuou na Guerra do Paraguai como engenheiro militar. Membro do Partido Conservador, Taunay foi deputado representando a província de Goiás em 1872. Com a queda do Partido Conservador, retira-se da vida política, retornando em 1881 como deputado pela província de Santa Catarina. Recebeu de D. Pedro II o título nobiliárquico de Visconde de Taunay em setembro de 1889. Tomaz Coelho também fez parte do Partido Conservador e presidiu pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1875, sendo também Conselheiro do Império. Coelho assumiu a pasta da Guerra do último gabinete de 1888 a 1889. Foi criador do Real Colégio Militar e atualmente é considerado o fundador da Escola Militar do Rio de Janeiro. Dos três homenageados, é o único civil, embora tenha ocupado a Pasta da Guerra nos últimos anos do regime imperial. Já Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, era o patrono do Exército: sua longa trajetória política e militar em tempos do Império justificaria sua escolha.

Os oficiais do tempo de Caxias não eram nomeados para postos de comando somente pelo mérito. A distribuição de patentes do Exército era monopólio da Coroa. Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, a família de Caxias assumiu o controle militar do Império. O futuro Duque de Caxias assumiu em 1833 o comando da Guarda de Municipais Permanentes na Corte Imperial. Em 1841 foi eleito deputado pelo Maranhão. Foi presidente das províncias do Maranhão (1839-1841) e do Rio Grande do Sul (1842-1846 e 1851-1852), vice-presidente de São Paulo (1842), senador pelo Rio Grande do Sul em 1845 e ministro da guerra nos gabinetes de 1853, de 1861 e 1875. Foi também presidente do Conselho de Ministros desses três gabinetes.¹³⁵

As personalidades escolhidas para nomearem a três premiações propostas possuem uma relação com cada uma das coleções instituídas, embora o decreto não especifique isto. A ordem das coleções, A, B e C seguiria, deste modo, a ordem das premiações instituídas – “Caxias”, “Taunay” e “Tomaz Coelho”. Esta escolha não foi feita de modo aleatório. Podemos afirmar que ela obedeceu alguns critérios, se relacionarmos o prêmio com o nome e os objetivos de cada uma das coleções.

O prêmio Caxias, seguindo a sequência, seria destinado à Coleção A – Nossos Soldados. Em 1925, o dia de nascimento de Caxias passou a ser, conforme o aviso ministerial número 366, oficialmente comemorado como Dia do Soldado.¹³⁶ Para Celso Castro, a instituição desta data como dia do soldado servia para vincular, simbolicamente, uma

¹³⁵ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*. op. cit.

¹³⁶ CASTRO, Celso. *Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2000, p.111.

categoria genérica – o soldado brasileiro – a seu guia. Durante a década de 1920 o conteúdo das mensagens veiculadas pelos chefes militares em relação à Caxias e ao Dia do Soldado deveria funcionar como um “antídoto” contra a indisciplina militar. Caxias, nesta perspectiva, seria o maior exemplo das virtudes militares, como a legalidade, o respeito à disciplina e o afastamento das lutas políticas.

A partir de 1930, há uma mudança no conteúdo das mensagens veiculadas em relação à Caxias e ao Dia do Soldado. Não se enfatiza mais em primeiro lugar a legalidade e a disciplina, e sim a fusão entre o Exército e a nação, tendo como ponto focal a imagem de Caxias, apresentado como o maior emblema da luta pela “integridade da pátria”.¹³⁷ Essa nova perspectiva está de acordo com a progressiva implantação do culto ao Duque de Caxias como patrono do Exército durante a década de 1930, alinhada ao projeto político-militar autoritário vitorioso em 1937. Então, nada mais plausível do que homenagear o autor da melhor obra da Coleção Nossos Soldados com o prêmio “Caxias”, já que, além de “grande pacificador”, maior soldado do Brasil e exemplo de comportamento e moral militar “acima dos interesses partidários”, ele seria também, nas palavras do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, “o maior dos brasileiros”.¹³⁸

O prêmio “Taunay”, destinado a Coleção B – Obras Patrióticas –, também seguia esta mesma lógica, visto que o visconde, além de ter participado da guerra contra o Paraguai, foi o autor do épico “A Retirada da Laguna”, obra que retrata a retirada dos brasileiros em razão da derrota da coluna brasileira que invadira a região paraguaia, em resposta a invasão da província do Mato Grosso. Este foi um dos momentos mais dramáticos da guerra, imortalizado por Taunay, que foi um dos seus protagonistas.¹³⁹

Finalmente, o prêmio Tomaz Coelho se destinava à Coleção C – Obras de Educação. Enquanto esteve à frente da Pasta da Guerra, Tomaz Coelho foi responsável pela remodelação do ensino militar e pela divisão da Escola Militar da Corte. À época, uma parte permaneceu com a denominação de Escola Militar, ministrando os cursos de cavalaria e infantaria, e a outra, com a nova denominação de Escola Superior de Guerra, também no final do regime imperial, acolheria os cursos de Artilharia, Engenharia e Estado Maior. Coelho criou também o Imperial Colégio Militar, uma instituição escolar destinada a receber gratuitamente os filhos

¹³⁷ CASTRO, Celso. *Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2000, p.111.

¹³⁸ Idem, *ibidem*.p.111.

¹³⁹TAUNAY, Alfredo d' Escragnoille. 1843-1899. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*/Alfredo d'Escragnoille Taunay, tradução e organização Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

de oficiais efetivos, honorários e reformados do Exército e da Armada. Neste educandário era ministrada a instrução secundária juntamente com a educação militar e cívica.

2.3 - Um projeto educacional para a defesa da nação: O Plano de educação patriótica e social e o Livro do Soldado Brasileiro.

Podemos dizer que o exemplo dos feitos dos grandes homens foi uma característica marcante presente nas publicações que a Biblioteca Militar pretendia veicular em seu momento inaugural. Essa ação editorial, além de educar os soldados por meio de biografias de militares ilustres, pretendia eternizar nomes dignos a serem memorizados por seus feitos em prol da nação. Esta pretensão se evidencia na escolha dos prêmios destinados às publicações das três coleções iniciais da Biblioteca, já discutidas anteriormente: Visconde de Taunay, Duque de Caxias e Tomaz Coelho, ícones do segundo Reinado. À época, segundo Maria da Glória Oliveira, a aposta pela biografia dos sócios do IHGB pode ser pensada no quadro das transformações da disciplina histórica ao longo do século XIX. As histórias nacionais deveriam, no Oitocentos, se apresentar como um saber guarnecido de provas, cabendo àqueles que a elaboravam não só oferecer o relato verdadeiro dos acontecimentos, mas também nomear seus protagonistas. Assim, o nome do herói deve inscrever-se na longa duração da gênese nacional.¹⁴⁰

Os empreendimentos simbólicos do Exército durante toda a década de 1930 visavam justamente situar o Exército como uma instituição fundamental na formação da nacionalidade. À Biblioteca Militar coube a tarefa de veicular uma literatura que pudesse fornecer estes exemplos, tanto por meio de reedições de narrativas memorialistas da Guerra do Paraguai, como por meio da construção de biografias de ilustres militares brasileiros como o Duque de Caxias e o general Osório. Gostaríamos agora de apresentar um ponto que consideramos norteador das bases iniciais da Biblioteca Militar, a saber, a educação patriótica e nacionalista como peça importante na defesa social e militar do país. Apresentaremos, por isso, algumas ideias de dois militares – Valentim Benício da Silva e Severino Sombra – que integraram a primeira formação da Comissão Diretora da Biblioteca Militar e que disputaram o protagonismo da ideia original de criação desta instituição do Exército brasileiro.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. op. cit., p.21.

Chegamos a esta discussão através da observação de relatos memorialistas que parecem preocupar-se, mesmo partindo de objetivos diferentes, em estabelecer uma verdade a respeito desse papel de criação do Exército através não só de fontes documentais escritas, mas também de relatos. Parecem, assim, carregar algo daquela escrita da história pela ótica tradicional, que busca antes de tudo estabelecer o fato verídico por meio de provas documentais, típica da história militar e das obras memorialistas de uma maneira mais genérica. É importante, no entanto, explicitar a maneira como chegamos a esta discussão sobre o projeto educacional desses militares que estiveram empenhados em criar instituições de memória do Exército brasileiro, como por exemplo o Arquivo Histórico do Exército, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a própria Biblioteca Militar.

A despeito da documentação oficial, decretos e leis que comprovam a liderança do general Valentim Benício da Silva na criação da Biblioteca Militar, acreditamos que essa instituição incorporou algumas funções preconizadas pelo general Severino Sombra em seu plano de educação patriótica e militar. Dentre elas, podemos destacar a ideia centralizadora e anticomunista da ação editorial da biblioteca em seus anos iniciais. Como um órgão diretamente subordinado ao alto comando do Exército, a Biblioteca Militar seria uma ferramenta institucional importante para formar moral e intelectualmente o militar e o povo brasileiro através da educação patriótica.

Michelet, em sua *Historie do XIXe siècle*, afirmava: “Sim, cada morto deixa um pequeno bem, sua memória, e pede que cuidemos dela. Para aquele que não tem amigos, é preciso que o magistrado ocupe seus lugares. (...) Essa magistratura é a história.”¹⁴¹ A relação com o ausente está sempre presente no trabalho historiográfico, que busca, em última análise, compreender uma certa alteridade que, por mais que esteja ausente, pode ser apreendida por meio de uma operação, capaz de tornar pensável um certo objeto. Mas é necessário que abandonemos o olhar do árbitro, que às vezes se coloca quase como um participante dos próprios acontecimentos – como fazem os autores memorialistas que apresentaremos aqui – e encarnemos o olhar do antropólogo. Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar a concepção de Clifford Geertz sobre o trabalho etnográfico, desenvolvido em *A interpretação das culturas*.¹⁴² Entendemos que o olhar etnográfico pode ser importante na compreensão desses textos, visto que ele nos permite buscar uma compreensão do discurso social. Assim pode ser possível a construção de um sentido que permita a investigação histórica.

¹⁴¹ Michelet Apud GUIMARÃES, José Otávio. *Vida e Morte na escrita da História: entre os gregos e os modernos*. Textos de História, vol 15, nº1/2,2007.

¹⁴² GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Observemos estes relatos memorialistas. O trabalho mais recente, de Eduardo Augusto Lebres Moura, é uma biografia do general Severino Sombra, onde este é colocado como uma personalidade importante para o país, um militar intelectual nacionalista.¹⁴³ Nesta biografia escrita no ano de 2010, o autor afirma de maneira categórica a atuação quase única e decisiva de Severino Sombra na implantação da Biblioteca do Exército. No trecho da obra intitulado “Severino e a Ordem Nacional”, Moura dedica-se a narrar a trajetória e atuação de Severino Sombra no meio institucional e cultural e político, dentro e fora do Exército. Sua ação como professor e educador na Escola Militar do Realengo são bastante ressaltadas pelo autor, assim como os seus esforços para a criação da cadeira de sociologia na Escola Militar do Realengo, quando apresentou suas ideias ao general Góes Monteiro, que ocupou a pasta da Guerra após 1932:

Começar a conscientizar os militares era um grande passo para o Brasil, a ordem e as autoridades militares estariam bem educadas, prontos para qualquer situação político-social (...) Quebrando a cabeça junto à mesa bruta, de madeira escura, Sombra organizava seus projetos para apresentá-los às Forças Armadas. Iria apresentar a criação do Ensino de Sociologia na Escola Militar do Realengo.¹⁴⁴

Definindo um papel fundamental para Severino Sombra no cenário político intelectual e militar da década de 1930, Moura afirma que no ano de 1937, Sombra, que ocupava o posto de capitão, expôs no gabinete do general Valentim Benício da Silva os documentos sobre a criação de uma Biblioteca do Exército:

O então secretário geral do ministro enchia a sala com o cheiro de seu cachimbo enquanto o ouvia expor o projeto. Foi oficializada a criação da Biblioteca e Sombra foi nomeado presidente da Comissão Diretora da mesma.¹⁴⁵

É possível que o autor tenha recorrido aos parentes e pessoas próximas a Severino Sombra ao fazer uma colocação como esta, sem citação direta da fonte pesquisada. Uma

¹⁴³ MOURA, Eduardo Augusto Lebres. *Retrato de um nacionalista*. Uma biografia romanceada de Severino Sombra. Rio de Janeiro: FUCVE, 2010.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.152.

¹⁴⁵ MOURA, Eduardo Augusto Lebres. *Op.cit.*, p. 154.

afirmação descuidada, mas que traz a lume um impasse sobre a criação de instituições como a Biblioteca Militar. À maneira memorialista, Sombra é apresentado como um homem obstinado que pela sua própria capacidade e inteligência teria articulado junto com os dirigentes políticos e militares a criação dessas instituições. Publicado pela própria Fundação Educacional Severino Sombra, o livro apresenta a trajetória de seu fundador. Mas esta afirmação do protagonismo do general Severino Sombra é fruto de um impasse envolvendo a paternidade da idealização da Biblioteca Militar, exposta no livro publicado, cerca de 30 anos antes, a *História da Biblioteca do Exército*, de autoria do general Umberto Peregrino, discutido no capítulo anterior.

O general Umberto Peregrino, que esteve na direção da instituição nos anos 1950, dedica uma parte da sua *História da Biblioteca do Exército* a discussão em torno da paternidade da ideia de restauração da instituição.¹⁴⁶ De acordo com Peregrino, Severino Sombra teria atribuído a si mesmo a honrosa tarefa de reativar a antiga Biblioteca do Exército sob a denominação Biblioteca Militar:

O general Severino Sombra sustenta que a ideia foi sua, tendo como ponto de partida a descoberta de uma sala, no Ministério da Guerra, esquecida e abandonada na condição de depósito de livros remanescentes da Biblioteca fechada em 1926. Ele então teria levado ao conhecimento do então Cel. Benício e, com a notícia, a ideia de restaurar a instituição desativada por ato do ministro Gen. Setembrino de Carvalho.¹⁴⁷

O general Severino Sombra teria tomado para si, publicamente, a ideia de criação da Biblioteca Militar na solenidade de inauguração do retrato do general Valentim Benício da Silva ocorrida no salão nobre da biblioteca, já no novo edifício do Ministério da Guerra, em 1959.

Peregrino recorre aos relatos dos militares que acompanharam a implantação da instituição, como o marechal Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra em 1937, general Saldanha de Miranda e Francisco de Paula Cidade e também ao civil Carlos Maúl, participante das “diligências iniciais de Benício”.¹⁴⁸ A ideia é estabelecer um julgamento sobre os fatos, ou seja, confirmar através dessas “testemunhas oculares” a ideia original de

¹⁴⁶ PEREGRINO, Umberto. op.cit., p.71.

¹⁴⁷ PEREGRINO, Umberto. op.cit., p.71.

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p.73.

criação da instituição. Assim, Peregrino reitera o culto às grandes personalidades criadoras, confirmando o papel central do general Valentim Benício na “restauração” da antiga Biblioteca do Exército, para usar a expressão dos militares memorialistas:

Foi nos seguintes termos que o Gen. Salm [Saldanha de Miranda] contestou a versão do Gen. Sombra. (...) “Em palestra com o nosso ilustre chefe o marechal Eurico Gaspar Dutra, eu quis ter a impressão exata de como havia surgido a iniciativa da criação da Biblioteca, sendo ele o Ministro da Guerra; e fiz minha indagação a respeito. (...) Perguntei ainda ao Marechal se ele sabia porventura de alguma outra pessoa que houvesse atuado em sugestões, na fase prévia da criação da Biblioteca e ele me respondeu:

- “Não, foi tudo do Benício.”

(...) No mesmo sentido depôs o historiador Carlos Maul, igualmente participante das diligências iniciais do Gen. Benício:

“Benício estivera na Argentina como adido militar à nossa representação diplomática, e lá vira a *Biblioteca del Oficial* que lhe parecera interessante e digna de imitação. No correr das nossas trocas de ideias verificamos a possibilidade de algo mais amplo que não se restringisse à literatura técnica, como sucedia com a congênere portenha.”¹⁴⁹

Ao final o general Peregrino expõe a “versão” do general Francisco de Paula Cidade:

No seu entender “a fundação da Biblioteca Militar deve-se ao Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra”(…) Reconhece, entretanto, que “a ideia partiu do Coronel Valentim Benício da Silva” e que a ele “coube a tarefa pesadíssima que executou com o maior entusiasmo, de dar corpo a ideia, redigindo, como lhe competia, dadas as suas funções de chefia de gabinete, todo os documentos que foram submetidos à assinatura do Ministro”.¹⁵⁰

Peregrino apresenta os fatos através dos depoimentos de quatro personagens que, para ele, “estiveram na primeira linha das iniciativas e providências que marcaram a restauração da Biblioteca do Exército: generais Severino Sombra, Salm. de Miranda, F. de Paula Cidade e o historiador Carlos Maul.”¹⁵¹ Afirma, ao final de sua explanação, que “em verdade suas

¹⁴⁹ PEREGRINO, Umberto. op.cit., p.71.

¹⁵⁰ Idem, ibidem. p.73.

¹⁵¹ Idem, ibidem, p.75.

versões convergem no sentido de atribuírem ao general Benício a ideia e a efetivação do feito, executada, como vimos, a posição em parte discrepante do General Severino Sombra.”¹⁵²

Em suas considerações, Peregrino se coloca no papel análogo ao do juiz. Procura, através dos testemunhos, afirmar a legitimidade do culto ao general Valentim Benício como idealizador da Biblioteca Militar. Mas, ainda que julgue os fatos, o general fala de um lugar que o torna igual aos seus interlocutores: ele mesmo foi um militar que esteve na direção deste órgão do Exército brasileiro. O capitão Severino Sombra, segundo os relatos de seus contemporâneos, teria reivindicado a paternidade da ideia de criação da Biblioteca Militar, o que explica o fato de ter sido representado na recente biografia de Moura biografia como seu idealizador e presidente.

Mesmo considerando o papel do general Severino Sombra na implantação do setor editorial e da parte física da biblioteca, Peregrino não deixa de afirmar o papel do indivíduo na realização de grandes feitos, além de reconhecer a participação de Severino Sombra neste empreendimento editorial. Para o general Peregrino, o anticomunismo seria um fator que ligaria o capitão Severino Sombra ao projeto de implantação da Biblioteca Militar. Mas este não é o único elemento que liga o general Severino Sombra a esta disputa pela paternidade da “ideia original” de criação. Os dois militares – Valentim Benício e Severino Sombra – se destacaram no debate sobre a educação militar e patriótica no Brasil, e não devemos desconsiderar este aspecto, visto que toda a documentação oficial a respeito da criação da instituição afirma o seu caráter também educacional. Quando levamos em conta a inserção do projeto de criação da Biblioteca Militar no movimento de construção da identidade social do Exército e no reordenamento de suas instituições nesse período, percebemos que ela foi um mecanismo, entre outros, de afirmação institucional e também de construção de uma de uma cultura militar.

Para melhor compreensão deste projeto, apresentaremos algumas ideias defendidas pelo general Severino Sombra a respeito da necessidade de um plano de educação patriótico e militar para o país. A pertinência do *Plano Geral de Educação patriótica e social do Exército* para pensarmos a criação da Biblioteca Militar é considerável na medida em que nele podemos identificar a importância dada por Severino Sombra à necessidade de educar o Exército e o povo contra a “revolução comunista internacional”. Tal realização seria viabilizada com base em uma doutrinação de caráter patriótico e nacionalista.¹⁵³ Essa agenda

¹⁵²PEREGRINO, Umberto. op.cit., p.75.

¹⁵³ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935.

educacional anticomunista e patriótica tinha como ponto fundamental a criação de uma Seção Especial, que deveria fiscalizar as bibliotecas regimentais e publicar material educativo patriótico.

Fazendo o uso de algumas frases atribuídas ao filósofo existencialista cristão Nikolái Berdiáyev, em sua maioria sem a citação direta do texto, Severino Sombra inicia a exposição do seu plano de educação afirmando que “diante da agitação social e ideológica que neste momento da História abala, até as suas profundezas os alicerces da sociedade e enche de angústias e interrogações os espíritos mais equilibrados”, não se poderia permanecer indiferente.¹⁵⁴ O fato de Berdiáyev ter sido um crítico do comunismo soviético, sendo expulso da Rússia junto com outros intelectuais durante o regime stalinista, é significativo e permite inferir o porquê de ser tão citado por Severino Sombra nesse seu documento com marcante caráter anticomunista. Severino Sombra o utiliza muitas vezes para ressaltar o caráter “messiânico” e “judaico” do socialismo e para reforçar a sua posição a respeito das ideias socialistas.

Em tom dramático, o capitão afirmava que o mundo marcha para a “Revolução”, e que o grande dilema do homem neste momento seria escolher um caminho revolucionário a ser seguido. Analogamente, a nação também estaria marcada por este mesmo dilema. Neste quadro instável, existiria, segundo o capitão, uma verdadeira ciência revolucionária, propagandista e ofensiva:

Mas, assim como, para o homem de caráter, a questão máxima, em meio às perturbações de sua vida pública e privada, é a de deixar sempre marcado o traço inconfundível da sua individualidade, para as Nações, o mais grave problema, nesta hora tumultuária, ante o choque dramático das ideias, e as inelutáveis imposições econômicas, é o de afirmar, à custa dos maiores sacrifícios, sua personalidade. Personalidade histórica e moral, construída ao longo dos séculos e marchando para um destino próprio na vida da Humanidade.¹⁵⁵

Este plano de educação, entendido pelo capitão como uma “política social do Exército” estava em sintonia com o projeto político militar conservador construído gradualmente na década de 1930. Esse projeto enxergava nos regimes fascistas em ascensão

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935. P.12..

¹⁵⁵ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935, p.12.

na Europa exemplos positivos de “ressurgimento nacional”, ou como uma maneira eficaz de “defender a personalidade nacional” que estaria gravemente ameaçada no Brasil:

É esta afirmação de personalidade do traço mais vivo, mais característico dos atuais movimentos nacionalistas. Verificamo-lo no fascismo italiano, como no nazismo alemão, no kemalismo turco como no nacionalismo lusitano e em todos os países onde marcha a Revolução Nacionalista [grifo do autor]. E deste ponto de vista, o nacionalismo é justamente uma reação instintiva dos organismos nacionais, contra a avalanche niveladora do comunismo que tenta derrubar as fronteiras das Pátrias, esmagando a alma dos povos, para estabelecer a sociedade em massa [grifo do autor], não mais conforme o ritmo humano e natural da espécie [grifo do autor] mas segundo um ritmo bárbaro e aritmético do número.¹⁵⁶

Se o povo não tinha ainda a capacidade de fazer surgir um grande movimento nacionalista que lhe abrisse um caminho revolucionário, e este era o caso do Brasil para o capitão Severino Sombra, era necessário que o Estado, junto com os “grandes órgãos nacionais” – o Exército e a Marinha, o professorado e as associações de caráter patriótico – organizasse a defesa social da Nação e de seus “órgãos vitais”.¹⁵⁷

De acordo com o seu plano de ação política, a defesa social deveria ser preparada com a mesma inteligência e astúcia com que era preparado o ataque sofrido por ela. Para executar esse plano defensivo era necessário, segundo o capitão, um plano bem estudado e órgãos especiais para executá-lo. Para justificar a necessidade de um plano de ação social, Severino Sombra estabelece alguns pressupostos. O Brasil, um país atrasado dirigido politicamente por uma elite liberal, inculta e incapaz, estaria exposto a “duas brechas na muralha da defesa social”: a ignorância lastimável do corpo policial e a legislação social desastrosa de um governo liberal-burguês que “quer fazer concessões sociais para acompanhar a moda, sem nenhum sentido orgânico nacional”.¹⁵⁸

Mas um outro mal, para ele, “periódico e de consequências desastrosíssimas” seria a maior ameaça a segurança social: as revoluções liberais-democráticas:

¹⁵⁶ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935, p.12..

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*. p.13.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*. p.13.

Elas, pela sua ineficiência, pela desorganização econômica que acarretam, pela desilusão popular que provocam, a melhor aliada de que dispõe a Revolução Comunista Internacional. Staline, em seu Leninismo teórico e prático, torna bem claro que para Lenine “a revolução burguesa democrática e a revolução socialista são como dois nós de uma mesma cadeia.”¹⁵⁹

Para o capitão, o “surto” que as ideias socialistas tiveram no Brasil após a “Revolução da Aliança Liberal”, em 1930, provaria o acerto das conclusões de ameaça comunista. Logo, seria preciso estudar o inimigo para combatê-lo, ou seja, estudar as “táticas” dos comunistas para impedir que este se tornasse uma ameaça à ordem social brasileira. Se o comunismo deveria ser evitado, no entanto, o capitão parecia concordar com o prognóstico de seus inimigos a respeito das transformações sociais, visto que se baseia neles para formar a sua argumentação.

Severino Sombra recorre novamente a Berdiaeff, utilizando uma frase deslocada do filósofo para embasar o seu ponto de vista: “É preciso nunca perder de vista que o socialismo como criação judaica que é, tem ‘caráter messiânico’, como esclarece Berdiaeff”.¹⁶⁰ Mais uma vez recorrendo a Lênin, o capitão atenta para a capacidade de difusão das ideias comunistas no seio do Exército, através da propaganda:

A propaganda no seio das Forças Armadas é uma das principais missões dos órgãos da revolução internacional. O que se passou com o exército czarista, na Rússia, é do conhecimento de todos. Sobre esta experiência, a III Internacional ergueu toda uma técnica especial de ação no meio militar. (...) A par destas formas particulares de propaganda, uma grande campanha anti-militarista é permanentemente levada a efeito pelos jornais e folhetos comunistas, e especialmente pelas folhas militares, como o “La caserne”, em França, que publica 20.000 exemplares. Para estas campanhas, a palavra de ordem é insistir nas reivindicações imediatas dos soldados, adaptando sempre a luta à situação concreta.¹⁶¹

La Caserne foi uma revista militar editada pela Federação das Juventudes Comunistas da França. A menção feita a este periódico nos faz pensar nas publicações militares

¹⁵⁹ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935, p.12.

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p.16.

¹⁶¹ Idem, ibidem. p.16.

anunciadas por algumas revistas, como recomendavam os editores de *A Defesa Nacional* na década de 1930, e que deveriam ser evitadas entre os militares.

Não temos conhecimento do teor dessas publicações, mas sabemos que há alguns volumes digitalizados, mas não disponíveis na internet. São os exemplares datados de 1900, 1920 e 1941, o que mostra que esta revista teve uma duração longa, embora não saibamos se ela foi contínua.¹⁶² De acordo com Severino Sombra, o Exército brasileiro não chegara a uma situação tão preocupante quanto a de países como a França e a Rússia, mas estava a caminho de uma grande crise que teria se agravado com a “insurreição de outubro”. Ela teria causado uma “brusca subversão hierárquica”. Assim, seria necessário um enérgico reajustamento disciplinar para colocar o Exército em uma “relativa situação de segurança”. O capitão afirma que os recrutas brasileiros, embora vindos em sua maioria do sertão e sendo pouco permeáveis à propaganda comunista por conta disto, se corrompiam quando chegavam à cidade:

E a prova é o enorme desenvolvimento do comunismo no meio dos marinheiros cujo longo tempo de serviço deixa-os mais demoradamente nos grandes centros onde a propaganda se faz sentir ativamente. Mas é preciso compreender que a relativa segurança de que ainda gozamos é uma questão de tempo. No próprio interior já se organizam células do P.C. A última seca do Nordeste revelou quão adiantado vai o trabalho da organização comunista no sertão.¹⁶³

A partir de então, Severino Sombra lista algumas medidas necessárias para consolidar a disciplina no meio militar, evitando assim a propagação das ideias socialistas. A preparação ideológica das massas de soldados ocupa o primeiro lugar na sua lista de medidas urgentes. A primeira forma de conseguir conter o comunismo nos meios militares seria através da organização de “milícias nacionalistas”, o que escaparia à ação do Exército. Mesmo assim os chefes militares, na visão do capitão, deveriam favorecer o desenvolvimento desses grupos, mesmo fora do âmbito do Exército. A segunda forma seria a preparação ideológica do Exército, que para ele constitui a “essência mesma da política social de um exército moderno

¹⁶² <<http://www.worldcat.org>>. *La Caserne*. Publicação da Fédération des jeunesses communistes de France.

¹⁶³ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935, p.16.

cujos chefes tenham uma noção, pequena que seja de suas responsabilidades para com a Pátria”.¹⁶⁴

O Exército, ainda que padecendo de graves defeitos orgânicos, na visão do capitão, constituía no momento o único elemento de vigilância da nação. Caberia a ele garantir a existência de uma política livre ao povo brasileiro, até que a vida nacional se organizasse sobre outras formas. E para isto o Exército deveria adotar urgentemente uma “política social”.¹⁶⁵Essa política social teria como primeiro ponto “manter intransigentemente a personalidade nacional, combatendo todas as forças desnacionalizadoras e avivando os sentimentos patrióticos do povo”.¹⁶⁶

Para cumprir esta prerrogativa, o Exército deveria criar uma ação especial de educação patriótica nas Escolas de Instrução Militar (EIM) e nos Centros de Formação dos Oficiais de Reserva (CPOR), realizando um trabalho preliminar junto aos instrutores. A isto seria somada uma lei de sindicalização que ligasse diretamente os sindicatos ao Exército por meio dos EIMs, do CPOR e dos Corpos de Reserva de Especialistas. Finalizando, o capitão coloca a necessidade de estimular a literatura patriótica por meio de concursos organizados periodicamente e da “criação de prêmios permanentes que, pelo seu valor e justiça da distribuição, marquem época na literatura nacional”. O “Alto Comando” do Exército, desse modo, deveria atuar junto ao governo do país para evitar a adoção de medidas “claramente perigosas à personalidade nacional”.¹⁶⁷

Severino Sombra resume, na segunda parte deste plano de ação social, dois pontos fundamentais para o Exército em sua função de mantedor da personalidade nacional: uma ação contraofensiva anticomunista e a urgente organização de um “Plano Geral de Educação Patriótica e Social” que pudesse atingir os militares de todos os postos e funções:

Cumpre, portanto, ao Alto Comando fazer a “preparação ideológica” do Exército, que é, como evidenciamos, o processo reputado mais seguro pelos próprios comunistas para se ter uma força de confiança. Esta preparação não deve ter somente um caráter de emergência. Ninguém pode avaliar até onde irá a crise que abala o mundo e quanto tempo levará o Brasil para atingir o seu verdadeiro caminho revolucionário e através de que circunstâncias alcança-lo-á. (...) Precisaremos dele [um plano de preparação ideológica e educação

¹⁶⁴ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935. p.16.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.18.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*.p.18.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p.19.

social do Exército] também se o nosso Povo vencer a crise e criar uma Grande Pátria, porque esta, como qualquer outra, hoje em dia, não poderá ser guardada por um exército de instrução puramente técnica, sem a menor consciência social.¹⁶⁸

Quanto à formação da oficialidade, Severino Sombra julgava que a preparação ideológica deveria ser permanente nas escolas militares, por meio de cadeiras especiais entregues a “elementos de absoluta confiança”, a saber, “patriotas e nacionalistas”. Para isto, deveria ser criada a cadeira de sociologia no curso de cadetes da Escola Militar do Realengo.¹⁶⁹ Na escola de Estado Maior deveria ser ministrado um curso de conferências “realizado pelas mais notáveis da cultura sociológica nacional, que adotem o ponto de vista antimarxista brasileiro”. Entre esses nomes, o capitão Severino Sombra cita Tristão de Atayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima e Oliveira Viana.

Formado em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro no ano de 1913, Amoroso Lima iniciou-se no magistério em 1932. Embora adotasse posições liberais até 1930, a partir de então, passou a se opor ao movimento renovador do ensino aglutinado no movimento da Escola Nova. Esteve em posição de liderança junto ao laicato católico, empreendendo intensa campanha pela afirmação de uma postura ativa dos católicos diante das grandes questões nacionais. Já Oliveira Viana figura entre os intelectuais que nos anos 1930 reinterpretoaram o passado buscando captar a realidade brasileira. Viana fez parte do grupo de intelectuais que defendeu propostas antiliberais e autoritárias para a organização do Estado brasileiro após 1930. Para ele, a experiência liberal brasileira e mundial haviam se esgotado, assim como seus instrumentos clássicos, os partidos políticos e o Congresso. Esta visão era compartilhada por lideranças tenentistas que no início do Governo Provisório ocuparam cargos estratégicos no Estado e na administração central.¹⁷⁰

Nas escolas dos Serviços e de Sargentos deveriam ser ensinadas noções de “economia social” para que fossem apontadas soluções para as “questões sociais” que não fossem “marxistas”.

No meio da tropa, a ação exigiria um órgão de direção: “não há luta sem comando. Esse comando da ‘contra-ofensiva’ sobre o comunismo deverá ser criado com urgência”.¹⁷¹ Para o capitão, era imprescindível a imediata criação de uma Seção Especial, inicialmente

¹⁶⁸ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935, p.19.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 12.

¹⁷⁰ <http://www.cpdoc.fvg.br>. Acesso em julho de 2015.

¹⁷¹ <http://www.cpdoc.fvg.br>. Acesso em julho de 2015.

anexa ao gabinete do ministro, para que pudesse ter, em suas palavras, maior facilidade de ação. Essa Seção Especial deveria se constituir, mais tarde, definitivamente em um órgão do Exército, tornando-se um departamento ou uma Seção do Estado Maior. A essa Seção Especial caberia ainda organizar e aperfeiçoar o “plano de política social do Exército” e o plano de preparação ideológica dos soldados. Os planos, por sua vez, poderiam comportar uma parte “patriótica” e outra “social”. O documento passa então a listar uma série de medidas a serem empregadas. Gostaríamos de ressaltar três destas medidas que foram incorporadas pela Biblioteca Militar.

A primeira medida estava centrada em aulas direcionadas à instrução geral e educação moral e cívica como parte do programa de instrução das tropas. A Seção Especial distribuiria pelos corpos os esquemas das aulas acompanhados de uma explanação para os instrutores. Esses esquemas de aula obedeceriam a um plano conjunto de modo que o soldado ao ser “desmobilizado”, ou seja, devolvido à sociedade, pudesse ter uma forte consciência nacionalista e “entusiasmo pela missão do Exército”.¹⁷² A segunda, denominada “publicações”, consistia na publicação de folhetos sobre a “questão social”, sobre os faustos militares, virtudes guerreiras e também sobre a história nacional, que também ficaria a cargo da Secretaria Especial. A terceira medida – Bibliotecas – estava relacionada ao controle e exame das bibliotecas dos corpos e estabelecimentos militares:

Impõe-se o exame das bibliotecas dos Corpos e Estabelecimentos militares a fim de ser feita a descarga de muitos livros nelas existentes e que combatem a própria existência do Exército. Feita a censura, a S.E organizará um plano de compra de livros para essas bibliotecas e estimulará a criação de outras.¹⁷³

Essas três medidas a serem desenvolvidos pela Seção Especial foram colocados em prática, ou pelo menos preconizados, pela Biblioteca Militar em 1937, na gestão do general Eurico Gaspar Dutra. Podemos afirmar que em seus primeiros anos de funcionamento, a Biblioteca Militar exerceu essas funções que Severino Sombra imaginou para a Seção Especial, embora não tenha pensado em uma ação editorial para além da confecção de materiais didáticos e folhetos patrióticos educativos.

¹⁷² ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935. p.12.

¹⁷³ Idem, *ibidem*, p.13.

A Seção Especial (S.E), de acordo com este plano de educação, deveria ser constituída, provisoriamente, por um oficial que seria o chefe da S.E, um sargento arquivista, um cabo, um soldado datilógrafo e um cabo ou soldado para o serviço externo. O novo órgão, segundo o capitão, deveria ser chefiado por “pessoa de confiança do Ministro da Guerra e em ligação direta com ele”.¹⁷⁴ As praças seriam escolhidas pelo chefe da S.E. O empenho com que, a pedido do ministro da Guerra nos anos de 1934 e 1935, general Góes Monteiro, o capitão Severino Sombra elaborou este plano de ação política nos leva a crer que se atendida a sua proposta ele mesmo estaria à frente dessa Seção.

A criação de prêmios para estimular a literatura patriótica e nacional pensada por Severino Sombra em seu plano de ação foi uma das primeiras medidas estipuladas no decreto de criação da Biblioteca Militar. Um ano depois do início de suas atividades o presidente da Comissão Diretora, General Valentim Benício da Silva, ainda afirmava a necessidade da articulação entre as bibliotecas dos quartéis, que deveriam ser geridas por um órgão central, utilizando como modelo o Serviço Histórico do Exército Francês. Nessa lógica centralista, a primeira publicação recomendada para impressão pelo ministro Eurico Gaspar Dutra, intitulada *Em Guarda*, era uma compilação de textos anticomunistas. Estes fatores aproximam bastante a Biblioteca Militar da Seção Especial do gabinete da Guerra pensada pelo capitão Severino Sombra.

Assim como o capitão Severino Sombra, o coronel Valentim Benício da Silva, que fora promovido a general logo depois da inauguração da Biblioteca Militar, tinha como foco de sua ação política a educação moral, física, patriótica, intelectual e anticomunista dos militares e da nação. Ambos glorificavam o exemplo individual, os grandes feitos dos heróis, grandes homens e personalidades criadoras. O general Valentim Benício, no entanto, atuou no meio educacional como instrutor de tropas, principalmente enquanto comandava o 15º Regimento de cavalaria entre os anos de 1931 e 1935. Sua atuação como instrutor foi marcada pela formação de escolas regimentais de alfabetização de soldados, prática estimulada pela Cruzada Nacional de Educação, instituída pelo decreto n. 21731, de 15 de agosto de 1932.¹⁷⁵

Enquanto chefe do Estado Maior da 1ª Região Militar, Valentim Benício também desenvolveu, para uso dos oficiais e comandantes dos corpos, as diretrizes para as instruções dos anos de 1936 e 1937.¹⁷⁶ Essas diretrizes, assim como o resultado de sua experiência como

¹⁷⁴ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. Op. cit.

¹⁷⁵ Coleção de Leis da República. Anais da Câmara dos deputados. Ministério da Guerra. Decreto n.21.731 de 15 de agosto de 1932.

¹⁷⁶ COSTA, Godolphim. Op.cit., p.99.

instrutor do 15º regimento de Cavalaria foram reunidos em um livro pela Biblioteca Militar em 1942. Tal publicação se encontra hoje guardada no salão nobre da Biblioteca do Exército Editora, localizado no terceiro andar do palácio Duque de Caxias.

A capa do livro – intitulado *Livro do Soldado Brasileiro* – traz uma ilustração, em primeiro plano, que apresenta um soldado devidamente fardado, segurando com uma das mãos a arma, e com a outra, o livro. Em segundo plano aparece o rosto do Duque de Caxias vestindo traje militar. Este livro apresenta ideias e um modelo para a confecção de uma cartilha de alfabetização para soldados. Intitulada “O ensino dos analfabetos”, estas diretrizes estão publicadas no livro. Nelas, o general Valentim Benício expõe sua principal preocupação, que era apresentar “metodizadas” observações que ele havia feito durante o ensino nas escolas regimentais para justificar a escolha de um “processo conveniente ao ensino de analfabetos adultos” de uma “categoria social quase homogênea”.¹⁷⁷

Devemos lembrar que uma das coleções lançadas pela Biblioteca Militar em seus primeiros meses de funcionamento foi denominada *Nossos Soldados*, e tinha justamente o objetivo de alcançar os soldados alfabetizados, com um nível educacional elementar. Isto torna o projeto editorial da Biblioteca Militar bastante articulado a esta ação educadora entre soldados. De acordo com o regulamento que ordenava a organização das escolas regimentais, poderiam ser contratados professores civis, das instituições públicas, para ministrar as aulas na escola de alfabetização.¹⁷⁸ O coronel Benício, no entanto, em sua preleção, não via com bons olhos a atuação de professores civis. Para ele, para o serviço nas escolas regimentais, eram contratados os piores professores, aqueles que “afastados da fiscalização de seus superiores e encontrando mil resistências que nem sempre sabem vencer”, deixavam-se “arrastar pelo comodismo de uma função em que não são acompanhados pelos que possam influir em sua carreira no professorado”.¹⁷⁹ Assim, o coronel preferia combater o analfabetismo nos quartéis com a “prata da casa”:

Ao meu ver o funcionamento da Escola Regimental deve ser confiado a um oficial que tenha real interesse pelo assunto. É necessário que este possa escolher seus auxiliares para a difícil quão meritória tarefa. É imprescindível que a alta administração da unidade empenhe-se em tratar-lhe os recursos exigidos para o êxito da missão. E os capitães e todos os oficiais empenhados na observância da citada disposição de

¹⁷⁷ SOLDADO nº 119. Livro do Soldado Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942, p. 11.

¹⁷⁸ Idem, ibidem, p.2.

¹⁷⁹ Idem, ibidem, p.13.

R.I.S.G., tem o dever imperioso de cooperar para que em pouco tempo não haja no corpo um só analfabeto.¹⁸⁰

Para isto, os instrutores deveriam lançar mão de um método que combinasse a soletração, a palavrção e a sentencição, ou seja, a formação de frases simples, mas que trabalhassem mais o raciocínio do que a memorização. O coronel entendia que os adultos deveriam aprender a ler de maneira não mecânica, compreendendo integralmente o conteúdo das frases, para que se tornassem também bons leitores. Por isso era preciso uma combinação de métodos diferentes daqueles utilizados na educação de crianças, bem “menos refratárias” ao aprendizado do que os adultos não alfabetizados.¹⁸¹

As lições deveriam ser seguidas de gravuras que pudessem concretizar o pensamento expresso nos textos – “sua expressão material”. Este material pedagógico deveria ser diferenciado não somente pelo fato de ser destinado a adultos, mas também por se destinado a soldados:

Mas a escolha dos assuntos não deve ser arbitrária e subordinada apenas às exigências técnicas de ensino. É preciso também - e isto é essencial - que os assuntos sejam adequados à categoria de alunos que se vai ensinar. E para nós, esta é uma grande dificuldade, pois quase todos os livros são destinados às crianças e não aos adultos. (...) Precisaríamos, portanto, de um bom livro escrito para adultos; o melhor seria se fosse para soldados.(...) Confio em que esta dificuldade seja aqui vencida (dizia eu aos meus comandados da Escola de Cavalaria, em 1934) e que da tentativa, naturalmente coroada de êxito, saia deste quartel o almejado livro para os soldados. Atrevo-me a lançar a ideia certo de que alguém aceitará o desafio.¹⁸²

O próprio coronel Valentim Benício se pôs a realizar tal tarefa. Sob o pseudônimo “Soldado 119”, já no posto de general, apresentava sua cartilha da seguinte maneira: “Este livrinho foi feito por um leigo na matéria. Terá, portanto, inúmeros defeitos. Não é original, pois foi inspirado em muitos outros, principalmente no magnífico trabalho de Francisco Furtado Mendes Viana, intitulado “Primeiros Passos na Leitura”.¹⁸³ A intenção era a de o método ali proposto pudesse ser aproveitado pelos instrutores de tropas nas escolas

¹⁸⁰ SOLDADO n° 119. Livro do Soldado Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942, p.13.

¹⁸¹ Idem, ibidem.

¹⁸² Idem, ibidem, p.18.

¹⁸³ Idem, ibidem, p.10.

regimentais. O *Livro do Soldado Brasileiro* reuniu 39 lições de leituras, hinos e canções patrióticas, regras de caligrafia, numeração e operações fundamentais e lições manuscritas. As lições eram escritas em linguagem simples e adaptadas ao *métier* dos soldados.

Observando o conteúdo do livro, constatamos que as lições estão ambientadas ao cotidiano da vida de caserna, principalmente o regimento de cavalaria, e de pequenas situações acontecidas com soldados. As lições são todas assinadas por soldados e sargentos, o que nos sugere que as mesmas podem ter sido escritas pelo próprio general Benício com a colaboração de outros oficiais. Acreditamos que esses nomes sejam fictícios, visto que o grau de complexidade dos textos aumenta com o decorrer do livro.

Destacamos algumas destas lições, que narram episódios de desobediência e punição dos soldados pelos seus comandantes. Uma delas, a lição nº 20, tinha o seguinte conteúdo:

Gumercindo era cabo comandante da guarda. Esta era a segunda guarda que dava. Durante o dia, tudo correu muito bem. Mas à noite Gumercindo teve uma desilusão: todos os soldados da guarda dormiam. Dormiam todos: o Guedes, o Guido, o Miguel, o Gomes e o Gameiro. Só não dormiu o Miguêis. O Gumercindo relatou o fato ao oficial de dia e os que dormiram foram castigados. O castigo foi como água na fervura. Todos aguentaram firmes e ninguém mais dormiu na guarda do Gumercindo.¹⁸⁴

Quando observamos as figuras representadas, é fácil distinguir um soldado de um oficial, não só pela farda, mas também pelo corpo e pelas expressões faciais. As ilustrações sempre apresentam os soldados com feições muito diferentes dos oficiais. São representados sempre mais magros, com rostos mais expressivos, mais marcados e geralmente mais cansados. A postura deles também é sempre diferente, geralmente curvados, enquanto os oficiais são sempre altivos e com traços menos marcados. No caso desse trecho apresentado, a cadeia de comando a qual o soldado deve ser subordinado fica nítida: os soldados descumprem uma ordem, o cabo comunica a desobediência ao oficial responsável pelo regimento, e este aplica o castigo. Ao final os soldados aprendem e não dormem mais em serviço.

Na 27ª lição, encontramos o seguinte texto:

¹⁸⁴ SOLDADO nº 119. Livro do Soldado Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942, p.69.

Eu sou filho do Pará e o Antônio é natural do Maranhão. Somos ambos nortistas. Na minha companhia há filhos de quase todos os Estados, mas os melhores soldados vieram do Sul. Até agora nenhum deles faltou ao trabalho. De manhã cedo estão todos alinhados, esperando a hora do café. Depois vão encilhar as montadas, sem barulho nem cara feia. Parece que estão contentes da sorte, que tudo lhes corre às mil maravilhas. Quando o capitão vêm cedo eles já estão acordados. (...) Formam logo e partem para o trabalho matutino. Se eu fosse assim não teria tantas cadeias e poderia ter melhor vida. Nem que eu andasse de joelhos todo mês de julho conseguiria a maravilha do melhor conceito na opinião do capitão Malheiros. Aos que têm falha na conduta ele nem olha.¹⁸⁵

Na apreciação do suposto soldado, os melhores companheiros vinham do sul do país, exemplos a serem seguidos. Os soldados do norte, indisciplinados e menos dispostos, ao contrário, pegavam cadeia e não recebiam elogios dos seus comandantes. Cotejando esta lição com outros escritos do general Valentim Benício da Silva, percebemos esta ideia do elemento oriundo do Sul como exemplo mais saudável de soldado. Esta apreciação também está presente em outros escritos do general. Em uma conferência realizada na Associação dos Pais de Família, no ano de 1940, Benício discursa sobre o a influência dos pais de família na defesa nacional:

Vemos o mundo atravessar uma tremenda crise, cujos resultados imediatos não se podem prever. E até que ele volte ao equilíbrio ditado pela razão, pela moral, pelo direito - equilíbrio a que fatalmente voltará - cumpre que nós, longe deste cataclisma, conservemos e asseguremos a tranquilidade e com ela a felicidade a que nos vem sendo propícia. (...) Formemos ao lado dele [do chefe de governo]. (...) Sopitemos as nossas discordâncias doutrinárias. (...) O momento é de ordem, de reflexão, de abnegação, de renúncia. (...) Sirva este espetáculo doloroso [a guerra, que para ele é um fenômeno social inevitável] de salutar advertência. Que no momento presente um único sentimento nos anime - o patriotismo. Que não nos venha perturbar a existência pacífica ódios exóticos, doutrinas que não encontram guarida em nosso meio, princípios que as condições ambientes repelem. (...) Lembremos que a cada momento que os males morais, as enfermidades sociais, como as doenças que assaltam o organismo humano, são muitas vezes contagiosas, investem contra a família, invadem a sociedade, contaminam a nação.¹⁸⁶

¹⁸⁵ SOLDADO nº 119. *Livro do Soldado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942, p.83.

¹⁸⁶ Discurso proferido pelo general Valentim Benício da Silva durante palestra realizada na Associação dos Pais de Família. Arquivo Nacional. AS 654. Microfilme 051-97.27/05/1940, p.2.

Este ódio exótico ao qual se refere o general é sem dúvida o comunismo, responsável, em sua visão, por disseminar o ódio de classe. Os pais, nesse sentido, teriam um papel fundamental na defesa nacional, uma vez que deveriam ensinar valores nacionais e patrióticos aos seus filhos. E, em tempos de paz, para evitar a guerra, a família deveria contribuir para a defesa nacional: “Ser forte para ser respeitado - tal é o princípio fundamental que deve nortear a nossa política de povo ordeiro e sem ambições”.¹⁸⁷

O general utiliza um modelo fixo para explicar a sociedade e a defesa da nação. A fortaleza nacional seria uma força resultante de um fenômeno mecânico, cujas componentes seriam denominadas “força material, força intelectual e força moral”. Este sistema se multiplicaria e partiria da força individual à força coletiva, do indivíduo à família, da família à sociedade e da sociedade à nação.¹⁸⁸ Assim, o general Benício apresenta a sua engenharia social. Para ele alguns fatores eram essenciais à defesa nacional – a ordem, a educação moral, física e intelectual e a educação cívica. Logo, a ordem mais produtiva, para o general, não é aquela imposta pela lei e compulsória, e sim aquela “praticada na sua convicção espontânea, aceita, oferecida”:

É a ordem que se recebe no berço, que se adquire com a educação, que se exerce sem constrangimento, como qualidade herdada ou adquirida, como virtude individual. É na célula, no indivíduo, que ele deve começar. E dele se reflete, se repercute, se multiplica, sem parar, insensível, naturalmente, nos múltiplos compartimentos do organismo social. (...) Ninguém poderá negar a missão precípua do pai de família, do chefe de família, do chefe da instituição doméstica.¹⁸⁹

Se o indivíduo não herda esta qualidade do berço, certamente o quartel seria o lugar de aprendizado por excelência deste valor indispensável à defesa nacional. A educação, em todos esses aspectos apresentados (físico, intelectual, moral e cívico), era a feição capital da defesa nacional. A sociedade, nesse sentido, é entendida como um organismo compartimentado formado pelo conjunto de indivíduos. A partir dos exemplos individuais e do esforço próprio de cada um e de cada família é que poderia ser formada uma nação forte e livre dos conflitos externos – a guerra – e dos conflitos internos – a divergência política

¹⁸⁷ Discurso proferido pelo general Valentim Benício da Silva durante palestra realizada na Associação dos Pais de Família. Arquivo Nacional. AS 654. Microfilme 051-97.27/05/1940, p.2.

¹⁸⁸ Idem, ibidem. p.4.

¹⁸⁹ Idem, ibidem. p.5.

dentro e fora dos quartéis. A moral, nesse sentido, seria o pilar do “edifício social”. Uma educação moral deveria livrar o indivíduo dos “desvios” da sociedade moderna.

A educação física, na visão do general, era um aspecto do problema da defesa nacional. Ainda que “mal exercitada” pelas gerações passadas, estaria tomando vulto e despertando o interesse no convívio doméstico. A Escola Militar seria um exemplo positivo de propaganda da educação física, uma vez que faria “exigências para a matrícula dos que aspiram vestir-lhe a farda”.¹⁹⁰ É justamente ao ressaltar a importância da educação física que o general tece mais uma vez uma impressão de superioridade física do elemento vindo do sul, que se coaduna à mensagem que o nosso soldado do norte transmite na lição de alfabetização comentada anteriormente:

A cidade por sua vez, a “cidade maravilhosa”, perdeu o aspecto doentio, esquelético, que em outras épocas, não distantes, oferecia aos que vinham de outras plagas. Há trinta anos o tipo forte e robusto, a tez rósea - queimada do gaúcho, faziam contraste com a compleição franzina e a face esquelética e descorada do carioca”.¹⁹¹

A necessidade de uma higienização da sociedade por meio da educação física também fica evidente no plano de ação política e social escrito pelo capitão Severino Sombra, já discutido neste capítulo. Vale a pena lembrar que para Severino Sombra, um dos pontos chave da tarefa a ser feita pelo Exército em sua política social consistia na “penetração no seio dos grandes núcleos estrangeiros segregados da vida nacional (especialmente japoneses, em Mato Grosso) por meio de instrutores de educação física especialmente escolhidos e preparados.”¹⁹²

No que toca à educação intelectual, o general Benício mais uma vez deprecia dos professores civis:

A confusão nos métodos, a complexidade nas doutrinas expostas, a superabundância de disciplinas inúteis, tal é o aspecto da instrução que esta Associação dos Pais de Família vem meritória e legitimamente combatendo. Sobram os professores no Brasil; abrem-se dia a dia institutos de ensino. Mas falecem e minguam os mestres, perdem-se no ocaso, vencidas pela concorrência mercantil as velhas

¹⁹⁰ Discurso proferido pelo general Valentim Benício da Silva durante palestra realizada na Associação dos Pais de Família. Arquivo Nacional. AS 654. Microfilme 051-97.27/05/1940, p.7.

¹⁹¹ Idem, ibidem. p.7.

¹⁹² Idem, ibidem. p.7.

escolas em que professavam sábios apostolados da ciência, homens que seus discípulos faziam amigos e que na velhice tinham o orgulho de apreciar os frutos das dementes que lançaram, das árvores que cultivaram.¹⁹³

E então, depois desta observação sobre o ensino ele lança a proposta de uma educação cívica. Para o general,

O conhecimento das instituições nacionais, o respeito e o acatamento às autoridades, a veneração dos nossos símbolos, a admiração dos feitos heroicos dos nossos próceres, a familiarização com os antepassados ilustres, o conhecimento da nossa grandeza, a valorização da nossa riqueza - tudo isto deve começar na família (...) A escolha de bons livros e a escolha de bons mestres suprirá o que o chefe de família nem sempre pode realizar. (...) Na educação cívica o quartel exerce uma ação meritória. Mas o quartel recebe inteligências e sentimentos já muito adiantados, não alcança a totalidade das classes masculinas, e a ele não vão ter as mulheres.¹⁹⁴

Entendemos que este debate sobre a necessidade de uma educação moral, cívica e patriótica, assim como o problema dos livros e publicações circulantes no meio militar, tenha sido uma questão em voga nos meios militares. A associação do comunismo ao mal, ao exótico e pernicioso, foi fundamental na construção de um discurso de ordem que fosse eficaz na eliminação de grupos divergentes dentro do Exército, sobretudo entre os oficiais mais jovens, cadetes, e principalmente entre aqueles que não formavam o quadro permanente do Exército: soldados, cabos e sargentos.

Os generais Severino Sombra de Albuquerque e Valentim Benício parecem ter influenciado as bases da implantação das bases editoriais da Biblioteca Militar. A circulação de escritos militares, fossem livros ou revistas, de acordo com este projeto centralizador, deveria ser regulada pelo Estado Maior. No entanto, o recorte que escolhemos para este trabalho privilegiou os anos iniciais de funcionamento da instituição, o que não nos permite afirmar que esta centralização foi de fato obtida. Enquanto dirigida pelo general Benício, e funcionando com a sua primeira Comissão Diretora, que funcionava como um conselho editorial, a Biblioteca Militar ganhou forma.

¹⁹³ Discurso proferido pelo general Valentim Benício da Silva durante palestra realizada na Associação dos Pais de Família. Arquivo Nacional. AS 654. Microfilme 051-97.27/05/1940, p.7.

¹⁹⁴ Idem, ibidem. p.9.

A análise da trajetória dos militares que integraram a sua primeira Comissão Diretora pode abrir caminho para compreendermos uma das faces do projeto conservador do Exército nos anos 1930.

Capítulo III

A Primeira Comissão Diretora da Biblioteca Militar: Trajetórias militares

O projeto político militar que começou a ganhar forma nos anos 1930, tornando-se vitorioso com o advento do Estado Novo, teve no general Góes Monteiro seu principal formulador.¹⁹⁵ O processo de institucionalização e reorganização do Exército, a partir de então, pode ser pensado como desdobramento deste modelo de ação. O general Eurico Gaspar Dutra, como ministro da guerra a partir de 1937, pôs em prática este projeto centralizador, viabilizando o reordenamento institucional do Exército.

A trajetória institucional dos militares que nos anos 1930 estiveram à frente dos novos órgãos do Exército, no entanto, é pouco conhecida. Percorrendo a vida institucional dos três oficiais que integraram a primeira Comissão Diretora da Biblioteca Militar, e que podem ser considerados os fundadores de suas bases editoriais, procuramos situá-los em termos geracionais, educacionais e políticos. Este capítulo tem por objetivo, portanto, traçar a trajetória institucional dos militares que formaram a primeira Comissão Diretora da Biblioteca Militar. O general Valentim Benício da Silva, o coronel Francisco de Paula Cidade e o capitão Severino Sombra integraram esta comissão em seus trabalhos iniciais. Todos foram convidados pelo Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, em 1937, para fazer parte do conselho que escolhia as obras que seriam veiculadas pela Biblioteca Militar.

Os dois primeiros integrantes, Valentim Benício e Paula Cidade, fizeram parte da mesma geração, que iniciou os estudos militares na Escola Militar e Tática do Rio Pardo e, depois, prosseguiram na Escola de Guerra de Porto Alegre, já no início do século XX. O capitão Severino Sombra de Albuquerque integra a geração subsequente, formada na Escola Militar após sua transferência, em 1913, para Realengo. Na construção de seus perfis

¹⁹⁵ Sua doutrina de segurança nacional, pensamento e ação política, assim como sua trajetória, foram estudados por pesquisadores como José Murilo de Carvalho e, mais recentemente, Sérgio Murilo Pinto e Marcos Bretas. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Op. cit.; PINTO, Sérgio Murilo. Op.cit.; BRETAS, Marcos Luiz. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. In *Militares e Política*, n.º 2 (janeiro-junho 2008), pp. 31-61.

utilizamos, no caso de Francisco de Paula Cidade e Severino Sombra, as folhas de alterações e fés de ofício depositadas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Estes documentos são organizados e reunidos em pastas nominais, que podem ser localizadas através do catálogo do arquivo. Solicitamos o material e recebemos a pasta com os documentos relativos à vida institucional dos militares.

As folhas de alterações são referentes a cada estabelecimento de ensino, repartição, batalhão, quartel ou guarnição onde o oficial exerceu suas funções em um determinado período, assim como as eventuais transferências temporárias e adições, data de entrada e saída, promoções e elogios feitos por seus superiores. Incluem-se eventuais prisões decorrentes de faltas disciplinares. Já a fé de ofício é um documento que acompanha o militar por toda sua carreira profissional onde são reunidas todas essas alterações, com informações não só da vida militar, mas também civil, como nome do pai, casamento, nascimento dos filhos e óbitos. As pastas também podem conter outros tipos de documentos, como por exemplo, as fichas de matrícula dos oficiais na escola militar.

Infelizmente, não conseguimos ter acesso às pastas com as folhas de alterações e fés de ofício do general Valentim Benício. Ao solicitarmos a pasta deste general, fomos informados de que ela não se encontrava no arquivo e, ao indagarmos sobre seu destino, não foi apresentada qualquer razão precisa. Cogitou-se a possibilidade da pasta ter sido solicitada para digitalização, porém não foi encontrado qualquer registro de saída deste material do Arquivo do Exército. Sem opção, e com o tempo de pesquisa correndo, decidimos desistir da busca e recorrer ao almanaque do Exército. Tal opção, porém, deixou suas marcas no texto. Trabalhamos basicamente com os almanaques, que nos fornecem apenas um resumo sucinto, sem detalhes, da vida institucional dos generais do Exército brasileiro. Para tentar minimizar o problema, investimos nos dicionários biobibliográficos e na leitura de uma biografia do general Valentim Benício da Silva, escrita pelo coronel Godolphin da Costa.¹⁹⁶ Esse material nos permitiu costurar melhor algumas informações e percorrer sua trajetória intelectual e institucional.

3.1 – Valentim Benício e Paula Cidade: uma geração de transição

¹⁹⁶ COSTA, Goldophim. Op.cit.,p.95.

Valentim Benício da Silva nasceu na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, no ano de 1883. Seu pai, João Benício da Silva, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul entre os anos de 1901 e 1905 e Intendente do município de Alegrete de 1918 a 1919. Em seus relatórios na intendência, João Benício afirmava que “a ordem é a base de toda a economia e todo o progresso”, caminhando de acordo com as ideias positivistas. Baseando-se nelas ele empreendeu seu trabalho na administração do município de Alegrete, sua cidade natal.¹⁹⁷

Valentim Benício da Silva seguiria uma trajetória institucional diferente da de seu pai. O jovem gaúcho sentou praça voluntariamente como soldado do Exército brasileiro no ano de 1900. O recrutamento militar a esta época era feito através do sorteio ou do voluntariado, ou seja, não era obrigatório e universal. Também não era necessário ter procedência militar para ingressar na Escola Preparatória, em Rio Pardo, no sul, e na Escola Militar do Brasil, mais conhecida como Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Um jovem civil de boa formação poderia iniciar sua carreira diretamente no oficialato, ingressando nas escolas preparatórias, no Rio Grande do Sul – a Escola Preparatória do Rio Pardo – e em Realengo, no Rio de Janeiro. Mas Valentim Benício optou por sentar praça voluntariamente por três anos e só em 1901, quando promovido a 2º sargento, teve licença para se matricular na Escola Preparatória e Prática do Rio Pardo. Ali iniciaria sua trajetória como oficial do Exército.

Também nascido no ano de 1883, na cidade de Porto Alegre, Francisco de Paula Cidade iniciou sua carreira militar em 1902, dois anos depois de Valentim Benício, mas de forma diferente, pois ingressou direto na Escola Preparatória do Rio Pardo. Sua folha de alterações coloca-o como tendo procedência civil. Em sua folha de identidade (ficha de matrícula) consta somente a filiação materna – “filho de Maria das Dores Cidade”. Ao contrário de Valentim Benício da Silva, que ingressou na escola no posto de sargento, o jovem Paula Cidade ficara como soldado à disposição do comando da escola entre 17 de abril de 1902 a 1 de abril de 1903. Nesse tempo, Cidade frequentou a escola como ouvinte e, somente em 2 de abril de 1903, se matriculou efetivamente como aluno.

Na virada do século XIX para o século XX, embora os segmentos médios, brancos e urbanos da sociedade não quisessem ver seus filhos servir como praças, condição social considerada inferior e também devido à precariedade das instalações do Exército, havia algum

¹⁹⁷ SILVA, Milene de Souza. *Cotidiano, escrita de si e coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

entusiasmo pela carreira de oficial. A oportunidade de educação gratuita atraía jovens para o corpo de oficiais. Para os que não tinham recursos, o Exército oferecia a possibilidade de ascensão social. Os oficiais que iniciaram a carreira entre 1900 e 1911, e que “comandariam”, como afirma Maccann, o Exército em meados do século, ingressaram em um sistema educacional militar em constante mudança e sem uma tradição que o governasse.¹⁹⁸

Na breve biografia apresentada na edição mais recente de sua *Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira*, Paula Cidade é apresentado como um gaúcho de “origem modesta”, que teria sua vocação literária despertada pelo hábito da leitura adquirido quando, aos 11 anos de idade, começou a trabalhar na livraria Americana, em sua cidade natal. Guardadas as devidas proporções, podemos afirmar que ambos fazem parte da mesma geração de oficiais.¹⁹⁹

A geração de Valentim Benício e Paula Cidade iniciou os estudos na Escola Preparatória do Rio Pardo no início do século XX. Quando ambos ingressaram na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, o regulamento que regia as escolas militares no Brasil era o segundo da era republicana, baixado em 1898.²⁰⁰ Este regulamento, visando o equilíbrio entre o ensino teórico e o ensino prático, criou as Escolas Preparatórias e de Tática, localizadas em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, e Realengo, no Rio de Janeiro. O jovem que decidisse pela carreira militar começaria seus estudos em uma destas escolas preparatórias. Nelas era permitida a matrícula de civis. Ali, nos primeiros dois anos, o aluno passava pelas disciplinas teóricas, e no terceiro pelo ensino prático, com instrução elementar das três armas combatentes (artilharia, infantaria e cavalaria). Só depois de passar pela escola preparatória o aluno ingressava na Escola Militar da Praia Vermelha.

O curso na Escola Militar era dividido em dois: um geral, em três anos, para o estudo completo das três armas combatentes (artilharia, infantaria e cavalaria) e um curso especial, em dois anos, destinado aos oficiais de Estado Maior e aos engenheiros. O aluno que almejasse se formar oficial de engenharia, estudava dois anos a mais que os oficiais das armas de artilharia, infantaria e cavalaria. O curso das três armas combatentes era geral, ou seja, o regulamento de 1898 não previu cursos específicos para infantaria, artilheiros e cavalarianos.

O regulamento de 1898 foi uma reação ao primeiro regulamento do ensino militar no período republicano, o chamado “Regulamento Benjamin Constant”, de 1890. Buscou-se,

¹⁹⁸ MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Companhia das Letras/Bibliex, 2009, p. 119-120.

¹⁹⁹ CIDADE, Francisco de Paula. Op.cit.,p. 474.

²⁰⁰ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p.184.

através do corte de algumas disciplinas como Biologia, Sociologia e Moral, uma formação mais voltada para a técnica. Foram eliminadas também algumas disciplinas matemáticas teóricas nos cursos preparatórios. O regulamento de 1890 tinha como objetivo a formação de um oficial com sólida educação científica, imbuído de deveres não somente militares, mas principalmente sociais. De acordo com as diretrizes que precedem o regulamento,

É de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar o ensino nas escolas militares, de modo a atender os grandes melhoramentos da arte da guerra. Conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora, eminentemente humanitária e moral que, no futuro, está destinado aos exércitos no continente sul-americano. (...) O militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica que, preparando-o para tirar toda vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só militares, como, principalmente, sociais.²⁰¹

De inspiração claramente positivista, o regulamento impunha um ensino integral, “de acordo com as leis que têm seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e Moral”.²⁰² É consagrada na historiografia a expressão “soldado-cidadão”, para designar o tipo de oficial que deveria se formar – o soldado como elemento de força, afirmando-se como cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz pública, um soldado com um papel político.²⁰³

No entanto, mesmo com o regulamento de 1898, na Escola Militar não houve inovação, visto que as disciplinas teóricas matemáticas ainda predominavam no currículo.²⁰⁴ Não havia cursos específicos para as armas combatentes e os oficiais de engenharia e Estado Maior estudavam mais tempo, o que acabou por perpetuar as distinções entre engenheiros e oficiais combatentes. Além deste predomínio das disciplinas teóricas, o título de alferes aluno criava distinções hierárquicas dentro do corpo de alunos.

Depois de aprovados no exame de admissão, os alunos ingressavam na Escola Militar da Praia Vermelha e, no fim de dois anos, poderiam ser nomeados alferes-alunos. A patente de alferes-aluno garantia melhor soldo e distinção na hierarquia do corpo de alunos, sendo

²⁰¹ MOTTA, Jeovah. Op.cit., p.172.

²⁰² Idem, ibidem, p.173.

²⁰³ RODRIGUES, Fernando. Op. cit., p. 70.

²⁰⁴ MOTTA, Jeovah. Op. cit., p.187.

obtida pela aprovação nos dois primeiros anos com grau pleno, ou seja, aprovação nas matérias teóricas “com distinção”.²⁰⁵ Ou seja, a possibilidade de, através do empenho nas disciplinas teóricas, nos dois primeiros anos de estudos da Escola Militar, conseguir uma melhor condição social e hierárquica fazia com que as disciplinas teóricas fossem mais valorizadas:

A figura do alferes-aluno surgiu em 1840, e veio destinada a estimular o ingresso no oficialato do Exército. Ser alferes-aluno garantia melhor soldo, além de distinção hierárquica. Era, pois, galardão que os alunos-praças almejavam intensamente. Constituiu-se em estímulo poderoso rumo aos estudos, fator importante na criação do clima de exasperada competição que celebrizou a Escola da Praia Vermelha como centro de lides intelectuais intensíssimas.²⁰⁶

Outro fator que, até 1904, marcou a Escola Militar foi a convivência entre alunos praças de pré e alunos já oficiais, ou, “oficiais- alunos”, o que sugere um corpo de alunos bastante heterogêneo.²⁰⁷ Isto aconteceu por conta das reintegrações de oficiais expulsos do Exército depois da rebelião ocorrida na Escola Preparatória do Exército, em 1897.²⁰⁸ A insubordinação na escola parecia ser uma questão cara, a ponto de os relatórios ministeriais de 1904 mostrarem que o general Argollo, então Ministro da Guerra, teceu inúmeras críticas ao ensino militar.²⁰⁹ Para ele, a Escola Militar da Praia Vermelha formava um oficial inteiramente estranho à profissão militar, sem o hábito da disciplina e subordinação, com pronunciada tendência a discutir e criticar ordens estabelecidas.²¹⁰ Muitos eram os relatos das enormes dificuldades com o enquadramento e a disciplina dos alunos nos anos iniciais do século XX. Expulsos do Exército ou designados para servirem como soldados comuns, os rebeldes de 1897 receberam permissão para reingressarem nas escolas militares em 1899. Segundo Frank MacCan, em 1902, 149 dos 527 alunos tinham entre 24 e 45 anos. Embora não tenha conseguido dados para o ano de 1904, o autor estima que entre os alunos da Escola da Praia Vermelha havia grande disparidade etária.²¹¹

²⁰⁵ RODRIGUES, Fernando. Op.cit., p.64.

²⁰⁶ MOTTA, Jeovah. Op.cit., p. 189.

²⁰⁷ Idem, ibidem, p.188.

²⁰⁸ Esta escola localizava-se no bairro do Realengo, Rio de Janeiro, e deu lugar à Escola Preparatória e Tática do Realengo, depois da vigência do regulamento de 1898.

²⁰⁹ MACCAN, Frank. Op.cit., p.52.

²¹⁰ Idem, ibidem, p.51.

²¹¹ MACCAN, Frank. Op.cit., p.189.

A matemática superior e as ciências eram conceituadas como valores fundamentais à formação da estrutura mental dos jovens militares. De acordo com a mentalidade cientificista, os valores morais, políticos e filosóficos eram vistos como manifestações do estágio em que se encontrava a humanidade. Embora tenha se desenvolvido também nas escolas de direito e medicina, na Escola Militar da Praia Vermelha ele foi hegemônico, tornando-se elemento constitutivo da identidade social de um grupo.²¹² Mesmo com as reformas ocorridas depois da proclamação da República, sobretudo a de 1898, a valorização das disciplinas teóricas em detrimento das práticas ainda fazia com que a Escola Militar fosse reconhecida por sua tradição na formação de engenheiros. A disparidade etária colocava em contato oficiais mais jovens com outros mais antigos, muitos deles florianistas anistiados. Podemos dizer que a tradição positivista e cientificista ainda se fazia bastante presente na Escola Militar no início do século XX.

Francisco de Paula Cidade e Valentim Benício da Silva assistiram, como alunos das escolas militares, tais transformações no ensino militar, o que nos permite afirmar que ambos fazem parte de uma geração de transição, iniciada na Escola de Guerra de Porto Alegre, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha após a revolta militar de 1904. Valentim Benício da Silva ingressou na Escola do Rio Pardo em 1901 e, depois de aprovado no curso preparatório, em 25 de fevereiro de 1904, foi matriculado no 1º ano do curso geral da Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, a 11 de abril.²¹³ Ali, junto com os outros alunos da escola, participou do levante militar ocorrido em novembro daquele ano – a Revolta Militar da Praia Vermelha.

Naquele mês, entre os dias 10 e 16, os alunos da escola Militar da Praia Vermelha se envolveram no levante militar que tomou conta da capital do país. Tendo como pano de fundo os movimentos populares contra a lei da vacinação obrigatória, os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe defendiam o retorno ao ideal republicano que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889. Os líderes da revolta militar, ao contrário dos populares, não eram contrários à “modernidade” ou à natureza científica da vacina, mas apenas ao fato político de sua obrigatoriedade.²¹⁴ Castro, ao tratar da Revolta de 1904, preocupa-se com as dimensões políticas e simbólicas do levante militar. Para ele, “o fracasso de 1904 ocasionou o encerramento definitivo de todo um ciclo de

²¹² CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Op. cit., pp.53-54.

²¹³ COSTA, Goldophim. Op.cit.,p.126.

²¹⁴ CASTRO, Celso. A Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). In: *Exército e Nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 51.

formação militar - A Escola Militar da Praia Vermelha (ou “Tabernáculo da Ciência”, como a chamavam seus alunos no final do regime imperial) não seria mais reaberta”.²¹⁵

Foi convocado um Conselho Geral de Investigação para julgar os oficiais envolvidos na revolta. Independentemente dos processos jurídicos, que recaíram principalmente sobre os articuladores do movimento, foram excluídos, por envolvimento no conflito, 275 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, com exceção de somente de 10 alunos, porque ainda faltavam seus depoimentos.²¹⁶ O sargento e estudante Valentim Benício da Silva foi um dos 275 alunos punidos com exclusão, e só retornaria ao Exército com a anistia de dois de setembro de 1905, tendo sido incluído na 4ª Cia do 25º Batalhão de Infantaria. Em 1906, no dia 12 de março, seguiu para Porto Alegre para matricular-se na Escola de Guerra. A Escola de Guerra de Porto Alegre foi criada justamente nesse ano para substituir a Escola Militar da Praia Vermelha, depois da aprovação do novo regulamento do ensino militar, em 1905.

Francisco de Paula Cidade, por ter ingressado na Escola Preparatória do Rio Pardo em 1903, três anos depois de Valentim Benício, não chegou se matricular na Escola Militar da Praia Vermelha, fechada em 1904. Assim, em 1905 Cidade passa da Escola Preparatória à recém criada Escola de Guerra de Porto Alegre, ocupando os mesmos bancos escolares que seu colega anistiado, Valentim Benício da Silva. O atraso escolar de Valentim Benício o aproximou de Paula Cidade, com diferença de apenas um ano letivo.

Vale tratarmos das escolas onde os dois militares estudaram e de seus reencontros, assim como das mudanças por que essas escolas passaram em termos educacionais.

3.2 - A Escola de Guerra de Porto Alegre

A Escola de Guerra de Porto Alegre pode ser considerada um marco na formação de uma nova geração de oficiais. Alguns dirigentes militares de destacado papel político e que estiveram à frente do projeto modernizador autoritário do Exército na década de 1930 passaram por esta escola, como os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro. Podemos dizer que Valentim Benício da Silva e Francisco de Paula Cidade fizeram parte de um período de transição quanto à formação escolar e profissional dos oficiais do Exército: ingressaram na

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 52.

²¹⁶ RODRIGUES, Fernando. *op.cit.*,p.63.

escola militar no início do século e tiveram sua formação alterada pelo regulamento baixado em 1905, resultado do levante que abalou a ordem militar.

Esse novo regulamento de 1905, de maneira geral, procurou dar mais relevo à instrução prática profissional, eliminando o excesso de ensino teórico. As novas escolas militares de formação de oficiais implantadas com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, como foi o caso da Escola de Guerra de Porto Alegre, tinham como ideia principal imprimir nos oficiais um conceito mais prático e objetivo da carreira militar.²¹⁷ Dentre as mudanças ocorridas, destaque-se a extinção da matrícula de civis. A partir de então, somente praças de pré com no mínimo seis meses de efetivo serviço em um dos corpos do Exército poderiam ingressar na Escola Militar, agora denominada Escola de Guerra de Porto Alegre.

De acordo com Fernando Rodrigues, esta medida tinha como objetivo igualar todos os alunos na condição inicial de soldado, acabando com as diferenças anteriores em que se separava o aluno-oficial do aluno praça. Isto facilitaria também a internalização da noção de subordinação e hierarquia militar dos alunos para com seus superiores.²¹⁸ Seguindo ainda essa política, o novo regulamento extinguiu o posto de alferes-aluno e o substituiu pela patente de aspirante a oficial. A eliminação da patente de alferes aluno ajudava a diminuir a excessiva dedicação dada às disciplinas teóricas, e, conseqüentemente, às distinções intelectuais geradas pela ênfase nesses estudos.

Para a matrícula na Escola de Guerra era necessário que o candidato revelasse aptidão para a conduta militar e apresentasse robustez física, aprovada em inspeção de saúde. Também era necessário ter entre 17 e 22 anos, ser solteiro ou viúvo sem filhos. Buscava-se, assim, selecionar candidatos com vocação militar e capacidade física para os exercícios militares e que também não estivessem em situações que os obrigassem a dar assistência à família.²¹⁹ O Ministro da Guerra, general Argollo, em relatório de 1906 afirmava que os encargos de família logo no começo da carreira aumentavam as dificuldades de viver, restringindo a liberdade de ação, arrefecendo o amor e o entusiasmo pela profissão. Segundo esse mesmo relatório, era comum no Exército a solicitação de oficiais pedindo para servirem adidos a um Batalhão ou Regimento por motivo de moléstia da esposa ou dos filhos. Era comum também o oficial designado para servir em Guarnições como a do Mato Grosso e

²¹⁷ MACCANN, Frank. Op.cit., p.120.

²¹⁸ RODRIGUES, Fernando. Op. cit., p. 64.

²¹⁹ Idem, ibidem. p.64.

Amazonas, tendo por isso que deixar a família, não suportar a pressão e se retirar do serviço.²²⁰

Com o regulamento de 1905, o Exército teve a formação dos oficiais dividida por quatro escolas: uma primeira escola – a Escola de Guerra de Porto Alegre – era destinada a estudos preliminares, teóricos e práticos, das três armas (infantaria, cavalaria e artilharia), e tinha duração de dois anos. Esta instrução preliminar seria completada na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, localizada na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. O curso do Rio Pardo era obrigatório a todos os alunos que obtivessem aprovação na Escola de Guerra de Porto Alegre. Esta escola de aplicação era destinada a estudos profissionais, práticos e aplicativos. O curso tinha duração de dez meses e, a seu término, o aluno era declarado aspirante-a-oficial. Uma vez desligados da escola, os aspirantes eram mandados apresentarem-se no Estado-Maior do Exército e, posteriormente, eram distribuídos na tropa para auxiliarem os oficiais subalternos nos serviços de comando da tropa.

Uma segunda escola, a Escola de Artilharia e Engenharia, em Realengo, no Rio de Janeiro, era destinada aos estudos teóricos e práticos especiais para os artilheiros e engenheiros, onde seriam matriculados os aspirantes a oficial de Artilharia (com o curso, portanto, das duas escolas anteriores). O curso de Artilharia durava dois anos e o de Engenharia, três. Por último, havia a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, em Santa Cruz, também no Rio de Janeiro, para artilheiros e engenheiros, completando a escola anterior, e com estudos essencialmente práticos e aplicativos, com duração de um ano.²²¹

O currículo continuava sendo cumulativo, mas os cursos estavam distribuídos em escolas situadas em estados diferentes. Primeiro, os aspirantes a oficial frequentavam o curso de Porto Alegre e, querendo se seguir a carreira nas armas de Artilharia e Engenharia, continuavam seus estudos no Rio de Janeiro. Nessa sucessão de estabelecimentos de ensino, os dois primeiros poderiam ser chamados de básicos e constituiriam um primeiro grau de estudos militares. Para infantess e cavalarianos, estes estudos seriam conclusivos e finais. Para artilheiros e engenheiros, porém, eram apenas cursos introdutórios que levariam aos estudos realizados nas outras duas escolas.²²² Resultava que, pelo regulamento de 1905, os infantess e cavalarianos seriam formados em três anos, os artilheiros em seis e os engenheiros em sete anos.

²²⁰ RODRIGUES, Fernando. Op. cit., p. 63.

²²¹ Idem, ibidem.p.63.

²²² MOTTA, Jeovah. Op. cit., p. 233

Francisco de Paula Cidade foi matriculado na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, em abril de 1908. A dois de janeiro de 1909 foi declarado aspirante a oficial por ter completado os dois cursos. No dia 15 de Janeiro de 1909, Cidade ingressava no 56º Batalhão de Caçadores, na capital federal, como oficial subalterno. Seu colega da Escola de Guerra, Valentim Benício da Silva foi declarado aspirante-a-oficial um ano antes, em 1908, deixando a escola e classificando-se no 3º Regimento de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro. Embora tenha sido promovido a 2º tenente na arma de Infantaria, Benício transferiu-se para a Cavalaria a 29 de julho de 1909.

O fato desses dois oficiais serem gaúchos não deixa de ser relevante. O positivismo foi por longo período a cultura política dominante no Rio Grande do Sul. A experiência política e institucional da ditadura republicana Castilho-borgista será fundamental para entender o contexto em que se formam politicamente Getúlio Vargas e outros membros da sua geração, bem como suas trajetórias em posições políticas locais e nacionais antes da década de 1930.²²³ As experiências regionais, portanto, auxiliam a entender a tônica da ação desses homens na esfera nacional após 1930.

Os generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que se formou na Escola de Guerra de Porto Alegre em 1909, e Eurico Gaspar Dutra, lideranças políticas e militares na década de 1930, também tiveram como parte de sua formação política essas experiências regionais. Dutra, além de ter iniciado seus estudos na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, ingressou junto com Valentim Benício da Silva na Escola Militar da Praia Vermelha, sofrendo as consequências do levante e também sendo transferido para a Escola de Guerra de Porto Alegre em 1906. Foi nessa época que alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, Paula Cidade inclusive, participaram do Bloco Acadêmico Castilhista. Criado por Vargas, em 1907, junto com alguns colegas da Faculdade de Direito de Porto Alegre, o bloco tinha por objetivo sustentar a candidatura de Carlos Barbosa, candidato do Partido Republicano Rio Grandense (PRR) ao governo do Estado.²²⁴ Os quatro futuros generais – Paula Cidade, Valentin Benício, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra – viveram, portanto, em uma mesma atmosfera política e tiveram contato com o positivismo castilhista,²²⁵ sendo o contato de Benício provavelmente

²²³ TRINDADE, Hélió. *Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*, Vol.2. Assembleia Legislativa do Estado do Rio grande do Sul, 2005.p. 49.

²²⁴ Idem, ibidem, p.48.

²²⁵ Podemos resumir o pensamento positivista castilhista-borgista da seguinte maneira: a sociedade, transformando as mentes e os costumes dos indivíduos, é algo que deve preceder a qualquer tentativa de organização política. Mas, no caso do Brasil, segundo o pensamento político castilhista, não havia mais tempo para preparar o cidadão republicano, pois a República se antecipara ao processo. Júlio de Castilhos introduziria, nos primeiros anos republicanos, uma prática política que seria a tônica de toda a República Velha com Borges

muito mais estreito, visto que seu pai, João Benício, fora membro do PRR e ocupara cargos políticos na intendência da cidade de Alegrete e também no parlamento estadual e depois federal.²²⁶

O tenente Francisco de Paula Cidade seguiria carreira na arma de Infantaria. No tempo em que esteve como efetivo no 56º Batalhão de Caçadores, localizado no Rio de Janeiro, como adido ao 8º, e depois ao 10º Batalhão de Infantaria, ambos em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, o aspirante foi elogiado por diversos comandantes. A disciplina aparece como uma qualidade sempre presente nos elogios feitos pelos oficiais superiores que passaram pelo comando do batalhão. O major Soares Neiva de Lima, por exemplo, em louvor publicado através da ordem do dia nº 212, de primeiro de agosto de 1912, agradecia-lhe “o eficaz, prestimoso e perseverante concurso que, tão solícito, patriótico e desinteressadamente prestou-lhe, não só na instrução e disciplina do Batalhão, como igualmente, pelo modo porque soube inculcar no espírito de seus subordinados as noções de uma verdadeira orientação disciplinar”.²²⁷

Mas no tempo em que esteve na Escola de Guerra e, depois, como oficial subalterno, o gaúcho Francisco de Paula Cidade cometeu algumas transgressões disciplinares. Sua folha de alterações mostra 14 faltas disciplinares cometidas, todas punidas com prisões e suspensões.²²⁸ Entre as transgressões cometidas pelo estudante, podemos destacar uma do ano de 1903, quando foi preso por quatro dias por ter retirado querosene dos lampiões do alojamento da Escola Preparatória. Além disso, Cidade foi suspenso das aulas várias vezes por ter faltado às formaturas do dia, paradas militares e por ter chegado atrasado à revista do dia. Os atrasos e faltas às revistas se repetem na lista de faltas disciplinares. Já como oficial subalterno, as faltas continuam. Paula Cidade foi preso duas vezes por conta de publicações de sua autoria. Em janeiro de 1917, por exemplo, foi preso durante seis dias por ter publicado um artigo, julgado inconveniente, sobre manobras. Em julho de 1917, foi preso durante trinta dias por ter dirigido um memorial a Olavo Bilac, julgado altamente inconveniente pelo general comandante da antiga 5ª região militar.²²⁹

de Medeiros: a sociedade, moralizada por um Estado forte seria educada para aceitar as imposições do interesse coletivo. Esse era o cerne do pensamento castilhistas que, durante toda a República Velha, marcou o PRR e a cultura política republicana rio-grandense. TRINDADE, Hélio. Op. cit., p. 26.

²²⁶ SILVA, Milene de Souza. *Cotidiano, escrita de si e coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010, p.59.

²²⁷ Arquivo de Fés de Ofício. General Francisco de Paula Cidade. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²²⁸ Arquivo de Fés de Ofício. General Francisco de Paula Cidade. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²²⁹ Arquivo de Fés de Ofício. General Francisco de Paula Cidade. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Embora não tenhamos conseguido localizar o artigo, sabemos que durante a Primeira Guerra Mundial, quando se especulava sobre a participação do Brasil no conflito, o poeta Olavo Bilac iniciou uma campanha nacional em favor do serviço militar obrigatório.²³⁰ Sua tese era a de que o serviço militar obrigatório era um elemento fundamental na organização nacional. A campanha de Bilac coincidiu com a ação dos jovens turcos, grupo do qual fazia parte o tenente Paula Cidade, em defesa da profissionalização do Exército, que entendia o serviço militar obrigatório como um elemento importante da defesa militar. Já o poeta, antimilitarista confesso, acreditava que o quartel seria a expressão mais acabada da democracia porque nivelaria as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional, fundindo o civil com o militar na medida em que ambos influenciam-se mutuamente, afastando, assim, o perigo do surgimento de uma casta militar e de um Exército transformado em partido político.²³¹

O início de sua carreira é, assim, bastante irregular. Em meio a essas faltas e prisões, é possível localizar também boas referências. Pouco mais de um mês depois do elogio do major Neiva da Silva, em 15 de setembro de 1912, foi publicado no Boletim do Exército outro elogio, referente ao mesmo tema, mas agora feito por ninguém menos que o general Vespasiano Gonçalves de Albuquerque, Ministro da Guerra no governo do presidente Hermes da Fonseca. O ministro mandava-o elogiar

pela rapidez com que mobilizou-se por ocasião da partida do Batalhão para o estado do Ceará, disciplina, que patenteou conjuntamente com as praças e dedicação, que exibiu, revelando exata compreensão do dever militar e dando provas de que está pronto não medir sacrifícios, em qualquer emergência grave porque atravesse a Nação.²³²

A esta data, Paula Cidade já havia sido promovido ao posto de 2º tenente, na arma de Infantaria.

O episódio a que o ministro se referia integrava a política salvacionista do governo Hermes da Fonseca. Esse governo foi marcado pelo esforço em alterar a correlação de forças políticas entre as oligarquias dominantes tradicionais, beneficiando aliados políticos que eram ligados às oligarquias menos influentes. E, para isso, Hermes da Fonseca instituiu a política

²³⁰ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade*. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.89.

²³¹ Idem, *ibidem*, p.90.

²³² Arquivo de Fés de Ofício. General Francisco de Paula Cidade. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

salvacionista, sob o argumento de que ela era necessária para sanear as instituições republicanas, livrando-as da corrupção.

O nordeste foi o principal alvo das intervenções do governo federal e, no estado do Ceará, ocorreu a mais forte reação contra as intervenções, gerando assim a primeira grave crise política do governo. Na tentativa de neutralizar o poder das oligarquias mais poderosas da região, o governo federal nomeou como interventor o coronel Marcos Franco Rabelo, abrindo eleições somente para vice-governador. O general Franco Rabelo posteriormente rompeu com o partido do vice-governador, Cícero Romão Batista, o “padre Cícero”, gerando o conflito armado em 1914 entre as forças do governo e as elites locais, que ficou conhecido como Revolta de Juazeiro.

É certo que o jovem aspirante Paula Cidade acompanhara as tropas do governo federal em 1912, quando foi destituído o governador do Estado do Ceará para dar lugar ao interventor. No dia 13 de junho, já como 2º tenente, embarcou no vapor Minas Gerais auxiliando o 10º Batalhão de Infantaria, chegando ao Estado do Ceará no dia 18 do mesmo mês. Lá permaneceu com o Batalhão até o dia 31 de julho, quando embarcou no Minas Gerais, de volta a capital federal, desembarcando no Rio de Janeiro a 6 de agosto de 1912.²³³

3.3 - Severino Sombra e a Escola Militar do Realengo.

Quando Severino Sombra de Albuquerque iniciou sua carreira militar, em 1924, o quadro das instituições acadêmicas do Exército já era outro: a Escola de Guerra de Porto Alegre havia sido substituída pela Escola Militar do Realengo, que em 1913 reunificaria os cursos das diferentes armas no Rio de Janeiro. Desde então, até o ano de 1924, quando Severino Sombra ingressou na escola, três novos regulamentos haviam sido aprovados, modificando aspectos do ensino militar. As reformas eram constantes: houve mudanças nos anos de 1913, 1918, 1919 e 1924.

Valentim Benício da Silva e Francisco de Paula Cidade, diferentemente de Severino Sombra, tiveram sua carreira marcada por uma transição em termos educacionais, pois estiveram nas escolas militares logo após os conflitos de 1904, que provocaram uma completa reorientação da formação profissional do militar. Observamos, por isso, um hiato entre

²³³Arquivo de Fés de Ofício. General Francisco de Paula Cidade. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Severino Sombra e os outros integrantes da comissão, hiato esse diretamente relacionado à formação profissional de cada um. Severino Sombra de Albuquerque, tendo entrado na Escola Militar em 1923, não compartilhou o mesmo ambiente político e educacional nem teve a mesma formação de seus futuros companheiros de trabalho na Biblioteca Militar. Nascido na cidade de Maranguape, no Ceará, em 1907, era filho de Vicente Liberalino de Albuquerque, um bacharel em Direito, formado em 1885 na faculdade de São Paulo.

Em março de 1923, o jovem Severino Sombra, depois de ter sentado praça voluntariamente como soldado, matriculou-se aos 16 anos de idade no curso preparatório anexo à Escola Militar do Realengo. Passados os exames do curso preparatório, o jovem ingressou na Escola Militar. Quando Severino Sombra iniciou, seus estudos na Escola Militar do Realengo, estes regulamentos tinham sido modificados pelo aprovado em 1924. Este regulamento, assinado pelo presidente Artur Bernardes e pelo Ministro de Guerra, general Setembrino de Carvalho, foi uma tentativa de retomada à ordem quebrada pelo movimento revolucionário de 5 de julho de 1922.²³⁴

A primeira nova reforma no ensino militar, realizada durante o governo Hermes da Fonseca entre 1913 e 1914, repercutia as pressões dos oficiais que estagiaram no Exército alemão entre os anos de 1910 e 1912, almejando uma renovação da cultura militar no Brasil.²³⁵ A Comissão encarregada da elaboração do novo regulamento trabalhou com questões ditas essenciais para a manutenção de um ensino profissional e de melhor qualidade: a redução do tempo de estudos teóricos para os cursos de Artilharia e Engenharia com o aumento de disciplinas práticas. O ensino deveria ser teórico-prático, e não puramente teórico, ou somente prático. Com esta reforma, houve a redução do número de escolas militares de quatro para duas. Desse modo, deixam de existir a Escola Militar de Guerra (Escola de Guerra de Porto Alegre), a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, a Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

No lugar, reunificando os estudos das cinco armas, passavam a existir duas escolas: a Escola Militar e a Escola de Prática, ambas com funcionamento em Realengo. A Escola Militar funcionava em regime de internato, sendo destinada a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para a sua matrícula na Escola Prática do Exército, onde o aspirante a oficial receberia o atestado de curso. A Escola Prática do Exército tinha por finalidade completar e aperfeiçoar os conhecimentos das praças que tinham um dos cinco

²³⁴ RODRIGUES, Fernando. Op.cit., p. 110.

²³⁵ Idem, ibidem, p.90

cursos da Escola Militar, habilitando-os para o desempenho das funções de oficial em cada uma das quatro armas do Exército.²³⁶

A partir de então, a formação do oficial passou a ser dividida em dois períodos: o primeiro período tinha duração de dois anos e, nele, era ministrada a instrução considerada básica a todas as armas. Só no segundo os alunos assumiam sua especialidade, passando a ter instrução em separado. Dessa forma, as armas tornavam-se cada vez mais específicas e independentes, e seus integrantes assumiam cada vez mais um perfil marcado por particularidades.²³⁷

O Regulamento de 1913 manteve como condição essencial à matrícula na Escola de formação de oficiais a exigência de o candidato ser praça de pré com no mínimo seis meses de tropa. Este decreto sofre uma modificação em 1916, quando é determinado que um terço das vagas na Escola Militar do Realengo fosse destinado aos alunos dos colégios militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, sendo o restante das vagas disputadas entre os civis e as praças de pré. Ou seja, a Escola Militar volta a aceitar civis, mas a preferência ainda era por alunos com procedência militar.

Os regulamentos de 1918 e 1919 eram praticamente iguais e pouco alteram o de 1913. Para Jeovah Motta, o regulamento de 1918 reflete três pensamentos básicos: recolher as lições da 1ª Guerra Mundial, que findava; acentuar o predomínio do ensino profissional-militar no currículo – que já vinha sendo a tônica das reformas de 1905 e 1913 – e adotar procedimentos e normas defendidas pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha no governo Hermes da Fonseca.²³⁸ Para isso foram criados cinco cursos: um fundamental, para todas as armas e quatro especiais, sendo um específico para cada arma.²³⁹ O regulamento de 1919 somente aprimora o anterior e consolida o predomínio do ensino prático sobre o teórico.²⁴⁰

As críticas ao regulamento de 1919 partiram do ministro anterior, Pandiá Calógeras, que enfatizara em seus relatórios a necessidade urgente de revisão do programa de ensino militar. Para ele, era preciso mudar o modelo nitidamente prático que se estabelecera com a reforma de 1919, com o retorno do ensino de cultura geral, que seria aplicado junto com o ensino prático. Cogitava-se, com o regulamento de 1924, um ponto de equilíbrio entre o ensino prático e o teórico.

²³⁶ RODRIGUES, Fernando. Op.cit. pp.90-94.

²³⁷ Idem, ibidem, p.93.

²³⁸ MOTTA, Jeovah. Op.cit., p.250.

²³⁹ RODRIGUES, Fernando. Op.cit.,p.96

²⁴⁰ Idem, ibidem, p. 98.

O ministro apontava a necessidade da Escola Militar do Realengo receber os instrutores da Missão Militar Francesa, a fim de estabelecer uma formação intelectual de maneira mais homogênea do quadro de oficiais, de acordo com o modelo de instrução militar que vinha sendo implantado em vários setores do Exército desde 1919.²⁴¹ Destacamos, nesse sentido, a influência dessa missão, que chegou à Escola junto com o novo regulamento, em 1924.²⁴² O novo regulamento colocava como condição essencial à matrícula dos candidatos, ser brasileiro nato, solteiro e ter mais de 16 e menos de 22 anos.²⁴³ Também era necessário ter observado boa conduta anterior, atestada pela autoridade policial do distrito em que residia e possuir as condições de honorabilidade que afiançassem sua situação de futuro oficial, conforme certificado de pessoas respeitáveis, inclusive de oficiais do Exército que conhecessem seus antecedentes.

Era preciso também ter o curso dos colégios militares ou possuir atestado de aprovação das matérias feitas em estabelecimentos cujos exames preparatórios fossem considerados válidos para a matrícula nos Institutos Superiores de Ensino. Os candidatos portadores do curso completo dos Colégios Militares eram dispensados dos exames de admissão e, no caso de igualdade de notas, a preferência era dada, primeiramente, aos candidatos que fosse praças do Exército, e em segundo, àqueles que possuíssem maior idade.²⁴⁴

O Ministério da Guerra poderia excluir qualquer matriculado por motivo de “ordem reservada”. Para Fernando Rodrigues, esta determinação, além da exigência da condição da honorabilidade do candidato atestada por civis ou militares que tivessem respeitabilidade na sociedade, teria, mais tarde, desdobramentos discriminatórios. Esses padrões discriminatórios, como demonstrou o autor, se intensificam e são oficialmente implementados na década de 1930.²⁴⁵

Sem passagem pelas instituições secundárias de ensino militar, Severino Sombra de Albuquerque matricula-se, no ano de 1923, no Curso Anexo à Escola Militar, prestando os exames necessários à admissão. Foi apresentado para efetuar matrícula na Escola Militar no

²⁴¹ RODRIGUES, Fernando. Op.cit., p.110.

²⁴² O decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, autorizou o governo do Brasil a contratar na França uma missão militar para fins de instrução no Exército (MMF). Embora a preferência de muitos comandantes fosse pela instrução alemã, a contratação da Missão Francesa foi facilitada pela derrota da Alemanha na 1ª Guerra Mundial. Os primeiros instrutores franceses chegaram ao Rio de Janeiro em 1920, chefiados pelo general Maurice Gamelin. A MMF foi incumbida, inicialmente, da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência, da Escola de Veterinária e da Escola Superior de Guerra (Escola de Estado Maior). RODRIGUES, Fernando. Op.cit., p. 109.

²⁴³ RODRIGUES, Fernando. Op. cit., p. 112.

²⁴⁴ Idem, ibidem.p.112.

²⁴⁵ Idem, ibidem.p.112.

ano de 1924, com o novo regulamento em vigor. Na admissão, contou com o apoio de seu tio, Luís Sombra, que era militar e possuía boas relações com o ministro Setembrino de Carvalho.²⁴⁶ Concluiu seus estudos na escola em janeiro de 1929, chegando ao posto de aspirante a oficial na arma de Infantaria. Durante sua vida estudantil, encontramos um registro de transgressão disciplinar. O estudante foi preso por quatro dias por ter fugido durante a madrugada, uma prática muito comum entre os jovens estudantes da escola militar.

No mês de janeiro de 1929, depois de sua formatura na Escola Militar do Realengo, Severino Sombra foi declarado aspirante a oficial e, por isso, desligado do corpo de alunos da escola. No posto de 2º tenente, Sombra é designado para servir no 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza. Tão logo chegou a seu estado natal, o tenente organizou um jornal mensal, junto com jovens católicos, com inspiração no pensamento católico de Jackson de Figueiredo. Tratava-se do jornal “O Nordeste”. Nas páginas do jornal, seus artigos causavam polêmica entre as autoridades locais. Ao mesmo tempo em que atuava nos setores políticos e intelectuais civis, o tenente Severino Sombra dirigia a escola regimental de seu batalhão, além de cuidar da instrução das tropas. Não demorou para que ele fosse transferido para o 8º Regimento de Infantaria, no Estado do Rio Grande do Sul.²⁴⁷

Uma vez tenente, ao contrário de seus futuros companheiros de trabalho, Paula Cidade e Valentim Benício da Silva, Severino Sombra se colocou contra os dirigentes do Exército. Ele o fez em dois momentos. O primeiro foi em 1930, enquanto servia no Rio Grande do Sul, quando se colocou contra os chefes militares que apoiaram a Aliança Liberal e Getúlio Vargas no golpe que depôs o presidente Washington Luís. A Revolução de 1930, para ele, era a prova cabal de que “os comunistas” estavam corretos, pois depois dela o país teria passado por um “surto” de ideias socialistas.²⁴⁸ O jovem tenente acreditava, baseando-se no “Leninismo teórico e prático” de Stalin, que as “revoluções liberais democráticas” eram um mal de consequências desastrosas para a nação, principal aliada da Revolução Comunista Internacional.²⁴⁹ Podemos afirmar com grande margem de certeza que, para ele, a Revolução de 1930 não representava mais do que os interesses dos grupos políticos que formavam a Aliança Liberal e apoiavam Getúlio Vargas. Daí a sua postura contrária ao movimento. Ao se

²⁴⁶ MOURA, Eduardo Lebres. op. cit. pp. 52-54.

²⁴⁷ Arquivo de Fés de ofício. Folha de Alterações. General Severino Sombra de Albuquerque. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.

²⁴⁸ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Plano geral de educação patriótica e social do Exército*. SA 684, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934-1935. p. 2.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.p.2.

recusar em acatar as ordens de seus superiores, declarando não aderir ao movimento, o tenente Sombra foi preso no vapor Comandante Ripp até o fim da “revolução”.²⁵⁰

O segundo momento foi ao tentar levar militares do Estado do Ceará a aderir à revolução de 1932. Sombra, logo depois de ter se tornado oficial no posto de tenente, se envolveu com a articulação de movimentos católicos e trabalhistas no Estado do Ceará. Valeu-se, desse modo, de sua popularidade entre lideranças militares locais e trabalhadores a fim de buscar apoio junto ao movimento paulista, em 1932, uma oportunidade de manifestar sua oposição a Vargas e ao liberalismo que ele acreditava representar a Revolução de 30. Não obtendo êxito, regressou à capital federal e, ao desembarcar, foi preso imediatamente por ordens do Comando Superior do Exército. Permaneceu preso até o fim do movimento e, com a vitória das forças do governo federal, foi exilado em Portugal. É importante ressaltar que foram mandados ao exílio elementos considerados de alta periculosidade ao Exército, entre eles, o general Bertoldo Klinger, o coronel Euclides de Figueiredo e o tenente Agildo Barata.²⁵¹

Neste ponto, existe um novo hiato entre as trajetórias de Severino Sombra e os gaúchos Francisco de Paula Cidade e Valentim Benício da Silva. Referimo-nos ao posicionamento político militar desses três oficiais. Paula Cidade e Valentim Benício da Silva não estiveram envolvidos nos movimentos de 1920. Em 1930, não se colocaram contra os dirigentes militares que levaram Getúlio Vargas ao poder. Ambos não aderiram ao movimento constitucionalista e Paula Cidade, inclusive, declarou pleno apoio ao governo provisório no combate ao movimento de 1932. O aviso nº 13 de 26 de novembro de 1932, expedido pelo Ministro da Guerra, elogiava o major Francisco de Paula Cidade por “durante o triste período de revolução de São Paulo ter sido exemplo de subordinação às autoridades legais, firmando a convicção de que se contaria com o seu decisivo apoio, em momento oportuno, caso fosse preciso”.²⁵²

Isso não impediu que os três oficiais se encontrassem e desenvolvessem projetos comuns na década de 1930 e que estivessem entre os militares que, neste período, desenvolveram e implementaram uma modernização conservadora no Exército brasileiro.

²⁵⁰ Arquivo de Fés de Ofício. Folha de alterações. General Severino Sombra de Albuquerque. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²⁵¹ FILHO, Ruy Mesquita (org). *Cartas do Exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.p.24.

²⁵² Folha de Alterações. Arquivo de Fés de Ofício. General Francisco de Paula Cidade. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Mas, sem dúvida, o tenente Severino Sombra percorreu um caminho mais sinuoso, muito diferente do de seus futuros companheiros do projeto Biblioteca Militar.

Dentre os oficiais superiores e subalternos que aderiram ao movimento de 1932, a maioria só voltou ao cenário político e ao Exército após o fim do Estado Novo, em 1945. Mesmo com a anistia concedida pelo presidente Getúlio Vargas em 1933, muitos oficiais permaneceram agregados nos seus postos ou foram reformados. Ou seja, de qualquer maneira, esses oficiais foram impedidos de prosseguir na carreira militar.²⁵³ Embora o biógrafo de Severino Sombra, Eduardo Lebres Moura, afirme que o tenente não regressou imediatamente ao Exército por conta de seus ideais políticos e que fora pressionado a voltar ao seio das Forças Armadas por conta das dificuldades financeiras, sabemos que esta não era uma decisão que dependia somente de sua vontade.²⁵⁴

Severino Sombra havia se casado com Beatriz Leitão de Carvalho e o contato com o sogro, o general Estevão Leitão de Carvalho, pode ter sido decisivo para que o tenente voltasse ao Exército pelas mãos do general Góes Monteiro:

Após trocas de cartas com o general Góes Monteiro, o Exército esperava de braços abertos o tenente Severino Sombra de Albuquerque. Antes de vestir novamente a farda teve de passar por algumas entrevistas com Góes Monteiro, três entrevistas de grande sucesso. O intermediário do grande êxito na sua volta à vida na caserna fora seu sogro, Estevão Leitão de Carvalho, homem muito influente em seu ofício. Sombra foi designado a servir no 23º Batalhão Cearense de Fortaleza.²⁵⁵

Consultando as folhas de alterações do 1º tenente Severino Sombra, verificamos que ele fora reformado administrativamente de acordo com as disposições do Decreto nº 19.700,

²⁵³ Para José Murilo de Carvalho, os expurgos de 1932 fazem parte de um movimento de renovação da cúpula militar iniciado com a Revolução de 1930. Diferente do movimento de 1930, a revolta paulista foi feita sem quebra da hierarquia, e permitiu ao governo substituir não só elementos da cúpula militar mas também de escalões intermediários, servindo de verdadeiro teste de lealdade à nova situação. A maioria do punidos foi anistiada em 1934, mas ficou com a carreira prejudicada, sobretudo os oficiais superiores- majores, tenentes-coronéis e coronéis. CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*.op.cit.p.83.

²⁵⁴ Eduardo Lebres Moura apresenta o tenente Severino Sombra como um sociólogo, conhecedor dos problemas nacionais, defensor da constituinte, da democracia e da doutrina cristã. Afirma que o seu rompimento com Plínio Salgado e a Ação Integralista Brasileira se deu por conta da adesão total desse grupo ao ideal do fascismo italiano e à violência empregada pelos camisa oliva contra seus adversários. No entanto, sabemos que Severino Sombra enxergava no fascismo italiano um exemplo positivo de ressurgimento nacional, como demonstramos no capítulo anterior, e que tinha uma orientação marcadamente anticomunista. MOURA, Eduardo Lebres. Op.cit., pp.147-152.

²⁵⁵ Idem, ibidem, pp. 140-141.

de 12 de fevereiro de 1931.²⁵⁶ A reforma foi revertida em 5 de fevereiro de 1934. É provável que o tenente, em uma destas conversas com o general Góes Monteiro, tenha apresentado os seus planos para a educação moral da nação através do Exército, apresentado no capítulo anterior.

Entre a sua primeira prisão, em outubro de 1930, no Rio Grande do Sul, e o exílio em 1932, o Exército teve de lidar com diversos movimentos de oficiais praças e subalternos. Os revolucionários de 1930, tornando-se dirigentes, reorientam o pensamento político militar na direção da manutenção de um Estado centralizado e autoritário, projeto que ganhava cada vez mais apoio. O movimento Constitucionalista de 1932 reorienta este projeto em alguns aspectos importantes. Quando o capitão Severino Sombra retornou à Escola do Realengo como professor de sociologia muitas mudanças importantes para reestruturação do Exército haviam ocorrido, e a formação do corpo de oficiais foi pensada de modo a evitar futuras cisões políticas em seu interior.

Em 1934, quando foi readmitido no quadro permanente do Exército, o tenente Sombra foi promovido ao posto de capitão. No primeiro semestre do ano de 1935, foi designado para a função de auxiliar de ensino na Escola Militar do Realengo, para lecionar sociologia. A inclusão desta disciplina no currículo da Escola Militar foi sugestão do próprio Severino Sombra, que apresentou esta proposta pela primeira vez em seu Plano de Educação Patriótica e Militar, de março de 1934.²⁵⁷ Esta modificação do programa curricular foi firmado com a aprovação do regulamento de 1934, resultado das inovações implementadas pelo coronel José Pessoa enquanto esteve no comando da instituição, entre os anos de 1931 e 1934. Além de sociologia, foi incluída no programa curricular a disciplina Economia Política. Porém, muitos aspectos do regulamento de 1934, sobretudo referentes à grade curricular, foram postos em prática durante pouco tempo.²⁵⁸

Como demonstra Fernando Rodrigues, não havia consenso entre o comandante da escola e o Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, sobre algumas disposições do novo regulamento. Mas podemos afirmar que a ideia de uma orientação puramente técnica na Escola Militar já havia sido abandonada, e que o profissionalismo almejado pelos chefes

²⁵⁶ Folha de Alterações. Arquivo de Fés de Ofício. General Severino Sombra de Albuquerque. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²⁵⁷ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. Plano geral de educação patriótica e social do Exército. Sab684. Microfilme 051-97. Arquivo Nacional. 7/03/1934- 17/01/1935. Política Social do Exército, p.2

²⁵⁸ Em 1935, no entanto, algumas alterações retrocedem ao Regulamento de 1929 e são excluídas as disciplinas sociologia e economia política. Mas as modificações introduzidas pelo coronel José Pessoa, sobretudo no plano simbólico, foram duradouras e eficazes. CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro, op.cit.p.38.

militares de 1930 não poderia ser dissociado de um pensamento também político, de uma ideia sobre o papel do Exército na sociedade.

A própria experiência política e institucional dos chefes militares, na busca de uma formação profissional ideal para o oficial mostrou que o modelo puramente técnico ou o modelo com predomínio da teoria e das ciências não eram capazes de promover a completa modernização do Exército. Mais: não pareciam ser capazes de fazer dele uma instituição autônoma, com suas próprias demandas. O problema da formação profissional do oficial não se limitaria, nesse caso, a uma questão curricular, embora ela seja importante. O ciclo tenentista, iniciado na década de 1920, sugere que o currículo nem sempre exercia grande influência no comportamento dos oficiais que se insubordinaram em 1922 e 1924. Os Jovens Turcos, desde 1912-13, já apontavam para este caminho, quando se preocupavam em distinguir a “boa política” – aquela que o oficial poderia fazer – da “má política”, aquela ligada aos interesses individuais e aos partidos.²⁵⁹

Acreditamos que um aspecto do pensamento positivista pode ter colocado do mesmo lado, nos anos 1930, militares com diferentes nuances de pensamento e, muitas vezes, posicionamentos políticos divergentes em circunstâncias anteriores. O positivismo e o cientificismo do século XIX teriam se conservado, principalmente, na necessidade de se buscar um ideal de militar que não seria somente o do soldado profissional, mas também o de modelador de caracteres, ou de um modelador de homens. O papel civilizador do Exército, nesse sentido, ainda era um componente marcante do pensamento político militar nos anos 1930, embora os currículos escolares tenham prezado cada vez mais por uma educação profissional e técnica adequados.

O período de formação destes três oficiais, que vai desde os primeiros anos do século XX até o final da década de 1920, foi marcado por diversas reformas que traziam à tona principalmente a dicotomia entre o ensino teórico e o ensino profissional, ou entre o modelo tecnicista ou cientificista. Embora sejam pertencentes a diferentes períodos de formação escolar, e tenham percorrido trajetórias políticas-institucionais diferentes, os três oficiais, em um certo momento, podem ser entendidos como um grupo, como se aposta aqui. Nos anos 1930, eles integram a geração que foi responsável por algumas mudanças importantes na cultura e mentalidades militares. Podemos dizer que este grupo levou a cabo uma nova proposta de modernização do Exército.

²⁵⁹ CAPELLA, Leila. op.cit.

3.4- “Episódios militares” e “Em guarda”: anticomunismo, patriotismo e profissionalismo na formação do oficial moderno

No dia 10 de novembro do ano de 1937, as tropas do Exército brasileiro entraram em prontidão. O prédio do Senado e da Câmara Federal foram cercados e Getúlio Vargas leu a nova Constituição do Brasil, juntamente com o general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, que justificou em proclamação o golpe de Estado que deu início à ditadura do Estado Novo. Segundo Carone, o fato não representou trauma mais profundo na vida do país porque o operariado e os segmentos médios já viviam em clima de constante repressão.²⁶⁰

Seguimos na concordância com Carone quando o autor afirma que o clima de medo e apreensão e uma série de medidas autoritárias e repressivas vinham sendo tomadas pelo presidente Getúlio Vargas desde a chamada Revolução de 1930. Estas medidas repressivas sem dúvida se agravaram depois do levante comunista de 1935, fazendo com que o Senado e o Congresso aprovassem as sucessivas propostas de prorrogação do estado de sítio, suspendendo as garantias e os direitos constitucionais de políticos, operários, militares e civis que participaram do levante ou que foram acusados, mesmo sem provas concretas, de colaboração com o comunismo, não sem a resistência de grupos legalistas no congresso e também entre os militares.

Após a aprovação da constituição de 1934, a regularização da vida constitucional do país era somente aparente. Os novos grupos de pressão que se formam vão passar a uma nova forma de luta, a de cercear preventivamente a ação do operariado e de segmentos das classes médias. No fim de 1934, parte da oficialidade do Exército defende a limitação das liberdades constitucionais a pretexto da perturbação da ordem e da necessidade de disciplina.²⁶¹ O general Góes Monteiro, Ministro da Guerra, proclama a situação de anormalidade e seus reflexos sobre os quadros do Exército. A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935. A justificativa para a promulgação da lei foi o suposto perigo do extremismo político do movimento operário, trabalhadores organizados e grupos liberais opositores.

A reação destes grupos à nova lei leva o país a novas agitações. Manifestam-se o movimento operário, que já se mostra organizado através do Partido Comunista, segmentos da baixa oficialidade subalternos do Exército, como sargentos e soldados, além de elementos da

²⁶⁰ CARONE, Edgar. *A República Nova*. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1976.p. 377.

²⁶¹ Idem, *ibidem*, p.330.

alta oficialidade contrários ao estado de exceção que o governo procurava estender.²⁶² Os jornais do Rio de Janeiro, com exceção do *Jornal do Brasil* e do *Jornal do Comércio*, paralisam suas atividades em protesto contra a nova lei.²⁶³

Em relação ao Exército, a reação mais extrema à lei foi a tentativa de um golpe contra Getúlio Vargas, orquestrado pelo general Guedes da Fontoura, comandante da Vila Militar do Rio de Janeiro. Sem a consulta do Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, e com a ajuda do general João Gomes, que depois da Revolução de 1930 passou a se colocar contra a intervenção política do Exército, Vargas modifica parte dos comandos do Exército. Eurico Gaspar Dutra é logo promovido a general de Divisão justamente para assumir o comando da Vila Militar, um cargo de confiança, destituindo o general Guedes da Fontoura. Góes Monteiro se demite do cargo de ministro e passa a comandar o 1º grupo de Regiões, cuja tarefa é inspecionar regiões militares do Sul, deixando o ministério sob a direção do general João Gomes Ribeiro.²⁶⁴ Promove-se assim uma depuração no Exército, afastando os elementos que pudessem oferecer ameaça ao governo que tomava contornos cada vez mais autoritários.

Como destacou Rodrigo Patto Sá Motta, entre 1930 e 1935 intensificou-se no interior de alguns grupos sociais a percepção de que era necessária uma ofensiva anticomunista em defesa da ordem. Quando ocorreu a tentativa revolucionária comandada pelo partido Comunista, em novembro de 1935, a campanha anticomunista desencadeada já encontrara o terreno preparado, principalmente no campo ideológico. Um conjunto de representações anticomunistas já estava fixado, fornecendo uma sólida base de argumentos a serem aproveitados na ofensiva que teve início contra os revoltosos em dezembro de 1935.²⁶⁵

A tendência autoritária e anticomunista no Brasil foi encarnada principalmente pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que também se colocava contra o liberalismo federalismo herdados da República Velha. Estas ideias ganharam cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Ainda em julho de 1935, no dia 11, através de um decreto, a ANL é fechada, com base no relatório amedrontador escrito por Muller sobre a Aliança, preparando um clima de

²⁶² O Clube Militar se reúne várias vezes e após debates calorosos, afirma em Manifesto à Nação que “se pretende amordaçar a consciência nacional”, o que provoca polêmicas entre o ministro da Guerra, general Góes Monteiro, e grande número de oficiais, resultando em prisões do capitão Walter Pompeu, Major Costa Leite, capitão Moesias Rolim, além de grande número de transferências. Muitos dos integrantes destas reuniões realizadas no Clube Militar integraram a Aliança Nacional Libertadora. Os protestos contra a Lei de Segurança Nacional são diários, sendo publicadas notícias sobre cada uma das manifestações nos jornais *A Platéia*, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, de janeiro a abril de 1935. Ver: CARONE, op.cit.pp.334-335. Sobre os movimentos de sargentos e praças ver: CARVALHO, op.cit. pp. 64-75.

²⁶³ CARONE, Edgar. op.cit.p., 334.

²⁶⁴ Idem, ibidem. p. 334.

²⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. op.cit.,p. 13.

medo entre a burguesia. A ANL foi acusada de extremismo. A polícia, chefiada por Filinto Muller, ordena o espancamento de estudantes e incentiva o Exército a pôr as tropas em prontidão no dia 5 de julho, quando os aliancistas pretendiam comemorar o levante do Forte de Copacabana.²⁶⁶

Vendo-se acuados com o fechamento da ANL, os elementos de tendência liberal e os moderados vão se afastando pouco a pouco, e permanecem, em sua maioria, os mais radicais. O tenente Luís Carlos Prestes, que se torna Secretário Geral do Partido Comunista, coordena o plano revolucionário que foi colocado em prática em novembro de 1935, a chamada “Intentona Comunista”. A facilidade de ligação e coordenação entre os militares leva-os a liderarem o movimento armado. Entre os militares envolvidos no movimento encontravam-se o capitão Agildo Barata, o tenente Trifino Correia e o sargento Gregório Bezerra.²⁶⁷ Cabos, sargentos, operários e funcionários públicos manifestam-se e empolgam a direção do movimento em Natal e Recife.²⁶⁸ No Nordeste, as forças legalistas derrotam insurgentes e populares que se juntaram ao movimento, utilizando metralhadoras e canhões, provocando a rendição no dia 25 de novembro.

No Rio de Janeiro, as forças legalistas, comandadas pelo general Eurico Gaspar Dutra, bombardeiam indiscriminadamente o 3º RI, provocando a rendição de todos os implicados no levante. Neste confronto, grande número de militares que lutaram ao lado das forças do governo morreram em decorrência do bombardeio comandado pelo general Dutra.²⁶⁹

A revolta de 1935 leva os grupos dirigentes ao pânico, com exceção de uma minoria – a minoria parlamentar – que se colocou contra a parcialidade da repressão, exigindo respeito à lei e à democracia. Em favor do governo se une a maioria das bancadas e o estado de sítio se torna inevitável. A repressão e as prisões poderiam ser feitas a partir de então de maneira indiscriminada, segundo os interesses das oligarquias. Os sindicatos são varejados, operários são presos e somem.

Outras medidas vão sendo postas em prática, sempre no sentido de restringir os direitos democráticos. Na cúpula do Exército, formam-se duas correntes: uma que, liderada pelo general castro Júnior, desejava que os julgamentos dos militares e civis envolvidos no levante se processasse dentro da legislação vigente. A outra corrente, representada pelos generais João Gomes, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, defendia a pressão sobre o

²⁶⁶ CARONE, Edgar. Op.cit., p. 337.

²⁶⁷ Idem, ibidem, pp. 338-340.

²⁶⁸ Idem, ibidem, p. 339.

²⁶⁹ Idem, ibidem, p. 343.

legislativo a fim de delegar poderes extraordinários ao Presidente da República, implementando o estado de sítio e de guerra, e a fim de acusar os revoltosos militares de “crime de alta traição à sua pátria”. O resultado total das medidas são as prisões e destituições arbitrárias: sem a conclusão do processo, imenso número de sargentos e praças são expulsos do Exército, grande número de oficiais são cassados e punidos. Prendem-se pessoas sem nenhum envolvimento nos levantes, como o escritor Graciliano Ramos e o senador Abel Chermont, da minoria parlamentar. Marinheiros e operários sofrem tortura.²⁷⁰

Durante todo o ano de 1936, Getúlio Vargas procura preservar seus poderes excepcionais, pedindo prorrogação do estado de guerra. Embora pareça aceitar o processo sucessório, em meio às candidaturas lançadas secretamente, Vargas articula o golpe de Estado, juntamente com Plínio Salgado, integralista que havia lançado candidatura e Francisco de Campos, apoiando-se principalmente nos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que já havia sido nomeado Ministro da Guerra.²⁷¹

Carone afirma que uma das razões da saída do general João Gomes e da nomeação do general Dutra para o ministério da Guerra devia-se ao uso político que Getúlio Vargas pretendia fazer do Exército. Define, então, desta maneira a relação entre política e Exército, a partir de janeiro de 1937:

A escolha do general Eurico Gaspar Dutra para substituí-lo [o general João Gomes] é feita por ser este um dos elementos que está determinado a ajudar a permanência de Getúlio Vargas no governo. Daí, a partir de 1937, se concatenarem atos que mostram a relação entre Exército e política: em janeiro de 1937, vários oficiais pró Flores da Cunha²⁷² são afastados do Estado; em fevereiro, Góes Monteiro visita o Estado; em abril, é a cisão política do Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, encabeçada pelo irmão de Getúlio Vargas.²⁷³

Entendemos que esta é uma das dimensões que podem explicar as relações entre o Exército e a política, mas não compartilhamos da mesma perspectiva do autor. Acreditamos que, embora naquele momento o presidente Getúlio Vargas tenha conseguido articular seu projeto de governo com os interesses de setores oligárquicos, burguesia e parte do Exército, a

²⁷⁰ CARONE, Edgar. Op.cit., pp.356-359.

²⁷¹ Idem, ibidem.

²⁷² Idem, ibidem.

²⁷³ Idem, ibidem, p. 362.

fim de perpetuar-se no poder, o Exército não foi meramente instrumento de seus desígnios e dos segmentos sociais que o apoiavam.²⁷⁴

O momento era propício para uma importante reorganização institucional e doutrinária do Exército que já vinha ganhando contornos mais definitivos desde 1930. Ou seja, o Exército e os militares devem ser compreendidos como categorias particulares e, para isso, as perspectivas organizacional/sociológica, antropológica e cultural são indispensáveis.

Dois dias antes da instauração oficial da ditadura do Estado Novo, o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, por meio do aviso ministerial n.º 285, de 8 de novembro, anuncia a publicação dos dois primeiros volumes da editora Biblioteca Militar. Neste aviso, ele recomendava que fosse feita a distribuição urgente dos Livros “Episódios Militares” e “Em Guarda contra o Comunismo”, primeiras publicações da editora. O ministro alerta para a importância da distribuição do livro “Em Guarda” entre os oficiais de todos os postos e também aos instrutores em geral. Para o general Dutra, caber-lhes-ia a tarefa de doutrinar os seus subordinados contra as “ideias comunistas” que se infiltravam nos quartéis e se expandiam pela sociedade. O Plano Cohen já havia sido divulgado pelos jornais no dia 30 de setembro e, no dia 2 de outubro, o país retornava ao estado de exceção. Foi neste espaço de tempo que foi proposta e aprovada, com recomendação do ministro, a publicação destes dois livros.

No interior da instituição militar, a exploração da retórica anticomunista foi, durante longo tempo, elemento chave para a permanência de projetos de poder antipopulares e autoritários por parte do alto comando do Exército. E, como afirmamos anteriormente, não é possível compreender o processo de construção da identidade social do militar e o processo de institucionalização, profissionalização e modernização do Exército (que estão entrelaçados) sem levar em alta conta a trajetória do pensamento político militar autoritário e conservador no Brasil. O anticomunismo, nesse sentido, é um ponto fulcral neste processo.

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo.²⁷⁵ Para além desta construção do imaginário anticomunista nacional, a frustrada revolta comunista de

²⁷⁴ Carone, ao estudar o movimento tenentista, por exemplo, os viu como progressistas e antioligárquicos. Sua maneira de interpretar a história republicana, marcada pelo olhar marxista e pelas preocupações da época - entender as origens da intervenção militar de 1964 e o autoritarismo no Brasil - impediu que fosse realizado um estudo mais sistemático sobre o Exército e suas relações com a sociedade, marca dos trabalhos historiográficos e sociológicos sobre o Exército nos anos 1970, com exceção de José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho.

²⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. op.cit., p. 76.

1935 foi, segundo Celso Castro, um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas.²⁷⁶

Os vencedores de 1935, principalmente os chefes do Exército, foram cristalizando um relato sobre o evento que tinha como ponto central a ideia de que os militares envolvidos no levante eram traidores da pátria e da corporação militar. A primeira comemoração da vitória sobre a Intentona ocorreu em 27 de novembro de 1936. No ano seguinte, em 29 de junho de 1937, o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, em circular aos comandantes do Exército, dizia que dentre todos os perigos que ameaçavam as Forças Armadas e a nação, não havia dúvida de que o comunismo era o pior. Ele ressaltava, desta maneira, a necessidade de se lembrar e de não perdoar o que acontecera em novembro de 1935.²⁷⁷

A segunda comemoração da vitória sobre a “Intentona”, em 1937, ocorrida no Cemitério São João Batista, foi antecipada para o dia 23 de setembro e contou com a presença do presidente da República, Getúlio Vargas. Esta antecipação em mais de dois meses foi uma tentativa de acelerar a mobilização anticomunista e, dessa forma, ajudar a preparar o clima que em breve levaria ao golpe do Estado Novo. Desse modo, o Estado passava a conferir caráter oficial às comemorações da vitória sobre o levante comunista. Em 1938, o governo decidiu investir mais na celebração anticomunista, abrindo créditos para a construção de um monumento aos mortos que lutaram ao lado da ordem contra os revolucionários.²⁷⁸ O mausoléu foi inaugurado oficialmente no dia 27 de novembro de 1940 e a partir de então se tornou palco principal do ato cívico relativo à “Intentona”.²⁷⁹

Foi no quadro dessa cultura institucional anticomunista que se viveu a ditadura do Estado Novo e que se formaram os grupos de militares que em 1964 assumiram o poder.²⁸⁰ A longevidade deste ritual demonstra a força do ideário anticomunista no conjunto de valores e tradições envolvidos na construção da identidade do Exército. O declínio da comemoração da Intentona somente começa nos anos 1980, com o processo de abertura política. Como colocou Celso Castro, em 1990, pela primeira vez desde a oficialização da comemoração da vitória sobre a Intentona, na década de 1930, o Presidente da República não compareceu à cerimônia, que a partir de então ficou restrita ao Clube Militar. Devemos lembrar que em tempos

²⁷⁶ CASTRO, Celso. *A Invenção do exército brasileiro*. op.cit., p.49.

²⁷⁷ Idem, ibidem, p. 53.

²⁷⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op.cit.p.82.

²⁷⁹ Idem, ibidem.p.82.

²⁸⁰ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. op.cit., p.53.

recentes o Clube Militar não deve ser considerado órgão representativo dos militares da ativa em assuntos de natureza política, pois é constituído, em sua maioria, por oficiais da reserva.²⁸¹

Nos anos 1930 e 1940, no entanto, o anticomunismo foi um elemento importante na escalada autoritária e conservadora que levou ao fechamento do regime. Foi relevante também nas Forças Armadas por se tornar um elemento constituinte da própria identidade do militar: a profissão militar e o comunismo definitivamente passam a ser entendidos como incompatíveis. Ser militar e ao mesmo tempo, comunista, se torna uma anomalia na instituição. Nesse sentido, cabe apresentar uma reflexão pertinente do historiador Rodrigo Patto Sá Motta.

O autor procurou analisar o anticomunismo no Brasil republicano não como uma questão subsidiária, desdobramento analítico operado a partir do enfoque em conjunturas históricas mais abrangentes.²⁸² Para ele, o anticomunismo é apresentado, geralmente, como mera conspiração imperialista, ora como simples “fantasma” manipulado pela burguesia dominante, ora como reles manifestação de irracionalismo e fanatismo. Embora esses aspectos não devam ser esquecidos, o fenômeno anticomunista, para Motta, demanda um olhar mais cuidadoso: a motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinaram em medidas diferentes ao longo da história.²⁸³

O enraizamento desse pensamento e a sobrevivência da cerimônia em memória dos militares mortos pelos revolucionários de 1935 por praticamente 5 décadas demonstra que, para além do uso do anticomunismo como instrumento político em momentos de efervescência política, como 1937 e 1964, havia entre os militares convicção sobre a existência de um risco real representado pelo comunismo, considerado uma doutrina desagregadora da nação e do próprio Exército.

Procuraremos apresentar as bases da retórica anticomunista presente no ideário militar dos anos 1930 através da análise de alguns pontos chave presentes na coletânea “*Em Guarda contra o comunismo*”, editado pela Biblioteca Militar em novembro de 1937. Embora tenha sido editado e publicado em novembro de 1937, o livro aparece no catálogo de publicações do ano de 1938, o primeiro da Biblioteca. Ou seja: no final do ano de 1937 o livro estava no prelo, pronto para ser veiculado pela Biblioteca através da coleção anteriormente apresentada – a Coleção C, “Obras de Educação”.

²⁸¹ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. op.cit., p. 65.

²⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op.cit., p. 25.

²⁸³ Idem, *ibidem*, p. 24.

Logo na capa do livro, encontramos a inscrição “Bibliotheca Militar – volume I, coleção C”. A data de impressão, que aparece na capa, é 1938, mas na contracapa aparece o ano de 1937, ao lado da inscrição “Imprensa do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro”. O trabalho de impressão do livro cabia ao Estado Maior, pois a recém criada Biblioteca Militar Editora ainda não possuía imprensa própria, dependendo dos recursos já existentes.

A coletânea foi dividida em cinco partes. A primeira parte, intitulada “A palavra dos chefes da Nação, da Igreja e das Forças Armadas” traz discursos pronunciados pelo presidente Getúlio Vargas ao longo do ano de 1936, pelo episcopado brasileiro, além de uma circular do Ministro da Guerra general Eurico Gaspar Dutra, de 29 de junho de 1937 e de uma “mensagem dos ministros da Guerra e da Marinha, pedindo a volta do estado de guerra, datado de 29 de setembro de 1937. Os ministros eram respectivamente o general Dutra e o Vice-almirante Aristides Guilhem.

A segunda parte, intitulada “O perigo Vermelho”, reúne depoimentos variados sobre o “bolchevismo”, a doutrina comunista, alertando para os seus perigos. São textos superficiais, baseados em fontes diversas, que possuem o objetivo de mostrar o comunismo como uma falsa ideologia, ou uma farsa anticristã e antipatriótica, e muitas vezes como um verdadeiro agente infeccioso, responsável pelos males sociais. Dentre os autores encontramos Alceu Amoroso Lima, Odette de Carvalho E. Souza²⁸⁴, Carlos Maul (um dos integrantes civis da Comissão Diretora da Biblioteca Militar), além de artigos, assinados por diversos articulistas do jornal *O Correio da Manhã*. Os textos foram escritos entre os anos de 1936 e 1937 e, entre os artigos desta segunda parte, encontramos um resumo do plano de educação patriótica e social do Exército elaborado pelo capitão Severino Sombra e apresentado ao general Góes Monteiro em 1934. O artigo foi intitulado “Política Social do Exército”.

Na terceira parte – “a realidade Soviética” – os artigos são dedicados a informar ao leitor sobre a sociedade organizada sob o modelo soviético, criticando o internacionalismo e utilizando relatos assustadores sobre supostas atrocidades cometidas por comunistas. Dois textos de Carlos Maul nos chamaram atenção: “*Fogueiras Humanas*”, que versa sobre a atuação das lideranças comunistas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e “*Os patriotas Soviéticos*”. Em ambos os textos o autor aponta o internacionalismo comunista como um agente corrosivo da ideia de pátria: “E vem lá, envolto nos panos vermelhos da flâmula do

²⁸⁴ Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de cônsul no Itamaraty. Propôs a criação, no Itamaraty, dos Serviços de Estudos e Investigações (SEI), cujo objetivo seria tratar da repressão ao comunismo. STEMMY, Adriana. *Por uma memória “diplomática”: O Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate*. Anais do X Encontro Estadual de História da Anpuh -Rio Grande do Sul, 2010.

internacionalismo, o micróbio corrosivo da ideia de Pátria”.²⁸⁵ Muitos artigos desta terceira parte foram extraído do jornal *La France Militaire* e publicados originalmente em francês, como por exemplo “L’évolution de La Russie Soviétique”.²⁸⁶ A quarta parte segue o padrão de análise crítica ao comunismo. Dedicada ao levante comunista de 1935 – “Novembro de 1935” –, é aberta com um artigo do então coronel Valentim Benício da Silva, datado de seis de dezembro de 1935 e intitulado “Mas é infâmia demais!”.²⁸⁷ O editorial do jornal *O Globo* do dia 16 de setembro de 1937 também foi incluído nesta parte, além de circulares do Ministério da Guerra de setembro de 1937, com o objetivo de promover a homenagem às “vítimas do comunismo”, ou seja, os militares que não participaram do levante, mortos nos embates de 1935.

Neste espaço dedicado ao levante de 1935, há um artigo do jornal *Correio da Manhã* assinado por Bastos Tigre, onde encontramos uma associação, bastante comum na época, entre judaísmo e comunismo:

Sejamos fortes, decididos, impiedosos contra a horda de judeus russos que, mais de um século depois de nossa independência, nos pretende escravizar massacrando, matando, pilhando, incendiando, sem poupar, na sua insânia destruidora, os nossos templos, a nossa bandeira, o nosso lar.²⁸⁸

A última parte do livro foi dedicada às “Vítimas do atentado comunista de 1935” e conta com uma lista nominal de todos os militares que “ficaram no campo da honra”. Trata-se dos militares que “tombaram, em novembro de 1935, em defesa das instituições nacionais, vítimas do atentado comunista”. Esta homenagem completa o trabalho de legitimação de uma versão sobre o levante comunista onde os militares comunistas são considerados traidores da nação e propagadores de ideais extremamente nocivos ao país. Estes nomes listados no livro são apresentados como verdadeiros mártires da pátria, merecedores de honrarias e homenagens:

Muito se tem falado nos que tombaram, em Novembro de 1935, em defesa das instituições nacionais, vítimas do atentado comunista. O luto, a viuvez e a orfandade que eles deixaram não têm escapado às mais piedosas referências de escritores e oradores. Entretanto, embora

²⁸⁵ MAUL, Carlos. *Em Guarda*, Biblioteca Militar, op.cit. p.161.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 189.

²⁸⁷ SILVA, Valentim Benício. *Em Guarda*. op.cit., p. 199.

²⁸⁸ TIGRE, Bastos. *Em Guarda*. op.cit., p. 227.

o triste acontecimento conte apenas dois anos, poucos, muito poucos, conhecem os nomes dos que tombaram e incompletas são as informações dos que ficaram em pranto, lembrando, nos santuários domésticos, os que não mais voltarão.²⁸⁹

Ao final, constam os nomes das viúvas e filhos, além da data e local de falecimento. Os elogios foram retirados das fés de ofício desses oficiais. Estas biografias estão reunidas sob o título “As vítimas e seus herdeiros”.

Os nomes dos oficiais subalternos, intermediários e superiores foram acompanhados de uma breve biografia, apresentando data de nascimento, um elogio sobre suas qualidades, um breve resumo da sua vida militar. Já os nomes de soldados, sargentos e cabos foram acompanhados somente da data de falecimento e do local de sepultamento. Há, antes da divulgação dos nomes, uma justificativa sobre a falta de informações biográficas dos militares inferiores e praças. O Ministério da Guerra não dispunha de dados que informassem sobre a vida militar destes homens, que faleceram ainda no início da carreira.²⁹⁰ Por último, há ainda nesta última parte a transcrição do projeto n° 662 de 24 de setembro de 1937, que manda erigir, no cemitério São João Batista, um monumento aos oficiais e soldados mortos em novembro de 1935.²⁹¹

O segundo livro recomendado pelo Ministro da Guerra, general Dutra, para ser adquirido junto com “Em Guarda”, também estava no prelo em novembro de 1937. “Episódios Militares” fez parte do conjunto das primeiras publicações da Biblioteca Militar e, de acordo com as recomendações do ministro, foi editada junto com “Em Guarda”: “O sr Ministro da Guerra declara, que a Biblioteca Militar, mandada organizar por decreto n. 1.748 de 26 de junho de 1937 brevemente dará à publicidade os seus dois primeiros volumes intitulados *Episódios Militares e Em Guarda (contra o comunismo)*.”²⁹²

Não tivemos acesso à edição original de *Episódios Militares*. De acordo com as descrições das coleções iniciais da Biblioteca Militar, este livro poderia ter pertencido à “Coleção B”, destinada às “obras patrióticas”. Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, o autor dessas memórias, foi general honorário do Exército brasileiro, cavaleiro das ordens Militares de Cristo e da Rosa, condecorado com as medalhas de bronze e Passador de Prata n° 5 do Mérito e Bravura Militares por serviços prestados na Guerra do Paraguai. Os direitos da

²⁸⁹ TIGRE, Bastos. *Em Guarda*. op.cit., p. 235.

²⁹⁰ *Em Guarda*, op.cit., p.239.

²⁹¹ Idem, ibidem, p.241.

²⁹² Aviso ministerial número 285 de 11 de novembro de 1937. Boletim de informações da Biblioteca Militar. Ano I n.1. 1938.

publicação foram cedidos à Biblioteca Militar por um dos herdeiros do autor, o capitão de mar-e-guerra Américo de Araújo Pimentel, em carta de 31 de agosto de 1937, dirigida ao então general Valentim Benício da Silva.²⁹³

Na edição de 1978, a obra aparece como pertencente à coleção “General Benício”, e é apresentada da seguinte maneira:

Há, nestes “Episódios Militares” - todos reais - atos que, além da parte anedótica ligada a todos os Exércitos em campanha, excitam o patriotismo do cidadão que os lê e muitos arroubos de bravura anônima, escapados das ordens do dia, ou de outras comunicações oficiais dos chefes que não podem presenciar as diversas peripécias ocorrentes nos acampamentos ou, muito pior ainda, num vasto campo de batalha.²⁹⁴

A ilustração da capa reproduz uma parte da tela do pintor Pedro Américo, “A Batalha do Avaí”, que se encontra hoje no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. A ilustração é um pormenor da tela, que possui dez metros de largura por seis metros de altura, onde uma enorme cena de guerra com inúmeras personagens é representada.²⁹⁵ O general Osório aparece destacado, ocupando toda a capa livro, a cavalo e com a espada em riste. Embora esta edição tenha sido publicada em 1978, podemos afirmar que sua divulgação se coaduna aos objetivos da primeira edição de 1937.

Acreditamos que a obra visava, sobretudo, a identificação de oficiais, principalmente subalternos, e praças com as personagens que aparecem nas histórias narradas, que vão desde grandes personalidades, como o general Osório (que aliás era uma figura bastante popular entre oficiais, praças e estudantes militares a esta época), até soldados e oficiais inferiores, todos ensinando grandes lições de coragem, dever militar e patriotismo e orgulho cívico.²⁹⁶ Seria mesmo um repositório de feitos militares, como nas palavras do ministro Dutra, para que as futuras gerações de militares guardassem na memória os feitos militares e a bravura dos soldados brasileiros que combateram na Guerra do Paraguai.

²⁹³ PIMENTEL, Azevedo J.S. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.p.6.

²⁹⁴ Idem, *ibidem*, p.5.

²⁹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Batalha do Avaí. In *A beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2013.

²⁹⁶ CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. In *Estudos Históricos*, vol.14, n.25, 2000.

CONCLUSÃO

O Estado Novo foi, historicamente, a primeira instância de exercício pleno do poder pela organização militar. Foi também, como afirmou Edmundo Campos Coelho, o período no qual a questão da identidade do Exército foi abordada conscientemente no corpo de uma doutrina essencialmente militar.²⁹⁷ A doutrina militar do Estado Novo tinha como pontos principais a compreensão de que as Forças Armadas são órgão essencialmente político e que os princípios da organização militar devem reger a reorganização nacional.²⁹⁸

Os modelos mais adequados para a reorganização nacional seriam os organizacionais, e não os modelos políticos. A sociedade civil, nesse sentido, deveria ser disciplinada de acordo com este modelo, como forma de manter a autonomia do Exército. Ou seja, o grau de poder do Exército na sociedade media também a sua capacidade de institucionalização e de independência.²⁹⁹ Podemos afirmar que a Biblioteca Militar foi um mecanismo utilizado pelo Exército no processo de construção de sua identidade social e também em sua afirmação como corporação, eliminando internamente suas divergências políticas e organizacionais e de classe, evitando a qualquer custo a quebra da ordem de comando e da hierarquia militar.

Para os oficiais que estiveram à frente dos novos órgãos do Exército nos anos 1930, o Exército possuía a tarefa de educar e civilizar o país. O encaminhamento desta “cultura pedagógica militar” também é parte de uma maneira de conceber a própria sociedade como um organismo em comunhão de interesses e do Exército como mantedor da unidade nacional, evitando conflitos de classe e os conflitos partidários.

Os investimentos simbólicos do Exército, que no Estado Novo ultrapassam os limites institucionais, a partir de então se tornam um meio eficaz de evitar a propagação de ideias consideradas corrosivas à corporação e à hierarquia militar, como o comunismo. Nesse sentido, a Biblioteca Militar Editora é parte desse processo de institucionalização do Exército, de sua transformação em corporação, o que deve sempre nortear as leituras das obras editadas, assim como a constituição de seu acervo. Entendemos que o Exército, como organização política, constroi o seu próprio passado, interpretando-o em função dos combates do presente e do futuro – a imagem que a instituição forjou de si mesma.

²⁹⁷ COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade op.cit.,p.168.

²⁹⁸ Idem, ibidem.p.168.

²⁹⁹ Idem, ibidem.p.168.

A Biblioteca Militar, nesse sentido, faz parte tanto dos mecanismos internos de organização da corporação como de um movimento para fora da instituição, já que se organiza como editora, podendo concorrer com outras instituições no que diz respeito à construção e divulgação de uma memória nacional através de suas publicações. Podemos entendê-la também como um mecanismo institucional que contribuiu para a invenção do Exército como órgão vital de sustentação do Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Fontes pesquisadas

Arquivo Histórico do Exército (AHEX) Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro:

- Almanaque de oficiais
- Fé de Ofício de Severino Sombra de Albuquerque
- Fé de Ofício de Francisco de Paula Cidade
- Revista *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 264, maio de 1936.
- Revista *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 258, novembro, 1935.
- Revista *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 275, abril, 1937.
- Revista *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n., 284, janeiro, 1938.
- Revista *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 699-701, jan-jun, 1982.
- Boletim do Exército. n. 42, II parte. 31 de julho de 1937. Nota do Ministério da Guerra n. 702 (Gab) de 24 de julho de 1937.

Biblioteca do Exército (Bibliex) Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro:

- Em guarda! (Contra o Comunismo). Biblioteca Militar. Volume I. Coleção C. Imprensa do Estado-Maior do Exército: Rio de Janeiro, 1938.
- Soldado nº 119. Livro do Soldado Brasileiro. Ministério da Guerra. Biblioteca Militar. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942.
- GOLDOPHIN, Waldir da Costa. Vida e Obra do general Valentim Benício da Silva. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1971.
- Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I n.1.
- Boletim de Informações da Biblioteca Militar. Ano I n.2.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- Política Social do Exército. Plano elaborado por ordem do Exmo sr. Ministro da Guerra pelo capitão Severino Sombra de Albuquerque. Fundo Góes Monteiro (SA) Microfilme 045-97 a 054-97. 1935.

- A Influência dos pais de família na defesa nacional. Discurso proferido pelo general Valentim Benício da Silva na Associação dos Pais de Família. 1940. Fundo Góes Monteiro (SA) 651.

Fundação Educacional Severino Sombra (Vassouras, Rio de Janeiro)

- MOURA, Eduardo Lebres. Retrato de um nacionalista. Uma biografia romanceada de Severino Sombra. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Severino Sombra, 2010.

Anais da câmara dos deputados – Coleção de leis da República
<<http://www2.camara.leg.br/>>

Ministério da Guerra. Decreto nº 1.748 de 26 de junho de 1937.

Ministério da Guerra. Decreto nº 3.213 de 26 de outubro de 1938.

Ministério da Guerra. Decreto n.2.040 de 14 de outubro de 1937.

Ministério da Guerra. Decreto n.21.731 de 15 de agosto de 1932.

Clube Militar (Rio de Janeiro)

ALBUQUERQUE, Severino Sombra. Lyautey e o Brasil. *Revista do Clube Militar*, nº 48, Ano XI.

Referências Bibliográficas

BRETAS, Marcos Luiz. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. In *Militares e Política*, n.º 2 (janeiro-junho 2008).

CAPELA, Leila Maria Correia. *As malhas de aço no tecido social*. A revista A Defesa nacional e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói:1985.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2003.

CARONE, Edgar. *A República Nova*. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. As forças Armadas na Primeira República. O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel. T.3, V.2, 1974.

_____, *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro; Zahar, 1995.

_____, *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. In *Estudos Históricos*, 2000.

_____, *Exército e Nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da Identidade. O Exército e a Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____, A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico. In *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. v. 19, 1985.

COSTA, Goldophim. *Obra e Vida do general Valentim Benício da Silva*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1971.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Rio de Janeiro: Athena Editora, sd.

FILHO, Ruy Mesquita (org). *Cartas do Exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, José Otávio. *Vida e Morte na escrita da História: entre os gregos e os modernos*. Textos de História, vol 15, nº1/2, 2007.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras/Bibliex, 2009.

MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.

NASCIMENTO, Fernanda do Santos. A Revista *A Defesa Nacional* e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937). *Anais do XXVI Simpósio da ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo, do início de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAULA CIDADE, Francisco de. *Síntese de Três Séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PINTO, Sergio Murillo Lima da Silva. *Exército e política: Um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2v. Niterói, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p.200-212.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis*. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército (1905-1946). Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2010.

SCHULZ, John. *O Exército na política*. Origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1993.

_____, A Batalha do Avaí In *A beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2013.

SILVA, Milene de Souza. *Cotidiano, escrita de si e coronelismo: a correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3ª ed, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*. O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEMMY, Adriana. *Por uma memória “diplomática”: O Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate* Anais do X Encontro Estadual de História da Anpuh -Rio Grande do sul, 2010.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças nos padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971.

TRINDADE, Héliogio. *Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*, Vol.2. Assembleia Legislativa do Estado do Rio grande do Sul, 2005.